



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0242/13	DATA: 04/04/2013
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 19h58min	DURAÇÃO: 04h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h40min	PÁGINAS: 104	QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SÉRGIO LEITE - Deputado Estadual, Vice-Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco.
RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA – Chefe da Delegacia Institucional da Polícia Federal de Pernambuco.
JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas do Estado de Pernambuco — NETP.
DÉBORA TITO FARIAS – Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Erradicação do Trabalho Escravo.
LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Juiz da 1.ª Vara De Execução Penal de Pernambuco e integrante do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas — CEPT/PE.
ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Secretário Executivo de Defesa Social do Estado de Pernambuco.
JOSELITO KEHRLE DO AMARAL – Diretor de Polícia Especializada da Polícia Civil de Pernambuco.
LENISE VALENTIM DA SILVA – Delegada de Polícia Civil do Estado de Pernambuco.
ZANELLI GOMES ALENCAR – Delegado de Polícia Civil do Estado de Pernambuco.
JOÃO OLÍMPIO VALENÇA DE MENDONÇA – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE.
GERALDO DE AZEVEDO NÓBREGA - Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares do Recife.
MARIA CRISTINA VASCONCELOS DE MENDONÇA – Gerente Executiva da Casa de Passagem Ana Vasconcelos.
ELEONORA PEREIRA DA SILVA - representante do Movimento Nacional Mães pela Igualdade.
MARCELO MOTA GADELHA – Secretário de Direitos Humanos e Política sobre Drogas de Jaboatão dos Guararapes/PE.
EVANA SIMONE LIMA BEZERRA – representante da Coordenação das Casas da Juventude da Secretaria da Criança e da Juventude do Estado de Pernambuco.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco.
Há intervenções fora do microfone ininteligíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e os responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendendo a vigência da Convenção de Palermo.

Antes de começarmos a Ordem do Dia, eu concedo a palavra ao Deputado Sérgio Leite, Vice-Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que fará uma fala inicial dando as boas-vindas, colocando a importância deste trabalho de investigação do tráfico de pessoas no Brasil.

O SR. SÉRGIO LEITE - Boa tarde a todos.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de participar, aqui, desta reunião, saudar o Deputado Luiz Couto; o Deputado Ninho; o Deputado José Augusto; o representante do Secretário de Defesa Social; o representante do Ministério Público; as autoridades aqui presentes; as entidades da sociedade civil.

Quero dizer que, para nós, aqui da Assembleia, é um prazer estar recebendo esta Comissão, que tem um trabalho importante, no momento em que esse fato vem sendo divulgado através de uma novela da *Globo*, mas que é um fato concreto que já existe há muitos anos no nosso País, no nosso Estado.

Eu tenho quatro mandatos de Deputado e dois de Vereador, e desde Vereador acompanho esse tipo de crime — denúncias e acompanhamento —, e eu acho que é importante que esta Comissão, não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil, possa se aprofundar. E a passagem desta Comissão por Pernambuco vai despertar, na sociedade, nas autoridades, uma possibilidade de denunciar, de aprofundar as investigações em fatos concretos que existam em Pernambuco que sejam levantados aqui, mas também alguns que até hoje não foram revelados, mas que poderão ser revelados a partir da divulgação.

Muita gente ainda fica insegura para denunciar, para falar sobre esse crime, que é um crime que intimida muito as pessoas, mas, a partir de se verificar que existe a possibilidade de ele ser investigado, de os criminosos serem colocados na cadeia, as pessoas começam a criar coragem para fazer a denúncia.

Aqui já tivemos, algum tempo atrás — e eu acompanhei —, caso de tráfico de crianças e, alguns anos atrás, casa de engorda para levar crianças para o exterior, o que foi denunciado, teve repercussão nacional. E, de lá para cá, o Judiciário, o



Ministério Público, as autoridades tomaram algumas providências no caso específico de Pernambuco. Mas Pernambuco não é uma ilha, não é isolado. Outros Estados não tomaram as providências e, muitas vezes, uma criança de Pernambuco pode ser levada para ser adotada em outro Estado e isso gerar o tráfico de seres humanos.

Então, é importante aprofundar esse debate a partir de hoje, colocar aqui a Assembleia Legislativa e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos para acompanhar e, se for necessário, em cima de fato determinado, de fato concreto, poder instalar também aqui uma CPI para, junto com as autoridades aqui do Estado, aprofundar e agilizar essas investigações.

A partir do que acontecer hoje, das informações que surgirem, se for necessário, faremos não só a investigação da Comissão, mas, para aprofundar, uma CPI que possa auxiliar essa CPI federal. A princípio, vamos ouvir, vamos acompanhar e verificar a necessidade, ou não, de uma instalação, aqui, de uma CPI em Pernambuco.

Sei que é grave e que a gente precisa tomar providências sobre isso. A gente já teve casos aqui de moças que foram levadas para fora e, quando a gente conseguiu trazê-las para aqui, vieram maltratadas, apanhadas, espancadas, sofreram muito nos países a que foram levadas, em Portugal, na Espanha, em outros países. E a gente sabe o sofrimento de quem é levado para fora, o sofrimento que passa e a comunicação difícil que tem com a família.

A nossa Assembleia Legislativa está aqui à disposição, para colaborar no que for necessário, com o Judiciário, com o Ministério Público, com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, com todas as autoridades e com esta Comissão que está investigando.

Aqui a gente já teve oportunidade... Por exemplo, a CPI Medicamentos fez uma investigação federal e pediu para cada Estado da Federação instalar uma CPI. O único Estado que conseguiu instalar foi Pernambuco, e, na nossa CPI, a gente conseguiu vincular vários crimes de outros Estados que estavam passando por Pernambuco. A partir da denúncia federal, Pernambuco conseguiu fazer uma referência nessa investigação e colaborar com a investigação federal.



Então, dependendo do que for levantado, a gente está aqui à disposição, para colaborar com esse processo. Então, agradeço a oportunidade aqui de falar em nome da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O Presidente Guilherme Uchoa não pôde comparecer porque está na Bahia e pediu-me que o representasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Antes de passar a palavra aos Deputados que são membros da Comissão, que são de Pernambuco, para uma fala inicial, eu quero chamar alguns para completar a mesa dos trabalhos.

Nós já temos a presença do Deputado Sérgio Leite, que é Vice-Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e que também, nessa fala inicial, falou em nome do Presidente Guilherme Uchoa. Também está presente o Delegado de Polícia Federal Renato Cintra, que representa aqui o Superintendente Interino da Polícia Federal, Dr. Bernardo Gonçalves de Torres. Também está presente o Dr. Luiz Rocha, que é Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco e integrante do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Também a Dra. Debora Tito Farias, que é Procuradora do Trabalho. Também a presença da Dra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Representando também o Dr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Estado de Defesa Social, o Dr. Wilson Sales Damásio, que está presente. E também está presente — e eu o chamo para a mesa — o Sr. Geraldo de Azevedo Nóbrega, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares do Recife.

Eu concedo a palavra, agora, ao Deputado Severino Ninho, do PSB de Pernambuco, membro desta CPI.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quero cumprimentar o Deputado Luiz Couto, aqui, da nossa vizinha Paraíba; o Deputado José Augusto Maia, membro também desta CPI; o Deputado Sérgio Leite, aqui presente — e através dele quero agradecer ao Presidente da Assembleia e aos que fazem a direção da Assembleia pelo apoio que tem sido dado a esta CPI nesta audiência pública no dia de hoje; as autoridades aqui presentes e também as autoridades que representam os órgãos convidados; a Dra. Debora Tito, Procuradora do Trabalho, e Jeanne, do Núcleo de Enfrentamento; as entidades civis aqui presentes — depois eu até gostaria de ter a relação de todas que compareceram.



Esta audiência pública ocorre aqui em Pernambuco a nosso requerimento. A CPI que investiga o tráfico de seres humanos no Brasil foi instalada em 3 de abril do ano de 2012, completou 1 ano ontem. Então, estamos há 1 ano já neste trabalho em todo o País, e obviamente que a novela — e até eu apresentei um voto de aplauso a Glória Perez, por ela ter incluído na novela esse assunto — despertou mais interesse, levou o fato aos lares. Mas a CPI, muito antes da novela, já vem nesse trabalho, inclusive percorrendo os diversos Estados do Brasil.

Amanhã estaremos na Paraíba para dar continuidade a esse trabalho de investigação, que tem sido muito fecundo, tanto no que se refere ao tráfico de mulheres para fim de exploração sexual, como, na CPI — eu não fui, mas o Zé Augusto foi, acredito que o Luiz Couto foi a Altamira, ao Xingu, à Hidrelétrica do Xingu —, também a atuação tem sido muito forte na área das adoções tidas como irregulares ou sem a cautela devida, como aquela de Monte Santo, que chamou a atenção do Brasil todo. E, agora, a última, lá em Santa Catarina, que envolve uma denúncia feita através do *Fantástico*, que envolve sete crianças de uma mesma família, crianças que foram transferidas para uma família substituta.

Mas, hoje, o que me fez requerer esta audiência pública foi uma notícia de jornal, do ano passado, no Diário de Pernambuco. Obviamente, como Deputado aqui do Estado, não poderia deixar de dar a atenção devida a essa notícia. A matéria jornalística informa que uma ação da Procuradoria Regional do Trabalho e do Núcleo de Enfrentamento evitou o tráfico de 58 recifenses com idades entre 25 e 40 anos, pessoas de baixa escolaridade, para o Barém, ou Bahrein, país do Oriente Médio. Então, a nossa vinda hoje aqui visa colher mais informações da Procuradora, da Coordenadora do Núcleo: quem eram essas pessoas, que empresa era essa, como está a investigação em relação a esse caso, para que a CPI tenha esses elementos, e a gente possa colaborar também com as autoridades locais nessa investigação.

Eu indago aqui ao Presidente dos trabalhos se nós vamos primeiro ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ouvir. Era só para uma saudação inicial, como pernambucano que é.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Ah, uma saudação inicial.



Então, quero agradecer a presença de todos. E vamos dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Eu quero também registrar já a presença na Mesa do Dr. Joselito Amaral, que representa o Dr. Osvaldo Almeida de Moraes Júnior, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco. Seja bem-vindo.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Parece-me, Luiz, que está aqui um representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Então, eu vou pedir para convidá-lo para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Também registro que, sempre acompanhando todos os deslocamentos da CPI, está presente também o Dr. Sady Fauth, do Ministério da Justiça.

Seja bem-vindo V.Exa., que tem contribuído bastante.

Sr. João Olímpio Mendonça, da OAB de Pernambuco, convido-o para a Mesa.

Muito bem, representando instituições: Ademir de Oliveira, da GPCA; também Zanelli Alencar, da GPCA; Eleonora Pereira da Silva, do Mães pela Igualdade; Fabíola Rios, do Consulado dos Estados Unidos; Jeanne de Aguiar; Carlene Baumann, do Centro de Referência da Mulher, Prefeitura de Olinda; Natália Barros, da UFPE; Lenise Valentim...

A Lenise é Delegada da Polícia Militar, já estive na CPI do Extermínio também. Convido a Dra. Lenise para também nos ajudar aqui. Ela nos ajudou, inclusive, a enfrentar muitas situações na divisa entre Pernambuco e Paraíba.

Raphael Guerra, do Diário de Pernambuco; Marcos André, funcionário público; Gustavo Antônio, funcionário público; Elisabeth, Secretária da Mulher da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho; Cristina de Oliveira, Secretária da Mulher da Prefeitura de Recife, e Olavo Moraes, que está presente.

Nós vamos agora passar a palavra, para uma saudação inicial, ao Deputado José Augusto Maia, que é de Pernambuco também, lá de Santa Cruz do Capibaribe, do PTB de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Boa tarde a todos. Inicialmente, quero agradecer ao Guilherme Uchôa e ao seu representante aqui, Sérgio Leite, por ter dado a contribuição para que pudéssemos fazer aqui esta audiência pública da



Comissão do Tráfico de Pessoas. Quero saudar os companheiros Deputados também que estão aqui presentes, o meu amigo paraibano Luiz Couto, o nosso Ninho, pernambucano também, e outros Deputados que talvez até ainda cheguem aqui.

Está chegando agora o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Major Fábio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Também Deputado Federal, representando a Paraíba também, faz parte da CPI do Tráfico de Pessoas, que tem como objetivo ir aos Estados, como estamos percorrendo os Estados já. Fomos já à Bahia, ao Pará, ao Acre, São Paulo, Goiás... Amanhã vamos estar na Paraíba. E, a cada momento, esta Comissão tem crescido, e as pessoas têm procurado a nossa Comissão. A cada Estado que a gente vai, uma divulgação é feita pela imprensa, que tem contribuído muito também para esta Comissão, e a gente também aproveita para agradecer a todos que comparecem aqui, os representantes aqui da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, da Secretaria de Defesa Social, dos Direitos Humanos, das entidades da sociedade organizada para o enfrentamento desses problemas.

E quero dizer que esse trabalho tem sido muito bom. Como bem falou o Ninho aqui, a novela contribuiu, a novela chamou a atenção daqueles casos que estão acontecendo, e as pessoas ficam abismadas com aquilo.

E eu quero dizer a vocês: nós que estamos aqui, o Couto, eu, o Ninho e todos aqui que estamos fazendo oitivas, escutando pessoas que já foram presas, alguém que está ainda solto, mas prestes a ser preso... Ouvindo pessoas a gente tem ficado abismado a cada momento. Aquilo que a nova da *Globo* tem mostrado é uma parte: tem coisas muito piores. E eu acho que a sociedade brasileira... A gente tem que também parabenizar a novela, a *TV Globo* até, porque chamou a atenção. As pessoas, depois da novela, começaram a denunciar mais.

Não que esta CPI... Muita gente pensa que ela se formou depois da novela, como disse o Ninho. Não, muito antes a nossa Comissão já se preocupava, já estava muito antes, desde o ano passado. Mas, aí, veio a sociedade por inteiro conhecer os problemas e procurar a nossa CPI.



Então, eu estou aqui neste início de audiência pública mais para agradecer, claro. Só aqui, representando o interior, tem o Ninho aqui, o nosso representante da Capital. Nós somos pernambucanos e com grande prazer estamos no nosso Estado, nesta tarde de hoje, para que as pessoas que vamos escutar aqui, que vêm trazer os seus depoimentos, possam contribuir ainda mais, para que a gente possa, em pouco tempo — vou dizer em pouco tempo, depois de tudo isso, terminada esta CPI —, a gente possa chamar a atenção e botar muita gente na cadeia, que estão aí fazendo coisas horrorosas por este Brasil, não só no tráfico de mulheres, mas no tráfico de órgãos. São coisas absurdas.

Bem, é isso o que tinha a agradecer a todos, e o nosso paraibano aqui vai dar alguns dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado José Augusto.

Além dos dois que já se apresentaram, o Deputado Major Fábio, que é do Democratas da Paraíba...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Agora só estou apresentando.

Eu sou o Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Arnaldo Jordy está em outra atividade, e nós estamos aqui para dar início a esta atividade de ouvir.

Primeiro, é importante perceber que, nas investigações que nós estamos realizando, ela, a atividade, parece... Quando brasileiros e brasileiras saem daqui do Brasil para outros países, a maioria sai de forma legal, com passaporte. Vão como turistas. Mas, antes, tem o processo do olheiro, que vai lá a uma festa, vê uma menina ou um rapaz, depois vem o aliciador, o recrutador, e depois vem toda a história da enganação: dizem ao enganado que vai ganhar muito dinheiro, vai ter vida fácil, vai ficar 6 meses lá, porque vai sair como turista, então são 6 meses, e depois volta, quando quiser e como quiser.

Na realidade, nós verificamos nas investigações que o tráfico de pessoas para atividade sexual é aquele que aparece com maior destaque. Não é por acaso que hoje a atividade do tráfico de pessoas é a terceira no mercado de recursos em



nível internacional, perdendo para o tráfico de drogas e para o tráfico de armas. Então, vai crescendo de forma assustadora.

Também há o tráfico de crianças para adoção. Nós verificamos, inclusive, uma ONG americana chamada Limiar, que cobra por cada criança que é levada para adoção 5.500 dólares, além de mais 15 mil dólares que a pessoa paga por documentos, por um bocado de coisa.

Essa situação do tráfico de pessoas para adoção aparece agora, principalmente nessa situação de Santa Catarina e do Paraná. O tráfico de travestis também, que é outra realidade que aparece em vários momentos. O tráfico para o trabalho escravo, o tráfico para a venda de órgãos — já houve, inclusive, uma CPI aqui que investigou essa situação de pernambucanos que foram levados para essa atividade —, e o tráfico de jogadores também, de jogadores e de outras pessoas. Depois de um tempo, você vê o jogador que aparece lá na Itália, ou na Holanda, e “*Como é que esse rapaz saiu daqui?*”. Então, essas são as questões que aparecem com muito destaque.

Nós verificamos que hoje há dificuldade para punir esse tipo de atividade criminosa, porque ela só é punida quando é uma atividade ou de trabalho escravo, ou, então, de exploração sexual. E nós temos que mudar a legislação. Então, nas falas dos convidados, é importante não apenas colocar a realidade, mas também propostas de como nós podemos mudar a legislação para fazer com que nós possamos dar um basta a essa situação.

O esquema é criminoso, e nós consideramos que há necessidade de que nós todos possamos nos agregar a essa luta, que não é apenas do Governo, mas do Parlamento, do Judiciário, do Ministério Público, da sociedade como um todo. Porque, na realidade, muitas vezes a adolescente, a pessoa sai com a aquiescência do pai e da mãe, porque vem alguém que diz que ela vai ganhar dinheiro, que vai ser modelo fotográfico, que vai ser modelo de moda, que vai ser dançarino ou dançarina. Então as pessoas...

E, quando, num primeiro momento, recebem também alguma parte do que vem de lá, que é também o esquema, depois começam a não mandar mais, porque a dívida é muito grande. É a dívida que fica lá, e a pessoa não consegue sair, porque a cada dia... Ou seja, acima da dívida do que se gasta aqui para levá-la, lá



se coloca... Lá em Salamanca, eram 380% a mais em cima da dívida que já tinha sido acumulada aqui.

Então, nesse aspecto, quando a mãe não recebeu mais o dinheiro, ficou assustada: “*O que está acontecendo?*”. E aí, no caso da Bahia, foi ela que denunciou isso aqui. E foi a partir daí que a Polícia Federal do Brasil, com a polícia da Espanha, conseguiu desbaratar aquela ação lá na Espanha, em Salamanca e em Ávila, onde uma casa chamada de festa, ou seja, além do tráfico, do trabalho de exploração sexual, também tinha a questão do jogo e a questão da dança. Então, ela ganhava dinheiro à custa do sofrimento e da dor de muita gente.

Bem, a presente reunião de audiência pública destina-se à oitiva de vários convidados e convidadas. Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados durante o momento em que estiverem falando; cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo; os Deputados interessados em interpellá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

E nós vamos conceder a palavra ao primeiro da relação, que é o Dr. Renato Cintra, representante do Dr. Bernardo Gonçalves de Torres, Superintendente Interino da Polícia Federal de Pernambuco.

Com a palavra, Dr. Renato.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Inicialmente, boa tarde aos Deputados, aos demais membros da Mesa e a todos os presentes. Eu estou aqui representando o Superintendente Interino. A gente está numa fase de transição na Polícia Federal de Pernambuco e não temos Superintendente — deve estar chegando aí no próximo mês.

E eu sou chefe, aqui em Pernambuco, da Delegacia de Defesa Institucional, que, dentre outras atribuições, tem a de combater o tráfico de pessoas. Nós também apuramos crimes eleitorais, apuramos... Eu até acho que o carro-chefe lá hoje em dia, a quantidade de caso maior é o combate à pornografia infantil na Internet, os crimes de ódio também, racismo, nazismo na Internet, e o tráfico de pessoas. A



gente tem... Sou eu e mais outra delegada lá. A gente tenta se especializar o máximo, eu até nem atuo, não conduzo investigações de tráfico de pessoas atualmente, já há alguns anos a minha colega é que atua nessa área especificamente.

Hoje em dia, nós temos em torno de... Não temos muito, eu não considero muitos procedimentos, muitos inquéritos apurando o tráfico de pessoas. Não nos chegam muitas denúncias — como eu diria? — com uma situação, uma consistência melhor. Chegam algumas denúncias do Disque-Denúncia, mas, às vezes, a gente percebe que o entrevistador do Disque-Denúncia deixa de perguntar coisas óbvias. São, às vezes, denúncias vagas, a maioria não se confirma, às vezes até porque é impossível se confirmar algumas, são totalmente aleatórias.

Temos algumas dificuldades em relação ao efetivo. A cada dia que passa, o efetivo vem diminuindo, para a gama de atribuições que vem aumentando. Mas a gente tem, hoje em dia, em inquéritos — eu fiz uma pesquisa hoje —, em torno de 10 procedimentos que apuram o tráfico de pessoas.

Eu devo dizer que eu já conduzi há alguns anos — até 2010 eu cheguei a conduzir esse tipo de procedimento —, e na maioria não aparece no inquérito todo, que às vezes tem uma grossura enorme, o nome de uma vítima. A gente simplesmente não tem, em alguns inquéritos, o nome de vítimas. Não sabemos, não individualizamos o nome de vítimas. Não tem uma testemunha que diga: *“Olha, fulana de tal foi traficada”*.

Outros tipos de casos que aparecem em relação ao tráfico de pessoas é o caso da família de que o Deputado falou, a família perdeu o contato com a pessoa que está no exterior. Nesse caso, a gente tem que contar com o apoio imprescindível dentro da INTERPOL. Às vezes a gente usa também da adidância da Polícia Federal no exterior: em algumas capitais, nós temos dois policiais federais que fazem esse intercâmbio com a polícia local. Mas, por vezes, outros inquéritos acabam redundando... A polícia local, a INTERPOL localiza a pessoa, e ela não está em situação de exploração. Alguns inquéritos acabam não se confirmando também, algumas denúncias acabam não confirmando a situação de exploração. Evidentemente também, a gente não sabe, não tem essa ingerência na polícia estrangeira, não temos as facilidades da Dra. Helô da novela, como o pessoal falou,



de ir para o exterior, de fiscalizar. Isso não existe. Então, a gente depende da polícia estrangeira, que também temos informações que às vezes pode estar, não ser... Pode não estar trabalhando corretamente, pode até ter acordos com o dono da boate, pode até usufruir dos serviços da boate e não prestar uma informação verdadeira que, infelizmente, não vai ser possível se confirmar.

Nós atuamos muito em parceria com a Dra. Jeanne, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ela traz vários casos para cá, a gente já teve oportunidade de se reunir algumas vezes sobre isso.

Em relação ao tema aqui, que eu vi, de 2003 a 2011, eu pesquisei que a gente teve, de tráfico de pessoas, 35 procedimentos entre 2003 e 2011. Eu selecionei alguns para falar a respeito aqui na Polícia Federal de Pernambuco especificamente. O principal, que foi em 2003, também está ligado ao tema, embora não esteja tipificado — não há o crime previsto no Código Penal do tráfico de órgãos. Tem a remoção de órgãos, mas eu acho que é uma lacuna do Código Penal a questão de não ter o tráfico internacional de órgãos, não ter o tráfico internacional para fins de trabalho forçado. Nós não temos isso tipificado. Nós temos apenas para fins de exploração sexual. Mas, de qualquer forma, a gente teve o caso da chamada Operação Bisturi, deflagrada pela Polícia Federal aqui em Pernambuco. Isso foi em dezembro de 2003. Foram, salvo engano, 27 pessoas denunciadas, 12 presos. E se baseava naquela questão que já foi... Talvez nem valha a pena tecer muitos comentários, porque já foi alvo de CPI acho que tanto aqui, na Assembleia Legislativa, como na Câmara dos Deputados.

Tivemos também um caso interessante que eu pesquisei, de uma colega lá da Polícia Federal, do tráfico de bebês para fins de adoção. A gente conseguiu um que acho que foram sete indiciados — estou aqui com o relatório que eu pesquisei. Isso foi interessante para se ter ideia da importância do policial na imigração, que é outra coisa. A falta de pessoal, a falta de recursos humanos, de concursos públicos na Polícia Federal acaba causando isso: obrigou praticamente a administração não só de Pernambuco, mas de todo o País, a colocar pessoas terceirizadas na imigração, no aeroporto. Praticamente, tem um policial coordenando várias cabines, várias cabines com pessoas terceirizadas.



Isso aí é mais barato para a administração? É, é mais barato. Por outro lado, o pessoal não tem o treinamento, às vezes a expertise do policial para identificar um caso de tráfico de pessoas. Esse é um exemplo excelente, porque a pessoa estava embarcando para o exterior com a bebê, houve a desconfiança da policial de que a bebê não era filha da pessoa, que estaria com documento falso. Acabou que o policial conversou, entrevistou, e isso ficou evidente, que era falso, e a pessoa foi presa em flagrante. Isso redundou numa investigação que acabou batendo numa cidade do interior de Alagoas onde havia praticamente vários bebês. Vários casais portugueses vinham para aqui, para Alagoas, e adotavam, faziam aquela adoção à brasileira, usavam do expediente de documentos falsos, de declaração de nascido vivo falsa, e levaram, certamente, vários bebês. Nesse caso dessa bebê aí, a Polícia Federal conseguiu impedir de ela ser levada para o exterior. Inclusive é até um caso bem interessante, porque uma das policiais que ficou chocada, envolvida com a missão, ela acabou, depois de um longo processo, fazendo a adoção regular dessa bebê. Uma policial federal que participou da prisão mais tarde veio a adotar, e hoje a filha já tem uns 6 anos.

Especificamente no tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, eu tive a oportunidade, já há uns 3 anos, quando eu ainda estava à frente desse tipo de investigação, de pegar também um caso interessante de um alemão que veio aqui praticamente... Ele veio junto com outro colega, com um suíço, tentar, normalmente procurando garotas de programa mesmo, oferecendo mundos e fundos... A estratégia deles era mais seduzir, dizer que estavam apaixonados, que queriam casar, que queriam ter como a mulher da vida deles, e conseguiram levar uma brasileira para o exterior. Eu acho que cada um ficou namorando com uma, e apenas uma que tinha passaporte que levou, que acabou levando. E esse alemão retornou ao País para buscar a outra, que não tinha passaporte, depois de alguns meses, mas a primeira, que já tinha saído, ela mandou uma mensagem eletrônica para a outra, alertando que era roubada, que eles só queriam dinheiro, explorá-las, e acabamos... Essa brasileira que ficou aqui acabou indo para a polícia e, com base nisso, a gente conseguiu a prisão preventiva do alemão, na hora em que ele estava saindo para o país, e conseguimos. Até foi bem interessante, porque no celular do alemão havia mensagens dele, em alemão, para o comparsa, que daí não houve



dúvidas para a juíza. A gente traduziu essas mensagens, o consulado alemão traduziu essas mensagens, e estava claro que a outra estava numa situação de tráfico.

Um problema grande desse tipo de investigação é que a gente, invariavelmente, não conta com colaboração da vítima. A vítima às vezes não enxerga que está na condição de vítima. Eu acho que a grande maioria já exerce a prostituição — das vítimas —, aqui no País, e às vezes elas enxergam que estão realmente com uma oportunidade de trabalhar no exterior e defendem, todo o tempo, a posição de que elas não são vítimas, de que elas não estão nessa situação.

Nesse caso, especificamente, eu tive a oportunidade de fazer uma ligação internacional. Passei uma hora conversando com a vítima, ela insistindo que não era, que estava namorando lá, apesar das mensagens no celular que deixavam claro que ela era uma vítima, tanto é que tinha, salvo engano, o outro pedindo para pegar: *“Pega uma nota de mil francos da pessoa”*. É Cilene o nome dela. *“Pega uma nota de mil francos dela, porque ela só quer o dinheiro da gente. Ela só fala besteira sobre a gente. Essa eu quero pro castigo”*. Tinha isso na mensagem.

E ela defendia que era apenas namorada, que não trabalhava, que não tinha nem como ter esse dinheiro.

Então, essa pessoa aí, para vocês terem ideia, como a pessoa estava presa aqui, o alemão, nesse caso, ela chegou a ir, na Suíça, para o consulado brasileiro. Ela teve a liberdade de ir ao consulado ou à embaixada — ela não sabia direito; não sabia se era na capital ou não — pra afirmar que estava livre, que estava tranquila, tudo com a intenção de libertar o alemão que estava preso aqui. Só que isso, realmente, a juíza não levou em consideração. Ficou evidente que ela estava numa situação de tráfico. Mas você vê: indo pra embaixada, ela poderia ter a oportunidade de pedir o socorro, de dizer: *“Olha, eu estou nessa situação, fui explorada”*. Mas, aparentemente, ela se negou a fazer isso. E sempre na defesa desse caso.

Com relação ao caso, ao tema do Bahrein, a gente realmente não teve uma investigação na Polícia Federal, até porque também o tráfico pra trabalho forçado, eventualmente se tivesse, não seria... Não há esse crime ainda. É uma situação que, eu acho, merece, do Poder Legislativo, uma atitude nesse sentido. Mas a gente



chegou a... Foi a Jeanne que trouxe esse caso aí pra gente. A gente chegou a se reunir com um dos trabalhadores e fazer o trabalho, que é interessante e que a Polícia Federal faz também, que é de prevenção, de tentar alertar os trabalhadores, nesse caso específico, dos perigos que podem ter lá fora, que é o que, também assim, como eu falei daquela questão do efetivo, o ideal é ter o policial... A gente tenta, na medida do possível, a gente tenta fazer essa prevenção, inclusive na hora de embarcar, numa situação de tráfico de pessoas mesmo, uma pessoa que o policial desconfie que vai exercer a prostituição no exterior, que vai ser explorada no exterior, é sempre feita essa orientação, que tem sido... Infelizmente, diante da carência de material humano, diante da falta de concurso, diante da necessidade realmente real da administração de utilizar pessoas terceirizadas sem o devido treinamento na área de imigração, infelizmente, tem diminuído esse tipo de orientação por parte dos policiais federais, o que pode redundar numa desistência da pessoa de ir pro exterior, na prevenção do crime de tráfico de pessoas.

Nesse caso, a gente teve a oportunidade — não é, Jeanne? —, a gente chegou até a ver, a tentar localizar a empresa no exterior, pesquisar sobre essa empresa, se existia. Salvo engano, tinha uma participação de uma empresa da Inglaterra — não é isso? — também nesse recrutamento de trabalhadores para o exterior. Mas a gente via mais... Até também havia a possibilidade de ser um estelionato, ou apenas de a pessoa daqui estar oferecendo... Eles estavam cobrando a taxa pra visto dos trabalhadores, né? Tinha essa área, que a pessoa que estava recrutando aqui poderia estar fazendo isso, enganando os trabalhadores pra arrecadar as taxas de visto. E também a situação apenas de um recrutamento irregular, que não segue os parâmetros legais de pessoas pro exterior. Mas não chegou a ser instaurado nenhum procedimento na Polícia Federal de tráfico de pessoas em relação a isso, né?

Pronto. Eu acho que, em breves palavras, é isso aí que eu tinha a dizer sobre a atuação da polícia nesses últimos anos aí no tráfico de pessoas. Está O.K.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Renato Cintra. Eu pergunto se V.Sa. pode deixar essa documentação com cópia.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A cópia desses dados aí?



O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Eu não tenho da Operação Bisturi, porque foi de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Mas eu tenho dois relatórios aqui: um de minha autoria, outro de uma colega de casos...

Desse, inclusive, de tráfico de pessoas, eu até me preocupo ainda com a situação da jovem que está no exterior. Por quê? Por conta dela, ela que mandou uma mensagem, e ela acabou... A mensagem que ela mandou pra outra acabou fazendo com que o comparsa tenha sido preso. O comparsa do — entre aspas — “namorado” dela. E hoje a gente acionou a Adidância na Polícia Federal, acionou a INTERPOL. Mas nesse caso, especificamente, eu não tive um retorno da informação satisfatória, da informação da atual situação dela, se ela está bem, se ela está livre. Ela aparentava estar livre, realmente. Aparentava... Tudo bem que o inquérito... A gente só teve a notícia 3 meses, ela já estava lá há 3 meses. Pode ser até que ela tenha sido explorada durante algum tempo e tenha sido liberada, né?

Eu já tive oportunidade de entrevistar algumas garotas de programa que elas efetivamente até disseram: *“Olha é bem diferente do que aparece na novela; o rapaz me contratou, falou que eu ia ficar 15 dias em tal casa e mais 15 dias em outra casa, depois estaria livre”*. E ela — eu me lembro bem dessa situação — disse: *“Eu não tenho nada a falar do cidadão lá que é o que aliciou no exterior, que tudo que foi prometido, contratado foi cumprido. Foram 50% para mim, 50% para a casa; passei 15 dias numa casa, 15 dias em outra; 1 mês depois fui liberada”*. Isso também acontece. E até já tive oportunidade de ver também algumas garotas de programa, algumas prostitutas, eu acho que nas reuniões que tinham para o Plano de Enfrentamento ao Tráfico, elas defenderam: *“Assim como em toda profissão, nós também temos o direito de trabalhar no exterior; o que se tem que combater é a exploração, não o direito de a pessoa ir ao exterior e trabalhar, e fazer o que sabe fazer pra ganhar a vida”*.

Tem que tentar separar isto: efetivamente, quando está havendo exploração e quando não está havendo exploração, está-se cumprindo o que foi contratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Naquilo que o Doutor tiver, porque nós estamos investigando de 2003 a 2011. Como começa em



2012, nós também já temos dados de 2012, 2013. Então, aquilo que puder entregar aqui, o outro o senhor mandar depois para a Comissão. Se quiser que tire cópia aqui, a Secretaria...

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Não, pode ficar com esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Registro a presença da Dra. Evana Lima, da Secretaria da Criança e da Juventude, que é da Coordenação das Casas das Juventudes, a quem convido a assumir e chegar à nossa Mesa.

Também registro a presença de Marcello Gadelha, Secretário Executivo de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas de Jaboatão dos Guararapes; também de Vinícius Ramos e de Miguel Sales, Promotor de Justiça.

Agora as perguntas para o Dr. Renato Cintra. Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Boa tarde, Dr. Renato. Quero agradecer a sua contribuição, e só uma pergunta ao senhor. Eu queria saber do senhor se essa empresa Al-Saeed Company, a empresa que estava recrutando, se ela tinha algum representante aqui em Pernambuco, ou se tudo era feito pela Internet, se é possível... Porque esse negócio de Internet não é muito a minha praia — vamos falar uma linguagem aqui popular. Se tem alguma representação no Brasil para que se possa chegar a essa empresa.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Eu até recebi aqui a informação de que o caso até... A gente chegou a lidar com esse caso. Até a Dra. Carla Patrícia, do Núcleo de Inteligência, chegou a lidar e repassou pra Procuradoria do Trabalho. A Dra. Débora certamente vai poder falar melhor sobre essa situação. Mas, o que me parece... Eu me lembro de que eu cheguei a conversar, a manter um contato com a pessoa que estava recrutando esses trabalhadores, e ela, talvez, pelo que eu recordo, ela simplesmente não teve contato nenhum pessoal com a empresa. Então, não tinha nenhuma representação, ela simplesmente teria sido encontrada pela empresa, um *link* direto. Não tem ninguém, pelo que eu me lembro, da empresa aqui no Brasil. Ela é uma pessoa que teve um contato no exterior, só tratava com a empresa por *e-mail*. Mandava *e-mail* pra ela, mandava: “Quero tantas pessoas; o perfil é esse”. E ela começou a recrutar.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O senhor tem o nome dessa pessoa, a Dra. Débora tem o nome dessa pessoa?



O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Aqui eu não tenho não, mas certamente...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Essas pessoas que estavam sendo lesadas chegaram a depositar quantias em dinheiro, esses 200 reais? Salvo engano, eram 200 reais. Veja que coisa: 200 reais pra pessoa ir para o Bahrein; a passagem custa 12 vezes mais. Ainda tinha uma promessa de que viria a cada 3 meses pro Brasil. Ora, a pessoa vai pro Bahrein ser cabelereiro e acreditar que, a cada 3 meses, iria ter dinheiro para voltar ao seu país... Então, eu queria saber se o senhor sabe se essas pessoas chegaram a depositar recursos em nome dessa empresa, essa taxa de 200 reais?

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Olha, mais uma vez realmente acho que a Dra. Débora certamente vai poder falar exatamente sobre isso, mas eu acredito que algumas tenham, sim, chegado a depositar. Acredito, porque a gente recebeu uma. Uma pessoa a gente tentou alertar: *“Olha, é um risco, o risco é grande, não está correto o recrutamento como está sendo feito, tanto é que a gente foi acionado, foi encaminhado o caso à Procuradoria do Trabalho, mas a gente não sabe se efetivamente... como é que está a mão de obra lá, o mercado”*. Eventualmente, eu não sei quanto a pessoa... Acho que a promessa é que iam ganhar mais ou menos umas 2 ou 3 vezes o que ganhariam aqui pela mesma função. Era, salvo engano... Ele falou cabeleireiro, mas eu acho que era... Qual era a função dele? Acho que era mão...

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - A função do que foi atendido pelo Núcleo, ele era ajudante de...

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - É na construção civil, né?

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - Não, máquinas.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - De máquinas. Operador de máquina. Não me lembro se eram 2 mil dólares o salário prometido.

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - Três mil.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Três mil dólares. É, era um salário bem acima do que do mercado aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado José Augusto Maia.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Sr. Renato, primeiro quero dizer que a Polícia Federal tem sido uma das maiores parceiras desta CPI — claro, a Polícia Civil tem sido também — e que essas propostas... Porque a gente, pelos Estados em que estamos andando, pelas oitivas, pelas investigações, as propostas sempre são muito boas. Na realidade, oferecem... Na Bahia, era uma casa de musculação, de ginástica, onde fica uma garota vendo aquelas meninhas bonitinhas que chegam lá, e ali conversa, depois vai pro restaurante e depois a promessa de... Claro, como o senhor diz aí, a prostituição, ela existe. Nós sabemos que no exterior ainda parece que até legalizada é, não sei. Agora, a realidade é que, quando eles saem daqui com as propostas, já saem com débito muito grande. E quando chegam ao exterior, os custos da viagem, de tudo, de todo o aparato que é feito aqui, quando elas chegam, é um débito muito grande lá no exterior, da casa. Então, ela vai, como na novela, foi dito aqui, que a gente pegou a Renata, do cigano, que é o Russo na novela, e é aquela menina que cuida das meninas lá. Não é que elas ficam... Eles caracterizam aquela prisão, como é aquele cárcere privado, porque há um débito. Ela vai a um supermercado, ela vai a qualquer canto, a menina vai acompanhando, porque tudo que ela... Lá se chama passe, onde aqui é um programa. Por exemplo, são 30 euros que elas disseram que ganham, um café da manhã. Mas também, no café da manhã, ela paga 30 euros; depois ela paga o almoço, 30 euros; ela paga o jantar, 30 euros; ela paga o quarto, 30 euros. Tudo vai pra nota, pra ficar aquele débito. Então, na realidade o que a gente vê aqui é que essas vantagens que são oferecidas, na realidade, quando chega lá, a coisa é totalmente diferente, e a gente tem tido isso.

Agora, a minha pergunta não seria... Acho que seria melhor também ouvir a Procuradora, porque na realidade vamos juntar o que a Polícia Federal aqui nos falou e o que a Procuradora tem pra nos informar, porque, aí sim, as nossas perguntas ficam mais assim... Não a ouvimos ainda, mas acho que a Polícia Federal tem feito um grande trabalho. E que digo: se aqui em Pernambuco ainda a coisa não... Aí a questão da Polícia Civil, depois vem a Polícia Federal e tal, porque essa prática é uma rede no País inteiro, o Recife não está fora, não. Eu tenho absoluta certeza. É uma rede montada neste País de tráfico de pessoas, de órgãos, etc.



Bom, a minha, vou esperar um pouco pra fazer as perguntas junto com as da Procuradora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado. Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu quero saudar a todos — boa tarde a todos e a todas — e dizer que nós vamos apenas iniciar. Eu acho que as perguntas vão surgindo a partir do momento em que as pessoas começarem a dar os seus depoimentos, mas eu já começo a ficar muito preocupado com a primeira declaração do Delegado, do Dr. Renato.

Da Polícia Federal nós conhecemos o trabalho. Realmente a Polícia Federal tem sido uma parceira enorme. Nós conhecemos o trabalho da Polícia Federal, tanto que eu sou policial militar também, fui policial militar na Paraíba, mas o que me preocupa é essa questão do efetivo da Polícia Federal. O doutor coloca isso preocupado também, como todo brasileiro, como todo cidadão. O efetivo diminui, então, a gente fica até preocupado, não com o relatório, que a gente sabe da sua... Mas essa falta de efetivo, essa falta de estrutura, isso nos deixa bastante preocupados, porque Pernambuco está na rota do tráfico de seres humanos. Então, se não tem estrutura, não tem efetivo, a gente não sabe como é que está o *link* da Polícia Civil com a Polícia Federal, porque eu acredito que desaparecem pessoas em Pernambuco. E essas pessoas que estão desaparecendo ficam desaparecidas, porque se não se investiga pra onde essas pessoas foram, a gente pode ter um número muito grande de pessoas aqui em Pernambuco desaparecendo e sendo levadas pro exterior porque falta gente pra investigar. Então, na verdade, nós não sabemos os verdadeiros números. A gente está com uma menina lá na Paraíba que faz 90 dias que está desaparecida. A menina pode estar enterrada no bairro lá, mas essa menina pode estar na Europa. Porque infelizmente nós não temos... O que o doutor colocou aí, a gente fica... Não estou aqui doutor, o senhor me entenda, não estou querendo...

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Tranquilo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - A gente não tem esse *link* com a Polícia lá do exterior, não sabe se os camaradas trabalham. A menina, que pode estar sendo vítima de tráfico, pode estar liberada ou não liberada, porque ela pode ter sido



persuadida pra dar o depoimento dela lá. Então, a Polícia Federal não teve condições nem de sair daqui pra visitar lá. Porque o correto seria o quê? O correto seria uma visita de um agente da Polícia Federal aos agentes que estão lá. Então, a gente fica preocupado. Na verdade, o Dr. Renato colocou aí esses dados, mas eu fico preocupado em saber exatamente; 35 casos surgiram de 2003 a 2011...

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Eu levantei 35 inquéritos policiares, mas, em alguns, como eu falei, o inquérito é requisitado, por exemplo, pelo Ministério Público Federal, mas não há... Alguns realmente não se confirmam, que não... Só há suspeita, e alguns se confirmam que não houve, não houve caso, não houve... Às vezes é um concurso de beleza. Aí o pai fala — alguém, por exemplo, teve um caso desses —: *“Me cantou, cantou minha filha pra ir pro exterior”*, mas não se confirma, né? É ouvido todo o mundo, todas as pessoas, todas as testemunhas, e não há essa situação. Então, esse é um inquérito que foi instaurado, foi apurado de forma exaustiva, mas não se confirma o caso de tráfico, mas é um inquérito que foi instaurado pra isso. Aí não há vítima, como eu falei, não é identificada nenhuma vítima no inquérito.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - O que o Deputado José Augusto Maia colocou, o crime de tráfico é uma coisa oculta ainda.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - É organizado, é invisível.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - A novela, que traz esse assunto à tona, fez com que eclodisse no Brasil... A gente tem um monte de denúncia já à CPI. A CPI já existe desde antes da novela, mas, a partir da novela, muitos fatos eclodiram. A gente viu o caso da menina que teve que pular do prédio pra poder vir à tona o caso. Então, às vezes nós temos brasileiros que estão lá sendo explorados, em cárcere privado, mas que não chega, porque os camaradas estão querendo escapar pra poder denunciar, e a nossa Polícia, infelizmente... A gente está vendo a situação das drogas — eu trago as drogas, né? —, a gente está vendo como está a situação das drogas. Então, somente inicialmente, depois a gente começa a fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Renato, hoje, mais do que nunca, quer dizer, a realidade do tráfico de pessoas é visível; agora, é silencioso, é um processo silencioso onde as pessoas não têm coragem de denunciar, porque



muitas vezes a família é também aliciada: “*Olha, sua filha vai agora, vai trabalhar, vai ganhar dinheiro*”. Ela só se torna mesmo pública quando alguma coisa acontece que a mãe ou alguém denuncia. E denuncia... Quando a denúncia é feita, já há um tempo muito grande que, pra investigar, já tem problemas também desde a sua origem.

Agora, eu perguntaria: em alguns Estados nós verificamos que várias brasileiras e brasileiros que foram para o exterior, para essa atividade — travestis, mulheres —, algumas delas não voltaram para o Brasil. E há casos, inclusive de Goiás, onde 20 delas foram identificadas, que foram assassinadas. Se tem casos aqui de pessoas que também foram para o tráfico de pessoas que não voltaram, estão desaparecidas ou já tem caso de pessoas que foram assassinadas nesses locais?

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Aqui, especificamente em Pernambuco, não chegou ao meu conhecimento um caso em que a pernambucana saiu daqui, foi vítima de tráfico e assassinada. Não chegou. Pode ter acontecido? Óbvio que pode, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Há um caso na... Quando nós fizemos a investigação sobre as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, havia... Pernambuco passava assim uma rota, onde vinha gente da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, de outros Estados e passavam por aqui.

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Esse caso do inquérito, que vai o material que você pediu, tem um relatório justamente de uma colega minha que conduziu as investigações, que era de... Deixa eu ver o nome da cidade. Era Senador... Era uma cidade bem carente aí de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De Alagoas, não é?

O SR. RENATO CINTRA DE BARROS PEREIRA - Senador Rui Palmeira, o nome da cidade. Do Estado das Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas esse é importante. Eu queria informar aos presentes que, após a gente ouvir aqui os convidados, nós daremos a palavra àqueles que quiserem também falar e ter informações também sobre esta questão.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ministro... Só... É que nós fomos (*ininteligível*) da Polícia Federal e ao nobre Deputado que fez a reclamação da questão da falta de estrutura, e nós detectamos isso por onde passamos, inclusive em Altamira. E estivemos com a Polícia Federal em outros, no Acre, principalmente onde tem aquelas hidroelétricas, que toda hidroelétrica acompanha um prostíbulo. Já é... Ainda pegamos um cara que ele é... O negócio dele é acompanhar onde tem hidroelétrica. Primeiro é afastada, vai servir... Inclusive uma feita no canteiro de obras. Imagine que denúncia horrível que nós... E detectamos. E todos, a Polícia Federal tem nos reclamado a falta de estrutura. Inclusive, fomos ao Ministro da Justiça, e, Deputado, que ele já mais ou menos tinha o problema. Nós entregamos, a nossa CPI foi lá, e da forma em que se encontra a Polícia Federal não tem a mínima condição de fazer um trabalho como deveria. Essa sua reclamação, ela já foi levada para a CPI e, quero dizer, foi levada ao Ministro. Inclusive um projeto de lei já está sendo preparado para que, nessas regiões, no caso onde está havendo esses problemas e em quase todo o Brasil, que haja um subsídio aí. Bom, isso é uma coisa que está sendo estudada, para que a Polícia Federal tenha... porque os policiais federais não estão querendo mais ir. A maioria está doida para sair daquelas áreas, porque não dá. As despesas são altíssimas. Nem estrutura e nem a questão salarial. Quero dizer que essa preocupação da CPI foi... Porque, para dar esse aparato policial, precisa dar condições tanto de pessoal quanto também financeiro, porque ninguém pode trabalhar perdendo dinheiro como estão os policiais nesses (*ininteligível*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ouvir agora a Dra. Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Bom, eu espero conseguir falar em 20 minutos tudo o que eu quero falar aqui.

Antes de entrar no caso de Bahrein, eu queria dizer que tem muitos casos de tráfico interno em Pernambuco e que a abertura de uma CPI seria fundamental e ajudaria muito, tanto o núcleo como o comitê, porque o que é que a gente vem percebendo em Pernambuco? Pernambuco mudou muito o perfil. A gente já foi um Estado de rota, mas hoje a gente é um Estado de destino. Então, além desse caso que saiu no jornal ano passado, a gente libertou de condições análogas à de



escravo na construção civil, em Pernambuco, seis cidadãos no ano passado que não eram pernambucanos.

E eu estava no evento da AMATRA, semana passada, e palestrei sobre o assunto, que a gente está observando o que as grandes obras no Brasil estão trazendo: a figura do safrista urbano, que a gente chama de peão de trecho. Na área rural a gente chama de peão de trecho aquele cortador de cana que fica, na safra, de setembro a fevereiro, em Pernambuco, e aí, de fevereiro a setembro, vai para Goiás. E as pessoas vão perdendo o vínculo. E a sociedade não está acostumada a ver isso como tráfico, mas isso é tráfico. Isso é crime de aliciamento, que está no art. 207 do Código Penal. Já que vocês estão pegando sugestão, a sugestão é: o aliciamento para fins internacionais ainda é um fato atípico pelo Código Penal Brasileiro, mas para o aliciamento para fins de trabalho no território nacional existe o tipo penal, que é o art. 207, que é o tipo de aliciamento.

Esse perfil de Pernambuco, que comentei na AMATRA, vários juízes... Eu falei o que era o peão de trecho, porque tem uma grande obra da Ferreira Costa no Ceará... Aí, a empresa que ganhou, ganhou pelo preço, porque não é licitação porque não é órgão público. A empresa que ganhou o contrato pega os mesmos trabalhadores, e são empresas de Santa Catarina, são empresas do Rio Grande do Sul, e vão ganhando os contratos dessas obras. E esses trabalhadores vão acompanhando essas obras. São trabalhadores que não vão em casa há seis meses, são trabalhadores que ganham o que a gente chama, em Direito do Trabalho, de salário complessivo, que é ganhar 1.000 reais. Doutor, excelência, você ganha 1.000 mil reais. De quê? Você não sabe de quê. Você não sabe se estão descontando comida, você não sabe se estão descontando alimentação. Não sabe.

O que a gente observou desses peões de trecho? Quanto eu falei isso no evento da AMATRA, vários juízes me falaram que aqui, em Suape, está acontecendo exatamente isso. Quando a obra acaba, os cidadãos do Rio Grande do Sul, etc. ficam aqui em Pernambuco sem nada. Então, Pernambuco mudou muito!

Para vocês terem ideia, todas as vezes que a gente resgata o cidadão das condições análogas à de escravo, ele preenche o Seguro-Desemprego e diz de onde é. A gente tinha 160 trabalhadores que disseram que eram de Pernambuco,



porque, com isso, a gente mapeia as rotas de tráfico. Porque, se eu libertei um trabalhador lá no Pará, e ele disse que é de Aliança, em Pernambuco, eu tenho condição de fazer o mapeamento das rotas de tráfico para fins de trabalho escravo. Desses 160 que foram resgatados em Pernambuco em alguns anos — que não sei bem, mas eu tenho todos esses dados —, a gente não encontrou nenhum, porque eles estão sendo absorvidos em outras atividades aqui, o que mostra que Pernambuco cresceu economicamente, mas que a gente está com o entorno outros problemas. A gente não está mandando mais o nosso pernambucano. É lógico que manda em alguns casos — isso não é uma coisa estanque —, mas mudou muito o perfil. A gente não está mais mandando; a gente está recebendo pessoas do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste.

E essa juíza me falou que vai me mandar os casos, que são peões de trecho urbano que, quando terminam as obras aqui, ficam aqui totalmente em condições de vulnerabilidade. E esses seis que eu libertei ano passado, da construção civil, eram piauienses e santa-catarinenses. Então, existe um tráfico interno grande, e Pernambuco...

Eu até fiz um intercâmbio recentemente, nos Estados Unidos, sobre isso. E eu cheguei à conclusão de que Pernambuco está os “Estados Unidos do Nordeste”, porque a gente está recebendo muita gente, assim como o Brasil está sendo os “Estados Unidos da América do Sul”. A gente está recendo haitianos, a gente está recebendo bolivianos. Então, realmente, o crescimento econômico do País está mudando o perfil. Por exemplo, nesse intercâmbio eu fui para Houston. Faz três anos que, em Houston, eles não recebem brasileiros. Eles estão recebendo cidadãos de Honduras, do México. Brasileiros não estão recebendo mais. Não tem mais gente brasileira sendo traficada para o exterior? É lógico que tem, mas como mudou, e como a gente precisa entender o problema.

Então, a novela está sendo excelente para jogar luz no problema, mas a novela só joga luz no problema da exploração sexual. A gente precisa jogar luz no problema do trabalho para fins de trabalho escravo, das rotas internas de tráfico que têm aqui, dessa ausência de legislação quando for para fim internacional, porque realmente fica um fato atípico.



Então, além desse caso de Bahrein, que eu já até mudei, depois do intercâmbio eu mudei também — e vou explicar todo o caso aqui —, a gente teve vários outros casos, principalmente de tráfico interno. E de exploração sexual, os casos são em menos números, embora sejam mais visíveis. E é importante dizer que no Brasil prostituição não é crime; prostituição é uma ocupação reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupação. Então, existe a Associação Pernambucana dos Profissionais do Sexo, existe a Associação Carioca dos Profissionais do Sexo. O que é crime no Brasil é justamente o tráfico, o rufianismo, e a exploração do serviço de prostituição de outrem. E no trabalho escravo, o trabalho escravo é crime e o aliciamento, ou seja, o tráfico, se houver, também é crime. Então, são dois crimes, na verdade, quando a gente encontra situação de trabalho escravo.

O caso de Bahrein foi o seguinte: a Cristiane recebeu no núcleo uma pessoa que desconfiou, um rebelde, que desconfiou daquela situação. Quando eu chamei a Liliane, para ouvir a mesma menina que foi ouvida na Polícia Federal, eu cheguei à conclusão breve de que ela também era uma vítima: ela não era aliciadora. Tudo hoje em dia se faz pela Internet, tudo. Todo o contato que ela teve foi pela Internet. Quando a Polícia Federal, porque na Internet ficam todos os registros, foi atrás do registro desse *site* que ela estava se comunicando, viu que era hospedado na Inglaterra e que era *fake*, era alguém realmente que podia estar do lado dela. Não se sabe. Mas realmente, eu acho, que era do Bahrein mesmo. Por quê? Pela — eu tenho todos os documentos e mando cópia para vocês —, pela escrita em árabe. E, quando o caso chegou... A ideia é justamente esta: a emigração não é crime. Posso ser uma emigrante, posso ser uma emigrante e trabalhar na Europa. A questão é: o crime é a exploração dessa condição de vulnerabilidade, dessa migração. Quando chamei a princípio, eu disse: *"Vocês querem trabalhar no exterior? Tudo bem. Eu sou da área trabalhista, eu sou Procuradora do Trabalho, não faço a parte criminal, mas é um caso de trabalho. Existe uma lei específica para transferência de brasileiros. Tem que ser..."* Aí mostrei a ela a lei toda. Ela aqui comigo, na audiência, num clima bem tranquilo. Não falei de crime, não falei de nada. Aí, eu disse: *"Você tem de pedir a documentação de todas as 58 que vão, e a empresa tem que cumprir a legislação brasileira."* Porque o que a legislação brasileira diz? O contrato pode ser prestado no exterior, mas a contratação tem de ser aqui, como o pessoal da



Odebrecht faz. Muita gente vai para Angola, tudo direitinho. À medida que ela pedia documento, a empresa dizia o seguinte: "*Parece que o Brasil não quer dar emprego a seus cidadãos.*" Não dizia "cidadãos". Dizia no idioma lá. E eu, cá comigo, pensava: "*para tráfico é melhor não ter emprego mesmo. A gente não quer ser a China.*"

Quando a gente pegou o caso da Zara, de trabalho escravo, diziam muito assim para a gente: "*Mas eles fabricam nos Tigres Asiáticos. Pegue sua roupa da Zara aí: "made in Camboja".* Eu disse: "*Tudo bem, mas para ser 'made in Brazil' tem que cumprir a legislação do Brasil. Se é que se quer fazer a roupa aqui, tem de obedecer a legislação daqui.*"

E à medida que a gente ia pedindo documentos, a empresa começou a recuar. No que a empresa recuou, e a gente já tinha uma colcha de retalhos muito grande de que ia ser tráfico, primeiro pela heterogeneidade das profissões — tinha operador de máquina, mas tinha cabelereiro, tinha serviços gerais — e o Bahrein não tem nem consulado brasileiro. O consulado mais próximo é o do Kuwait. A principio a gente ficou em dúvida: será que seria tráfico mesmo? Ou seria crime de estelionato para pegar esses 200 dólares do visto, porque eles cobravam esses 200 dólares do visto? Eu cheguei a pensar que poderia ser esse crime de estelionato. Depois do intercâmbio, eu vi que era tráfico, porque o Bahrein... Eu tenho vários documentos. Veja! Um país de que eu nunca tinha ouvido falar, tenho três documentos de ONGs americanas que estão na rota de tráfico. E eu conversei com algumas pessoas. Realmente, tem uma parte do país que é ilha e que realmente tem muitos bordéis. Toda essa construção civil que está ao redor, de Dubai e daquelas cidades bem estreladas... Bahrein realmente tem ilhas, tem um pedaço do país que é uma ilha e que realmente tem esse histórico importante. Então, eu mudei de volta. Independente de ser estelionato ou não, a gente tinha que atuar de forma...

Por que eu vejo que era tráfico e por que, na área trabalhista, a gente já resolveu a situação? Se era tráfico ou não a gente não pode afirmar com certeza, nunca, até porque, nesse casou, ficou a modalidade tentada. Não vai chegar à Polícia Federal nunca, porque a gente barrou ali. À medida que eu comecei a pedir documentação, a empresa desistiu de levar os 58 pra lá. E como está o processo hoje? Na seara trabalhista ele está comigo, porque ele virou um case, mas ele está



arquivado porque eles não foram. E, no Ministério Público Federal, foi para ver a questão do estelionato, porque o visto era falsificado. Então, quando recebeu o visto e que viu que era totalmente falsificado... E outra coisa: o país — por isso que eu acho que eles iriam mesmo —, o país não tem nem consulado brasileiro. Por que precisariam de visto? Então, seria como viajar para a Europa. Para viajar para a Europa você não precisa visto como para os Estados Unidos. Basta o passaporte. Então, os trabalhadores provavelmente tirariam o passaporte, chegariam em Bahrein e encontrariam situações que vocês já devem ter ouvido várias vezes.

Então, como está hoje? A gente barrou a questão trabalhista porque eles mesmo desistiram. À medida que a gente ia pedindo documentação, eles desapareceram. A pessoa que fazia o contato com a Liliane pelo *site* parou, desistiu, disse que não ia levar brasileiros, que estava muito difícil. E está na parte do Ministério Público Federal para ver a questão do estelionato e da falsificação do visto, porque foi falsificação de documento oficial internacional.

A questão do valor. Eu sei que a Liliane chegou a depositar os 200 dólares. Os outros eu não sei, mas isso é fácil também de conseguir. E acho que era isso do Bahrein.

Eu queria falar muito desses outros casos que estão acontecendo também em Pernambuco, dessa mudança do perfil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode falar. Tem tempo ainda.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Eu tenho esses seis cidadãos que foram resgatados de condições análogas à de escravo, que eram traficados. Tem essa mudança do perfil que a Justiça do Trabalho vai me mandar, de Suape, desses peões de trecho.

De prostituição, o Ministério Público do Trabalho só atua via comitê, ou seja, não tenho competência direta, porque eu não sou dessa área, mas, via comitê... A gente não recebe tanto, né, Jeanne? Acho que realmente é bem... A gente teria de focar também, é um pedido até, que a CPI foque também nesse tráfico interno para fins de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Obrigado, Dra. Débora, pela contribuição.



E passamos a palavra, agora, aos Deputados que queiram fazer perguntas à Dra. Débora.

Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quero agradecer à Dra. Débora e, inclusive, ressaltar a coragem em enfrentar esse problema, porque nós sabemos que o que se vê na novela não é de mentira. Aquilo lá acontece.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Só um aparte, vocês viram o documentário *Rotas da Ilusão*, que é daqui de Pernambuco? -

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - A Glória Perez se baseou, inclusive, nesse caso. Acho que a gente poderia dar para vocês. É um documentário que tem fala de juízes...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - ...então, pela sua dedicação, juntamente com Jeanne, que vamos ouvir daqui a pouco, de enfrentar esse problema.

Nós sabemos que existem ameaças. Isso é uma máfia, que vive desse negócio. Todos nós sabemos que, quando alguém é contrariado nos seus lucros, principalmente ilícitos...

Mas eu também vi aqui que você — permita-me chamá-la assim, pela juventude —, que, no ano passado, a delegacia, através de seu trabalho, evitou o tráfico de 33 pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Foram essas que ela citou já?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Para o Bahrein. Qual é esse?

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O Ministério Público do Trabalho. Trinta e três trabalhadores foram encontrados em situação degradante. Não é isso?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É. Desses 33, 6 eram tráfico.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sendo que 21 deles em engenho na Mata Sul do Estado; 6 na construção civil, em Recife; e outros 6 em pedreira da zona rural de Petrolina. Então, não configurou trabalho escravo?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Configurou.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Só os seis? Ou todos?



A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Não, 27 deles. Os de Petrolina não chegaram a resgatar. Porque é assim: pela norma do Ministério do Trabalho, se disser que é trabalho escravo, tem que resgatar.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - É verdade, tem que indenizar...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Só que, às vezes, a empresa tem condição de regularizar. Então, a gente evita resgatar quando vê que a empresa tem condição de dar decência ao emprego. Então, desses 33, 27 foram resgatados mesmo. Foi em condições análogas à de escravo, foi liberado Seguro-Desemprego especial. Os 6 de Petrolina não foram resgatados.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu gostaria de saber de você, Débora, o nome do engenho na Mata Sul, onde ocorria esse fato.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Certo. O nome do engenho...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Que construção civil foi essa em Recife?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Certo.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E que pedreira foi essa lá em Petrolina?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Eu vou ficar lhe devendo a pedreira em Petrolina, porque foi outro colega. O engenho foi o Engenho Corriente. O nome do cidadão é Marcos Falcão de Arruda. Acho que ele vai ser... Acho não, o relatório do Ministério do Trabalho e Emprego já foi feito. Ele pagou as verbas indenizatórias que a gente determinou na instância trabalhista, e ele vai ser encaminhado para o Ministério Público Federal também, para o crime 149. Agora, nesse caso de Água Preta, não teve tráfico. Eles eram locais.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Água Preta?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É um engenho. Eu brinco aqui dizendo que na cana-de-açúcar, em Pernambuco, às vezes, não é escravidão contemporânea, é escravidão perpetuada, porque é o mesmo netinho da Lei Áurea que não saiu dali. É diferente do Pará, que eu comecei a trabalhar no Pará, que tem muita migração. Esses 21 de Água Preta não eram migrantes, eles eram de lá mesmo. Os 6 foram do Shopping RioMar, de uma empresa quarteirizada chamada Mastel, que é uma empresa de Santa Catarina. Eu também tenho procedimento aberto. Aí, sim, houve



tráfico. Os seis foram aliciados no Piauí, em Santa Catarina e, salvo engano, na Bahia...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Para a construção do Shopping RioMar?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Exatamente. Era uma empresa quarteirizada, tanto que, na época em que saiu a notícia, eu recebi uns telefonemas meio estranhos. (*Risos.*)

O grupo... Eu tenho que fazer também aqui... Eu não demonizo alguns empregadores não. Acho que a gente precisa da decência e da consciência. Eu tenho que jogar o confete no grupo João Carlos Paes Mendonça, porque, realmente, na época, eles me convidaram, convidaram o auditor que fez também o resgate para dar palestra. Inclusive, a gente achou que ia sofrer muita saia justa chegar para uma palestra o Auditor e a Procuradora que disseram que tinha trabalho escravo na obra do Shopping RioMar. E eles foram muito abertos. Quiseram entender o que é o trabalho escravo contemporâneo. Porque o trabalho escravo contemporâneo não é corrente, é a “degradância”, que, dependendo do grau, “coisifica” o trabalhador. É igual a 1888, porque o trabalhador é considerado uma propriedade. É. Só que, agora, as correntes modernas são outras. Então, a “coisificação” passa por outras questões que a gente estava vendo ali. Aí a gente terminou dando palestra.

Porque o que está acontecendo na construção civil, com que todo mundo da área trabalhista fica muito preocupado, é que estão falando até em “quarteirização”. Não existe uma legislação brasileira que fala em “quarteirização”. Quando fala em terceirização a gente já fica preocupado. Então, está tão pulverizado, e a corrida para que tenha logo a obra da Copa, que fique logo pronto o shopping, que fique logo pronto, termina acontecendo esse nível de precarização. Graças a Deus não é a regra, tanto que o shopping tinha 2 mil trabalhadores, e a gente resgatou seis. Mas são situações que a gente tem que evitar encontrar.

Então, a gente palestrou no grupo. O grupo se dispôs, deu a devida comunicação, e era, realmente, uma empresa “quarteirizada”. Se a empresa não tivesse idoneidade financeira para pagar os trabalhadores, a gente ia chegar ao grupo, mas a empresa teve idoneidade financeira e pagou. Então, a gente não precisou ir atrás, nem pensar em botar em lista suja do Ministério do Trabalho,



cadastro de pessoas que tiveram, nenhuma dessas pessoas que estavam envolvidas com a direção do shopping, porque a quarteirizada teve a idoneidade financeira. A Zara, por exemplo, queria dizer que a — como se chama — a facção lá na ponta não era dela, mas não tinha idoneidade financeira. Então, a gente precisou, realmente, pegar a cadeia toda até chegar ao grupo espanhol mesmo. Os espanhóis vieram para o Brasil, pagaram a indenização de 3,8 milhões. Então, tem todo o contexto aí.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, você fica nos devendo o nome dessa pedreira lá...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Eu acho agora aqui na Internet.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Está certo. E nós vamos, depois, analisar se é interessante para a CPI ouvir Liliane, não é isso?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É Liliane.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A moça que era o contato lá com o Bahrein, com a empresa lá do Bahrein.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Isso. Eu tenho... Na cópia do meu depoimento, tem cópia de depoimento dela, mas talvez seja importante e interessante vocês...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Também vamos depois analisar, junto com companheiros, se vamos chamar essa empresa que você nos disse que tinha...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - A Mastel.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - ...que trouxe para a construção no Shopping RioMar...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Essa, assim, sem querer me intrometer, me intrometendo, essa é bem interessante ouvir.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A sua opinião é importante para nós.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - A Liliane vai ser interessante ouvir. Agora, ela é vítima também, tanto que, quando eu a chamava, ela ficou assim bem impressionada, mas é bom ouvir, inclusive como vítima, já que as vítimas aparecem pouco. O representante da Mastel vai ser bem interessante. Eu queria até acompanhar também, se vocês...



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Se você puder encaminhar para a CPI o que você tem, para nós será muito importante.

Eu quero informar, porque nem tudo que a Câmara e o Congresso aprovam o povo tem conhecimento, mas nós aprovamos no ano passado a PEC do Trabalho Escravo. A PEC do Trabalho Escravo foi um debate muito grande lá. Pessoas da área empresarial, não todos os Deputados, mas muitos resistiram muito, sob alegação de que um fiscal da DRT poderia chegar lá: *“Isso aqui é trabalho escravo.”* e já iria expropriar. Não é assim, mas foi aprovada pelo Congresso Nacional, no ano passado. Já foi promulgada à Constituição. E a PEC do Trabalho Escravo já existe, já é norma constitucional para, exatamente, termos mais elementos, legislação.

Para a legislação infraconstitucional, a gente está recebendo as contribuições. A nossa CPI, além de ter ido ao Ministro da Justiça, foi à Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi à OAB Nacional e foi a muitos e muitos outros órgãos.

Eu considero que estou satisfeito com as suas informações, juntamente com o Dr. Renato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Algum outro Parlamentar quer fazer alguma pergunta a mais à Débora?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu só queria, primeiro, parabenizar uma Procuradora tão jovem e tão preparada, estudando o assunto e se preocupando como, você mesma disse, a novela mostra um lado. E eu também disse: é apenas uma coisinha que ela está mostrando.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Mas com essa novela está tão bom, tão bom para a gente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não! Está bom. Ela chamou a atenção, na verdade. É o que eu disse aqui: ela chamou a atenção para tudo. Depois da novela... Porque antes era *“ouvi dizer, ouvi falar”*. A novela mostra uma realidade e que, daquela realidade, vem o trabalho escravo, uma série de coisas.

O que se falou aqui... Eu digo porque eu sou de Santa Cruz de Capibaribe, uma cidade lá do interior, que se desenvolveu muito. O desenvolvimento traz problemas. Não pensamos que desenvolvimento traz — Claro! — as coisas melhores. Mas Santa Cruz do Capibaribe, quando começou com a atividade de



confeccção, nós passamos a ser a cidade que mais produzia emprego no Norte e Nordeste do Brasil, mas também a mais violenta. É claro que hoje mudou tudo. Hoje é um exemplo de segurança. Com Pernambuco é a mesma coisa. Eu vejo Pernambuco hoje como a menina dos olhos do Brasil. Então, esse desenvolvimento atrai...

Quando eu disse aqui que nas hidroelétricas tem uma rede de prostituição que a acompanha — e aqui também eu não quero crucificar os empresários, porque jamais o dono da Odebrecht, o grupo da *(ininteligível)* ou qualquer uma vai estar ligado a isso.

Agora, eu acho que, como Pernambuco hoje passa a ser essa menina dos olhos, inclusive de trabalho que está sendo oferecido aqui, em diversas áreas da construção civil e muita coisa, precisa a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, o Ministério Público, Pernambuco precisa ter uma atenção. Hoje eu vejo a coisa mais importante: a criação da CPI aqui dentro do Estado, porque, aí, vai ter a Polícia Federal com a contribuição, o Ministério Público, o Poder Judiciário, as Polícias Civil, Militar, Rodoviária, todas, porque Pernambuco não é mais rota. Agora, nós estamos atraindo, realmente, e isso que falou sobre... Não está indo mais brasileiro. O País...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - E está recebendo mais gente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Está recebendo.

Então, eu quero parabenizar o seu trabalho e colocar as suas informações para a nossa... Vamos ouvir ainda os demais aqui, porque a cada um que a gente escuta, mais nos enriquece e o trabalho desta CPI vai melhorando a cada dia.

Agora, não vamos pensar que Pernambuco está uma coisinha muito boa nesse sentido, não, que não está. Pelo que a gente tem visto por aí, e um desenvolvimento desse como a gente vê aqui agora, com certeza, é só fiscalizar... Se for, vai achar muita coisa aqui em Pernambuco. O Deputado, já esteve um pessoal com ele aqui.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Se quiser, amanhã tem uma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Como é?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Amanhã já tem uma. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Já tem uma. Então, era isso. Vou passar para os colegas, para a gente também adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Débora, na informação que tem aqui, do Blog de Jamildo, tem uma matéria que diz assim: *“O MPT flagrou trabalho análogo ao de escravo em posto de gasolina no Recife.”* Nesse caso...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Teve o tráfico também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...inclusive, os trabalhadores eram aliciados na cidade de Timbaúba.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lá, 15 pessoas eram submetidas a condições degradantes. Eu pergunto: teve...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Esse a gente também não resgatou. Foi a mesma ótica. É um posto de gasolina, urbano, aqui em Recife. Todo mundo conhece esse posto. É ali na Rui Barbosa, que tem na esquina ali. O que o empresário fazia — “fazia”, se Deus quiser, porque eu tenho que ir lá fiscalizar o TAC? Ele chamava todo mundo de Timbaúba e deixava morando no posto. Ali, atrás, você vê o posto de gasolina vê a loja contêiner. Atrás, tem uma espécie de galpão, e os trabalhadores ficavam morando ali. Eu e o auditor, a gente constatou a situação, tirou foto, mandou chamar o advogado, etc., e a gente pensou muito se ia resgatar ou não, porque, realmente, as condições eram degradantes. Eles estavam trabalhando o tempo inteiro, morando no lugar, com salário complessivo, todos esses dados de “degradância”, porque a “degradância” não é a carteira não estar assinada — que fique bem claro —; é uma lista de irregularidades que, juntas, “coisificam” e ficam em condições análogas à de escravo. Só que o empresário tinha condição de regularizar aquilo. A atividade não era ilícita. Poxa, era um posto de gasolina! Ele tinha sete outros postos de gasolina. Então, a gente decidiu, nesse caso, não resgatar, embora as condições fossem realmente muito ruins. Só que, se o auditor disser que é trabalho escravo, ele tem que resgatar. E, em alguns casos, a mesma coisa aconteceu lá em Petrolina... Em alguns casos, a atividade é lícita. Então, o Ministério Público não quer tirar o emprego das pessoas, quer dar decência ao emprego. Então, embora as condições fossem muito ruins, a gente optou por não resgatar. O posto está pagando duzentos reais de auxílio. Criou-se... A gente até



criou uma coisa que a lei não diz: o posto está pagando duzentos reais para cada um desses 15 trabalhadores, como um auxílio-moradia; firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a gente, pagando um dano moral coletivo de 20 mil reais — que a gente converteu na compra de computadores e impressoras portáteis para a fiscalização. Então, a gente conseguiu sanear a situação, por quê? Se a gente disser que é trabalho escravo, a empresa entra no cadastro, que é chamado de lista suja. Esse cadastro, parece que não é nada, é uma sanção pedagógica muito forte, porque os bancos públicos cortam o financiamento. Então, se a gente inserisse aquele posto no cadastro, ele ia perder... ele ia perder a bandeira da Shell, e seriam menos 15 empregos no Brasil. E o Brasil precisa de emprego. Então, a gente optou, realmente, por não resgatar, nesse caso. No caso de Água Preta, a situação era terrível! Tem certos empregos que é melhor não tê-los. Nesse caso, não! Então, teve realmente esse outro caso, mas não está nesses 33 que eu citei... nesses 27 resgates, por isso: porque a gente não resgatou. Mas também tinha o tráfico: houve um aliciamento em Timbaúba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Dra. Débora, o posto é aquele lá do lado direito, de quem desce para a...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É, exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ... Rua Amélia ou o do lado esquerdo? É porque tem dois, um de frente ao outro.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS – Tem! O BR é o do lado esquerdo, e esse, do lado direito, a Shell.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Esse é o direito, a Shell.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É, é...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, os trabalhadores continuam trabalhando, só que agora...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS – Agora, com decência, um trabalho decente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas como a senhora... A delegacia chegou ao conhecimento desse fato?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Um dos trabalhadores denunciou. A mesma coisa é o Riomar. Um dos trabalhadores...



Porque é assim: esses peões do Trecho 6 já vinham acompanhando obra com o aliciador — porque o aliciador é o amigo da onça, não é? A gente estava até falando da Síndrome de Estocolmo, em que você acha que o seu agressor é o seu amigo. Então, o gato fica muito perto do trabalhador. Então, o trabalhador não foge. Mas chegou um novato, em janeiro — e esse resgate foi em fevereiro do ano passado. O novato que chegou, que viu que ia morar na favela, num lugar sem água: “*Nã, nã, nã...*”, e vendeu o colchão, comprou a passagem de ônibus e foi para a Superintendência do Trabalho, para a Delegacia do Trabalho, e ficou lá de braços cruzados. Ele disse que não sairia de lá enquanto o auditor não fosse com ele ver onde ele estava morando.

Então, foi denúncia de dois trabalhadores, nos dois casos. O que é raro, porque o trabalhador está muito acostumado àquela cultura de que para pobre qualquer coisa basta. É raro! É raro um rebelde, assim, se chegar. E, quando chega, a gente vê que não é a classe social que diz o direito que você tem. Você pode ser de qualquer classe social, e você tem o mesmo direito. Mas a cultura ainda é: “*É pobre? Ah! Qualquer coisa basta, está bom. Já é pobre mesmo, para que eu vou dar uma água boa? Ele vai beber água ruim em casa*”. A gente escuta isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO – Deixe-me... Eu vou falar aqui. *(Pausa.)*

O Deputado Luiz Couto, ontem — ouviu, Dra. Débora? —, no seu discurso, curtinho, falou da declaração do Papa Francisco — não é? O Papa Francisco, esta semana, disse que o crime de tráfico de pessoas é o pior que existe, não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É um dos maiores crimes. Ele até chamou de pecados da humanidade.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - É, exatamente. Então, assim, eu queria novamente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ele é padre.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO – É, Padre. O Deputado Padre Luiz Couto, o senhor poderia traduzir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É bom que saiba que ele é padre, ouviu?



A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Ah! Ele tem cara de padre mesmo. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Cara, não. Ele é.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu pedi...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Tem cara. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu pedi para ele traduzir, não é? Porque, na verdade, aí se falou na questão da prostituição. A prostituição não é uma profissão, mas uma ocupação, não é?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Mas ninguém... Quando a menina é levada para outro Estado, para outro país, ela não vai para ser prostituta, mas vai para ser modelo. Eu acredito que os pais, aqui, mesmo sabendo que prostituição é uma ocupação... Mas tem muita gente aqui que não deseja que o filha seja prostituta, não é? Às vezes, espera até que seja modelo, não é? Essa é a verdade, trazendo da teoria para a prática — não é?

Então, assim, a gente fica preocupado, doutora, porque, às vezes, a proposta é essa: para ser modelo — não é verdade? E a menina, às vezes, vai com 14, com 15 anos, e quando chega lá... A gente tem... Eu tenho visto casos de pessoas que são aliciadas com 30, e o pai diz: “*A minha filha foi aliciada*”. Quantos anos tem a sua filha? “*Tem 30.*” Só quem sabe é quem é pai e quem é mãe, não é? Eu digo, logo: “*Mas a tua filha tem 30 e foi aliciada?*” Mas a gente sabe que tem uns camaradas aí que conseguem aliciar mulheres e homens com mais de 30, até, não é?

Então, eu quero dizer que esse é um crime muito... é terrível! Quando a doutora falou dessa questão dos postos de combustíveis — eu não conheço esse posto, também não conheço o caso, sou só o Relator —, eu acho que precisa realmente tirar as bandeiras deles, mesmo, porque senão eles voltam a fazer novamente, entendeu?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Eu espero que não. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - É, porque, na verdade, isso é um crime terrível, o crime de tráfico, de aliciar as pessoas, de trazer o camarada inocente do interior, se aproveitar para explorá-lo.



Então, acho que a gente tem que, realmente... Aí eu trago essa reflexão, para que a gente possa... Eu sei que a senhora é totalmente engajada, a parablenizo. Tão nova e tão dedicada! A gente sai daqui com esse exemplo, com essa referência, mas acho que esse crime tem que ser realmente banido. Eu sei que é difícil, por causa da estrutura, por causa da falta de tantas coisas, mas ele precisa ser banido da sociedade, não só da pernambucana, mas de todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Uma coisa que eu queria endossar também é que, em São Paulo, a CPI também pegou o representante da Portuguesa de Desportos. Usando aí, veio o tráfico. Esse é que é, também... Encontrou-se lá um... O pior foi quando você me falou da terceirização. Quando o escândalo foi montado, foi descoberto um cubículo com 12 meninos em situação das mais precárias possíveis. Veja só. Mas cada um estava saindo do seu Estado, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, de não sei de onde, para ir para a Portuguesa de Desportos.

Quando a denúncia chegou — inclusive tem processo; a coisa está feita lá pros homens —, aí jogaram: *“Não, é uma empresa que nós terceirizamos”*. Então, aí se joga a defesa e a culpa para a empresa. E, quando nós fizemos as oitivas, quando nós interrogamos o pessoal da Portuguesa, jogou o time — é muito bonita a história do time; é como pegar aqui o Náutico, o Santa Cruz e o Sport —: *“Ah! Os grandes craques que saíram daqui”*. É justamente por aquilo que aqueles garotos foram pra lá. E aí é realmente pesado o negócio. Quando foi encontrada a garotada, entrou droga, entrou tudo no mundo, mas até hoje estão se livrando, porque foi uma terceirização. E aí se jogou a culpa para a empresa. A empresa, depois, some, porque é o nome de uma pessoa só, uma empresa vagabunda — me desculpem a expressão. E, na realidade, é a quarteirização.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Ave Maria! Isso arrepiava.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, é uma coisa que tem que se ver. Aí é questão de legislação, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem...

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Se for interessante pra vocês, também, nesse caso dos atletas, a gente tem um projeto nacional, no Ministério Público do Trabalho, que é justamente pra evitar o aliciamento desses atletas mirins.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E é o que tem mais, viu!

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - É.

E aí o Brasil todo abriu procedimento. Aqui em Pernambuco, eu firmei Termo de Ajustamento de Conduta com o Sport, com o Náutico e com o Santa Cruz, os maiores, pra não ter alojados crianças e adolescentes, garantir matrícula e frequência na escola, porque, na verdade, é só matrícula, ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Exatamente.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - ...e tem que garantir a convivência familiar. O Brasil todo abriu isso. Esse caso da Portuguesa também está sendo acompanhado, e aqui os grandes clubes já têm Termo de Ajustamento de Conduta.

Com as obras da Copa, a gente está reavivando esse projeto. E já me disseram que aqui em Pernambuco o problema é Caruaru, porque em Caruaru é que tem muito olheiro. Então, já vou tentar abrir contra o Porto e contra outro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Já está chegando perto do Santa Cruz. Vamos ter cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quero dizer que a Portuguesa é a Portuguesa Santista, não é a de Desportos, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É a Santista... Desculpe, a de Santos.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - E eu queria dizer que o Náutico é o melhor, porque é o meu time, mas, realmente, o Sport tem uma estrutura melhor. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é o seguinte: nós estamos aqui para pedir esclarecimentos, fazer perguntas, porque as análises depois nós vamos fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Vamos.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Vocês querem a cópia dos três processos, não é isso? O do shopping, o do posto... E qual era o outro?

(Não identificado) - Água Preta.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Água Preta, também, mesmo sem o tráfico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E essa coerção dos jogadores.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Destaques, também...



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Essa é importante. Esse aí tem importância pra gente.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Mas a gente não achou irregularidade aqui em Pernambuco, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não? Que bom! (*Risos.*)

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Que bom, não é? Só no Santa, na época, mas não tinha nada a ver com tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Olha, o fato é que muitas saíram sabendo que iam para serem prostituídas. Algumas não foram enganadas, saíram aqui do Brasil já sabendo que iam pra essa atividade. Teve até o caso de uma de Mato Grosso que ganhava dois mil reais, e ofereceram pra ela receber muito dinheiro. Ela deixou lá e foi pra Salamanca. Também muitos vão à Suíça. Principalmente, a grande questão lá é chamar para ser dançarino ou dançarina. Esse é um aspecto. Cada país tem uma característica também: o aliciador, o recrutador, o olheiro...

Porque tem o fato também de que, antes de mandar para esses lugares, tem algumas chamadas casas de engorda, onde as pessoas são preparadas para aquela atividade.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Se alimentam (*ininteligível*) granjas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, para aquela atividade. Nesse sentido, tem esse problema. Também, algumas vezes, é para ser modelo fotográfico, modelo de moda, desfile, para trabalhar como garçom, em restaurante, ou garçom, jogador e artista. Serem artistas, também nesses países. Então, nesse sentido...

Aí, a Dra. Débora levanta a questão, que nós também estamos analisando, não apenas do tráfico internacional, mas do tráfico interno, porque ele começa ali. Há muita gente, por exemplo, nas áreas onde se trabalha em cima de minerais. Também lá há muita gente escravizada. Na fronteira com a Venezuela e em outros locais, a gente vê que há diversas rotas onde essas pessoas são exploradas. E, muitas vezes, algumas delas não voltam mais, ninguém sabe... E a família fica procurando saber onde é que elas estão.



Mas a gente agradece à Dra. Débora, pelas contribuições. Quero dizer o seguinte: as pessoas que estão sendo ouvidas, se quiserem, podem sair, mas também podem ficar aqui o tempo todo. Se tiverem algum problema, podem sair. Se tiverem documento, depois, é só procurar o Manoel, aqui, que é o Secretário...

(Não identificado) - Temos a presença do Deputado João Fernandes, que chega aqui agora. Ele é Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - João Fernandes, seja bem-vindo!

E agora nós vamos ouvir, nessa linha aqui também, a Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza; e, depois — ligado a isso aqui —, a representante do Judiciário, neste Comitê de Enfrentamento, o Dr. Luiz Rocha. E a gente vai deixar de fazer as perguntas. Depois que os dois falarem, a gente faz as perguntas, porque é com relação ao Enfrentamento.

Com a palavra a Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - Primeiramente, quero parabenizar a CPI por esse trabalho, até porque o crime de tráfico é um crime invisível. Ele está sendo visível agora até pela questão da própria novela. Essa novela realmente está fazendo um trabalho muito bom em relação a alertar as pessoas sobre esse tipo de crime.

Quero parabenizar a todos da CPI; também ao nosso Secretário Executivo, Dr. Alessandro, pelo trabalho que está sendo feito pela Secretaria de Defesa Social; ao professor — foi meu professor —, Dr. João Olímpio; e a todos que representam também o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico que estão aqui conosco.

O Núcleo tem feito um trabalho preventivo e, também, de atenção à vítima. Então, esse nosso trabalho que temos feito, de prevenção nas escolas, levando a informação sobre o crime de tráfico... Muitas vezes, as pessoas ficam sabendo sobre a questão do crime de tráfico e procuram o Núcleo justamente para tirar suas dúvidas. E uma dessas dúvidas foi o caso de Bahrein. A pessoa procurou lá o Núcleo para, justamente, saber se aquela empresa era idônea, para onde estava indo.



E aí, imediatamente, nós levamos o caso à Polícia Federal, onde, lá, o Dr. Renato tem parceria muito grande do Núcleo com a Polícia Federal, com o Ministério Público do Trabalho e com todos aqueles que fazem parte do Comitê de Enfrentamento, que tem a sua parcela de trabalho, como também a Delegacia da Mulher, na pessoa da Dra. Lenise; do Dr. Joselito, aqui, da Polícia Civil; do Dr. Zanelli, da Criança e Adolescente; da nossa Secretaria Nacional de Justiça, que também que tem um apoio — de quatro em quatro meses temos reuniões de todos os Núcleos, inclusive está amadurecendo. E é uma forma interessante de a gente trabalhar, ver o que ocorre nos Estados. E cada vez mais a gente se capacita para poder atender melhor cada vítima que nos passam. E com esse caso de Bahrein, encaminhamos esse caso à Polícia Federal para uma consulta, e o Dr. Renato lá fez todo o levantamento, através do Google Terra, e, como ele viu lá, havia esse hospedeiro diferente. Então, chamou atenção essa questão desse hospedeiro.

E aí nós encaminhamos — por não saber se era trabalho escravo ou se era qualquer outra modalidade de tráfico —, por ter uma relação de trabalho, à Dra. Débora Tito, que faz parte, também, da Coordenação do Comitê, comigo, e a Dra. Débora Tito chamou, em audiência, a Sra, Liliane, na qual foi feito tudo, como já foi relatado aqui. Então, o Núcleo tem procurado, depois dessa novela...

Eu assumi o Núcleo em 2010. O Governo do Estado, através do Decreto nº 37.069, incluiu na Estrutura da Secretaria de Defesa Social o Núcleo de Enfrentamento e criou também o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico. A partir de então, a gente tem feito esse trabalho de prevenção, até porque o crime, por ele ser invisível, as pessoas não procuram ou têm medo, até pela própria ameaça da questão do tráfico. Mas através desse nosso trabalho, as pessoas têm procurado o Núcleo, e alguns casos que chegaram até o Núcleo são mais de exploração sexual, em âmbito internacional, e não pra tráfico interno. Nós não tivemos ainda nenhum caso sobre tráfico interno, de um Estado para o outro, mas tivemos, sim, a questão do trabalho escravo. Encaminhamos um caso para o Ministério Público do Trabalho de 15 trabalhadores que foram recrutados para o Pará. A princípio, disseram a eles que iam para a Serra Talhada e, no caminho, como eles acharam que estava demorando muito, e foi o tempo passando, passando, foi quando o motorista disse a eles: *“Não, vocês estão indo para o Pará.”*



E lá eles foram para o Pará. Recebemos, através do Núcleo do Pará, essa informação, mas eles já tinham voltado, todos os 15 trabalhadores, e nós fomos lá conversar, conversamos com cinco deles, e aí fizemos o levantamento da denúncia e encaminhamos ao Ministério Público do Trabalho.

Nós tivemos um caso de exploração sexual de um rapaz. É que ele, conversando conosco, saiu para São Paulo aos 12 anos, com 12 anos de idade, e com 15 anos ele foi para a Itália. Foi aliciado lá em São Paulo para ir para a Itália. Só que esse rapaz — nós fomos fazer o atendimento dele — voltou, e estava com 35 anos. Quando fomos fazer o atendimento dele, ele estava com problema sério psiquiátrico. E aí fomos fazer... Na realidade, ligamos para o CAPS, para poder dar atendimento a ele, primeiramente, psiquiátrico, e quando nós fomos retornar à pessoa que estava cuidando dele, disseram-me que ele tinha ido pra Goiana. Inclusive, eu pensava que fosse Goiânia, aqui, junto da gente. E aí nós ficamos à disposição dele. Na reunião de núcleo, não tivemos mais o contato com esse rapaz. Quando, na reunião dos núcleos, Goiás estava apresentando esse caso, eu achei que era o mesmo caso que nós tínhamos atendido aqui em Pernambuco. E aí foi quando ela me solicitou a certidão de nascimento — que ele não tinha, até porque estava fazendo todo o atendimento dele também lá, psiquiátrico —, como também tirando carteira dele pra trabalho, pra ele poder trabalhar — eu soube também que ele está trabalhando —, e aí nós encaminhamos. Fizemos a solicitação ao Poder Judiciário e encaminhamos a certidão de nascimento dele. Esse foi um caso que nós tivemos e que fugiu das nossas mãos por conta da pessoa ter encaminhado ele pra outro Estado.

Nós tivemos um caso também de uma menina que chegou, aos 23 anos, da Espanha, da cidade de Burgos. Ela foi aliciada por uma amiga e foi levada pra um clube, lá, de prostituição. O convite dela era para justamente ser garçonete num restaurante de um tio. E aí ela foi pra lá. E quando ela voltou, ela foi, na realidade, expulsa do país, segundo ela, porque saiu do tráfico. Ela não passou muito tempo, saiu do tráfico, mas conheceu um rapaz lá, viveu lá, ficou vivendo lá, mas ela terminou, a família parece que a denunciou, porque ela estava irregular, ou talvez não quisesse o relacionamento com o rapaz, e ela terminou sendo presa. E foi quando essa ONG internacional fez a visita e a acompanhou até a vinda dela para o



Brasil. E chegando aqui, ela só procurou o núcleo porque a organização disse a ela que se ela não procurasse o núcleo iria mandar um valor para ela receber por mês.

Então, ela esteve no núcleo, nós conversamos com ela, acertamos com ela para nós a levarmos até a Secretaria de Direitos Humanos, para ela iniciar um tratamento, até se ela quisesse conversar com o pessoal, para fazer um tratamento psicológico, e ela simplesmente sumiu, não quis de jeito nenhum, porque disse que não ia passar, porque tinha sido, inclusive, maltratada pela polícia nacional por ter ficado lá presa e não queria conversa com polícia. E realmente ela sumiu. A gente ainda tentou várias vezes retornar, até para ir conversando. É porque, na primeira escuta que a gente faz de atendimento, não dá para você fazer toda uma... a gente tem que criar aquela afinidade com aquela vítima, a gente tenta levantar o máximo com ela, até para encaminhar. Porque o papel no núcleo, na realidade, é de dar o primeiro atendimento e encaminhar aos órgãos competentes, até para tratar a questão da repressão, também.

E nós tivemos outro caso recente que foi o de uma menina de 25 anos. Ela foi para Portugal aos 18 anos; ela veio com a filha; ela deixou dois filhos aqui, mas foi grávida. Ela foi aliciada na Praia de Boa Viagem e foi para lá. Inclusive, as duas irmãs dela também já estavam lá, e ela foi também. Só que nós fizemos o atendimento a ela, fomos buscá-la no aeroporto e a levamos para a sua residência, porque o que ela queria era ir para casa. E, ao chegar à sua casa, nós vimos que tinha uma situação muito difícil, que era uma situação de droga. Estava ali o tráfico, também, de drogas, e a casa dela estava sendo um ponto de droga, onde viviam os pais dela.

E aí nós a encaminhamos também à Delegacia da Mulher para ter o atendimento, nós a levamos à Polícia Federal, onde também foi ouvida, e ela está disponível a prestar todo depoimento que precisar. Só que nós levamos, nós sentimos, pela situação em que ela estava, na questão da droga — e ela foi ameaçada lá, até porque nós fomos sem saber. O nosso interesse dar melhor atendimento a essa vítima. Então, simplesmente eu fui com um colega, e nós fomos levá-la até o local onde ela morava. E subimos o morro, assim, sem colete à prova de balas, sem nada, nós não sabíamos o que íamos encontrar. Isso, às vezes, são os riscos que a gente corre sem o conhecimento.



E quando nós chegamos lá — quer dizer, marcamos com ela 2 dias depois para justamente levá-la à Polícia Federal, até porque ela chegou muito cansada com a filha. Ela tinha fugido do local em que estava, tinha ido para o consulado. Já tinha passado, já tinha sido, assim, mais de 20 dias que ela vinha rodando de um lugar para outro, e aí ela estava muito cansada, disse para mim que só queria dormir. E aí nós a levamos e dissemos a ela que assim que nós ligássemos, fizéssemos o contato com ela, nós iríamos buscá-la para levá-la para fazer o depoimento na Polícia Federal. E foi assim que nós fomos —, quando nós chegamos lá e subimos aquele morro, por acaso, na hora em que eu estava chegando, eu disse para o colega assim: *“Não, vamos ligar e pedir para ela descer.”* Eu achei tão esquisito, porque nós fomos quase meia-noite, e o Secretário disponibilizou todo o seu policial. Então, nós fomos em carro preto e a levamos, e isso chamou atenção. E quando nós fomos buscá-la, ela disse que tinha sido ameaçada, que o pessoal lá tinha dito para que ela não subisse mais com polícia. Ela disse que não era polícia, mas eles disseram: *“Não, mas quem usa carro preto é polícia”*.

Então, pelo fato de ela ter sido ameaçada, nós a levamos à Delegacia da Mulher, também, e de lá nós a encaminhamos, também, para o Núcleo de Apoio Provisório. E fomos buscar toda a família, tirá-los daquele local, até porque ela estava correndo risco de vida. Aí nós a levamos ao Núcleo de Apoio Provisório da Secretaria de Direitos Humanos, e lá ela ficou. Mas não continuou no Núcleo de Apoio Provisório, porque ela não quis.

Inclusive, o pai dela descumpriu regras desse Núcleo de Apoio Provisório. Ela pediu desligamento de lá, do Núcleo, e voltou, mas não mais para o local. Na época, a polícia também deu uma batida no local e desarticulou toda a quadrilha que estava lá, a de drogas. E hoje ela está trabalhando, está assim com...

Eu pedi, inclusive, a ela para que fizesse todo o levantamento de tudo o que ela passou lá — de nomes de pessoas, de tudo —, para a gente poder... Porque ela disse que tinha um caderno com tudo documentado, mas que não estava achando esse caderno, até para a gente voltar, entregar e ir até a Polícia Federal. Estamos somente aguardando a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza.



Nós vamos agora ouvir o Dr. Juiz Luiz Rocha, Juiz de Direito do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para também falar da questão do enfrentamento. Depois, nós faremos as perguntas aos dois.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Boa tarde a todos. Eu me permito, Sr. Presidente, cumprimentar a todos, na pessoa do nosso Deputado pernambucano Sérgio Leite, e todas, na pessoa dessa lutadora por esta causa, a Dra. Jeanne Aguiar. Se hoje eu sou um colaborador, e apenas um colaborador, do Comitê, devo ao aliciamento feito por ela. *(Risos.)*

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - E à coordenação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Um aliciamento bom, não é?

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - É. *(Risos.)*

Na verdade, meu histórico é muito mais envolvido com Direito Público que com o crime propriamente dito, mas nossa primeira experiência na Vara dos Crimes contra Crianças e Adolescentes — de quem eu extraí a parceria do Dr. Zanelli, que está ali presente, um grande lutador nessa área, também, que é delegado de polícia — foi importantíssima para formação dessa consciência com relação a essas causas.

Hoje eu faço um paralelo muito fácil entre a área dos crimes contra crianças e adolescentes, sobretudo na área de favorecimento à prostituição, com a questão do tráfico para fins, também, de prostituição. A base desse problema me parece também que tem uma questão eminentemente de caráter social. São situações de vida, qualidade de vida, necessidades, falta de dinheiro, falta de estrutura socioeconômica, falta de estrutura familiar. Onde se encontra esse tipo de quadro, as portas estão abertas para o aliciamento, seja ele qual for.

Eu até brinco pelo inverso. Eu digo: *“Tente aliciar um americano para vir se prostituir no Brasil; tente aliciar um suíço para vir se prostituir no Brasil”*. Quer dizer, onde existem condições sociais altivas, essa porta para o aliciamento, via de regra, está fechada. Mas a gente sabe que a mudança desses parâmetros, de imediato, é muito difícil. A gente tem um País crescente aí, sobretudo a nossa Região Nordeste, com um *boom* desde 2005, sobretudo com a vinda de Suape e, sobretudo, também com a BR-232, que deu esse impulsionamento a Santa Cruz do Capibaribe e a



todas aquelas cidades que se pensava inicialmente que iram ser consumidas pela BR, e elas progrediram.

A experiência que a gente traz — e nós estamos encerrando um banco de dados na área de infância e juventude — é que a maior parte dos cometimentos na área, por exemplo, de favorecimento à exploração sexual infantojuvenil está orbitando o eixo de algumas BRs aqui no Estado. A 232 e a 101, que liga Norte a Sul, também. Elas orbitam esses eixos de BR.

Via de regra, a gente também se depara com a questão do tráfico interno. A questão do tráfico internacional ainda é uma coisa, não obstante a popularização pela novela, é uma situação quase que imaterial, porque aí a gente parte do ponto de vista técnico para as subnotificações, o que ocorre também na área de favorecimento à prostituição infantojuvenil.

O que é a subnotificação? São os órgãos responsáveis que detectam, num primeiro momento, essa situação, que eles não levam a conhecimento da autoridade policial. Por exemplo, todo agente comunitário, agente de saúde, que está inserido no âmbito da comunidade, seja no morro, seja na comunidade pobre, ele sabe onde isso acontece. Ele sabe exatamente onde é que uma jovem é aliciada e retirada do seio daquela comunidade para poder levar para fora do País ou para levar para a cidade mais próxima e prostituir. Entretanto, aquela vontade dele de denunciar é represada pelo amor à própria vida, porque, na hora em que ele levar essa informação, ele corre esse risco.

Um hospital que recebe uma jovem — vou aqui usar uma expressão bem objetiva e direta, me perdoe o senhor —, vítima de ruptura, por exemplo, anal por prática de sexo, e ela diz no momento e faz um relato de prostituição, esse hospital deveria ter a obrigação de notificar imediatamente as autoridades para poder tomar essa informação. No entanto, não é feito. É só consignado: *“Ruptura por isso ou por aquilo ou qualquer coisa.”* Define-se o quadro clínico e simplesmente se silencia com relação ao restante, sobretudo se essa unidade for uma unidade vinculada ou próxima daquela comunidade.

Então, eu estou querendo muito mais levar para os senhores um alerta e dar certos quadros, porque eu devo supor que, a partir da 47ª reunião, que é esta, os senhores já tenham uma riqueza de informação tremenda. Então, talvez eu seja



mais contributivo apresentando ao senhor algumas experiências próprias da minha atividade.

A dificuldade que o Dr. Renato aqui trouxe estrutural e operacional da Polícia Federal, que tem um brilhante trabalho nesta Nação... Eu o vejo integralmente no trabalho desenvolvido abnegado pela Polícia Civil aqui em Pernambuco, na área de favorecimento à prostituição.

Para desenvolver esse trabalho, primeiro é preciso ter uma equipe técnica preparada para identificar os casos e investigar esses casos. Segundo, é preciso ter uma estrutura excepcional. Não são crimes que se pega no primeiro caso, como quem comete um homicídio na rua e consolidou a morte naquele caso ou tentou a morte naquele caso e pode ser preso imediatamente. Não é assim. É um crime que tem que seguir, passo a passo, uns tópicos, até chegar à realidade.

Então, aqui fica o apelo para que essas polícias também sejam estruturadas, tenham departamentos oferecidos, tenham condições, como o Deputado bem citou, de se deslocar — não é, Major Fábio? —, ir até o local, ir até o outro país, porque não é só isso. O que é crime no nosso País pode não ser crime lá fora. Cárcere privado, por exemplo, é uma figura de crime que nós temos no Brasil. Mas, em alguns países do Oriente Médio, vai muito mais além do cárcere privado, cárcere privado é apenas uma cautela do marido para resguardar a mulher, não é crime.

Favorecimento à prostituição é uma figura nossa. Como a Dra. Débora bem citou, a prostituição em si não é crime, mas o favorecimento é. Não é? Então, para se constatar um favorecimento, é complicado. Não é uma questão fácil.

Então, o que eu digo às unidades policiais é que a gente não deixe de abraçar essa causa. Vamos formando os inquéritos, ainda que com poucos elementos, porque, nessa área de prostituição, é fato o que foi dito aqui: ninguém quer se identificar, ninguém quer sair dessa situação. A pobreza em que vivem, o estado tal e a prostituição a que já são submetidas é muito melhor estar fora do País fazendo prostituição de alto nível ou pelo menos em condições de vida melhores.

Quero também citar aos senhores que, na questão dos dispositivos legais, é preciso haver um trabalho do Congresso, sobretudo desta Comissão, que está empenhada. Deixo em torno de sugestão que se proceda a alteração exatamente no Capítulo Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra



Forma de Exploração Sexual. É preciso rever esses artigos, do art. 227 até o art. 232. Aí é que estão as referências do que é tráfico de pessoas, do que é trabalho, do que é prostituição a certo ponto.

Então, é preciso se rever alguns conceitos, inclusive, quando a gente tem uma pessoa maior de idade que está visivelmente submetida à prostituição e sendo degradada, mas entende que aquilo não é crime nenhum, que ela recebeu o que foi acertado e apenas está desenvolvendo um trabalho que, aos olhos dela, é mais do que lícito. Nós temos isso exatamente na prostituição infantojuvenil. Nós temos crianças com 11 anos que chegam às vezes conduzidas. E, se a gente não vir essa criança naquele momento... Primeiro, ela já chega dizendo que não houve nada de mais: *“Não, eu estava só com o moço ali.”* Com tudo comprovado, com camisinha, com tudo, elas chegam dizendo que não houve nada, porque elas sabem que vão voltar para aquele local e vão precisar novamente daquele cliente que busca os serviços sexuais dela. Então, isto é com 11, é com 12, é com 14, é com 15, é com 18: elas negam peremptoriamente, pra permanecer na situação de prostituição, porque acham que aquilo é um meio de sobrevivência — embora isso vá causar um prejuízo enorme àquela pessoinha, porque ela não vai ter vida mais nem na comunidade dela, pelo simples fato de ser uma menina de programa ou uma garota que se prostituía.

Então, eu acho que é preciso revisitar esses artigos, e os senhores terão poderes para poder recomendar isso, pra que a gente possa, vamos dizer assim, abrigar outras situações de crimes que não estão ainda previstas. Nesse particular ainda de modificações legais, há a possibilidade também de se dar força à prova produzida no inquérito policial. Ou seja, independente de a pessoa se ver ou não como vítima de tráfico ou como vítima de exploração, é preciso que se dê força à investigação policial, para que a investigação policial seja valorizada na hora da apresentação da denúncia.

Nós temos um caso inédito que é no caso de estupro de vulnerável, ou estupro, onde o depoimento da vítima é considerado, ainda que exista só ele. Então, se a gente chegou a esse conceito, a essa admissibilidade, porque a jurisprudência se consolidou em torno disso, ou seja, ainda que só haja o depoimento da vítima, ele tem força e tem eficácia; se a gente chegou a essa forma, a gente também pode



chegar ao formato de que a investigação, com todos os seus elementos, muitas vezes com escuta telefônica, com abordagem, se chegou a toda a caracterização daquela situação, então nós a possamos utilizar como prova, independente de a vítima dizer *“Não, não foi bem assim; eu estou satisfeita como eu estou. Eu estou sendo explorada, estou sendo usada sexualmente os 8 dias da semana”* — não são nem os 7 —, *“24 horas por dia, mas eu aceitei ser assim”*, porque ela nem tem condição de avaliar o grau de subumanidade em que ela se coloca.

Era só isso o que eu queria acrescentar, senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Luiz, pela contribuições.

Pedimos aos Parlamentares que identifiquem suas perguntas. Ao final, nós as faremos àqueles de que a gente precisa ter algum esclarecimento.

Com a palavra o Dr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, que é Secretário Executivo de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Boa tarde a todos e a todas, Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Luiz Couto, em nome de quem cumprimento os demais Deputados, a Mesa, o Plenário.

A nossa Chefe do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Dra. Jeanne, já, de forma rápida, deu um panorama do que o Núcleo vem fazendo. Então, de certa forma, nós temos uma estrutura, ainda que modesta, que bem conduzida vem trazendo as respostas que são necessárias. E toda vez que é preciso um apoio, nós temos toda a estrutura da Polícia Civil, da Polícia Militar, Científica, Federal, do Ministério Público e dos demais parceiros no Estado.

Então, eu vou me permitir ampliar um pouquinho o leque da discussão de forma rápida.

Pernambuco, realmente, vem vivendo um grande crescimento tanto na área industrial quanto imobiliária. Então, nós temos um afluxo muito grande de trabalhadores de todas as partes do País, porque a mão de obra local não deu vencimento à quantidade de empregos que foi gerada. Pra citar só um exemplo, apenas as obras da Refinaria e da Petroquímica, em outubro do ano passado — eu não tenho os números atuais —, tinham 50 mil trabalhadores, apenas nessas duas obras.



Então, vêm pessoas de bem e vêm pessoas com antecedentes criminais, com problemas, e trazem aqueles problemas de se ter um crescimento, um *boom* de progresso de uma forma rápida. Essa é uma preocupação da Secretaria de Defesa Social e do Governo do Estado de Pernambuco, nós estamos atuando com intensidade lá, na região. E, para citar um exemplo, a gente tem que procurar reduzir os índices de criminalidade no Estado, e essa é uma preocupação que é pública. Nós temos um programa de... tipo uma política de segurança pública no Estado, que é o Pacto pela Vida, e, de uma forma rápida, de 2007 até hoje, o principal indicador de violência é o número de homicídios. De 2007 até hoje, nós temos uma redução de quase 40% no número de homicídios no Estado, e de quase 50% na Capital, Recife, que já foi a cidade mais violenta do País.

De 2000 a 2010, segundo o estudo Mapa da Violência, a única cidade, o único Estado no Nordeste que conseguiu reduzir seus índices de criminalidade foi o Estado de Pernambuco. Então, o que acontece? Esse crescimento traz empresas boas e empresas ruins, trazem o “gato”, trazem diversas pessoas que querem se aproveitar disso para, de uma forma até criminoso, ter um proveito próprio.

Então, o que eu tenho a colocar, de forma pública, é que a Secretaria de Defesa Social e o Governo do Estado de Pernambuco reiteram o espírito de cooperação, e estão à disposição para atuar da forma que for necessária.

Outro exemplo que a gente tem é na redução de crimes violentos contra o patrimônio. De outubro de 2012 até os dias atuais, após a implementação do programa da patrulha dos bairros, nós tivemos uma redução de 30% no número de crimes violentos contra o patrimônio no Estado.

Um registro que eu acho importante ser feito aqui é o seguinte: nós somos o único Estado que realizou o mapeamento de toda a malha rodoviária estadual no sentido de identificar pontos de vulnerabilidade de exploração ou de abuso sexual nas suas rodovias estaduais. Foi um trabalho feito em conjunto com uma ONG, a Childhood, com o pessoal da Polícia Rodoviária Federal, que repassou essa metodologia de trabalho. E esses pontos de vulnerabilidade são classificados em 4 graus de risco. E, nesses 4 graus, foram detectados mil pontos, aproximadamente, de possível local a ser usado ou para exploração sexual ou o abuso, e isso tem uma vinculação muito grande com o tráfico de pessoas.



Então, feito esse diagnóstico, nós fizemos uma reunião há cerca de 20 dias, com a rede de assistências. Por quê? Porque esse tipo de ação, como já foi dito aqui, não pode ser simplesmente policial, ela precisa ter toda uma estrutura para que se dê outras alternativas àquelas pessoas que estão sendo ou abusadas, ou exploradas. Mas, muito em breve, nós devemos ter o início das operações propriamente ditas, e, depois, a manutenção delas. Agora, dito pela Polícia Rodoviária Federal e pela Childhood, que Pernambuco foi o primeiro Estado a mapear toda a sua malha rodoviária estadual.

Finalmente, reiterando a disposição da Secretaria de Defesa Social, da Polícia Civil, em participar naquilo que for necessário, já foi mencionado, mas eu repito, temos a presença aqui, na audiência, do Delegado Joselito Amaral. Ele foi Chefe do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa por quase 5 anos, e hoje é o Diretor de todas as unidades especializadas da Polícia Civil; a Dra. Lenise Valentim, que é a gestora do Departamento de Polícia da Mulher, e o Dr. Zanelli Alencar, da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente. Eu considero essas 3 pessoas como peças chaves para a atuação na repressão a esse tipo de delito.

Então, senhores, em breves palavras, era isso o que eu tinha a colocar. Reitero, pessoalmente, a disposição da Secretaria de Defesa Social e do Estado em coibir qualquer tipo de desvio, qualquer tipo de abuso que ocorra, e instaurar os procedimentos que sejam necessários para investigar esses fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Alessandro. Vamos agora já ouvir os 3 representantes também da Secretaria.

Agora, com a palavra, o Dr. Joselito Amaral, que representa aqui o Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, Dr. Osvaldo Almeida de Moraes Júnior.

O SR. JOSELITO KEHRLE DO AMARAL - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentá-los na pessoa do Deputado Luiz Couto, que preside esta sessão, bem como os demais da Plenária. E, como foi dito pelo Secretário Alessandro Carvalho, a Polícia Civil e as especializadas, da qual estou à frente, a Diretoria de Polícia Especializada, está à disposição para aquilo que for necessário.

Obviamente, todas as informações que chegam à polícia, de ofício, as medidas são imediatamente adotadas: a Dra. Lenise, quando se trata de violência



contra a mulher; o Dr. Zanelli Alencar, quando envolve criança e adolescente. Temos a delegacia especializada, que faz parte do Departamento de Crimes contra o Patrimônio. E a Dra. Débora Tito citou a participação de empresas na prática de estelionato, no sentido de cooptar essas pessoas, induzindo-as a erro. E, se essas informações nos chegarem, obviamente nós vamos adotar as providências necessárias.

Fizemos uma busca, uma pesquisa, de ontem para hoje, e não localizamos qualquer procedimento que versasse sobre a exploração de seres, aliás, o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual para o país de Bahrein, no Oriente Médio. E, conversando agora com o Dr. Renato, ele também informou que na Polícia Federal não havia inquérito instaurado que apurasse essa situação. Mas renovo aqui a disposição da Polícia Civil, em nome da chefia de polícia, para, se solicitado, e da mesma forma, se tomar conhecimento de ofício, nós, com certeza, adotaremos as providências necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Vamos ouvir agora a Dra. Lenise Valentim.

A SRA. LENISE VALENTIM DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento a todos aqui da Plenária, em nome do Deputado Luiz Couto, e agradeço, Deputado, a deferência.

Àquela época em que eu trabalhei em Timbaúba, que a gente trabalhava com grupo de extermínio, era muito difícil. Não existia o Pacto pela Vida, mas ali ficou a lição da integração, né, porque a gente trabalhava junto com o Promotor, Dr. Humberto Graça, a Juíza Dra. Mariza, e nós tivemos um apoio muito grande, através da CPI, de poder elencar esse trabalho. E, por coincidência, eu estava aqui pensando, lá também, em Timbaúba, eu tive oportunidade de fazer, de iniciar um procedimento, onde ficou detectada a questão do tráfico de crianças para adoção. Então lá houve um período, de 1992 e 1993 — esse procedimento foi em 2003 —, em que 26 crianças foram dadas para adoção e, pasmem vocês, havia processos que duravam 3 dias. De toda... Foi uma situação Timbaúba/Aliança. E hoje a gente está aqui trabalhando agora no Departamento da Mulher. Quando eu trabalhava com a parte de homicídio, eu me sentia uma policial, assim, quase uma Helô, aquela



policial muito operacional. Mas a gente, quando passa pra outra área — hoje eu trabalho com a questão da violência doméstica —, eu vejo que é uma violência muito mais covarde, muito mais devastadora, silenciosa. E a gente vem nesse trabalho desenvolvendo uma parceria também com a Dra. Jeanne. Nós somos a força policial dela pra qualquer situação que precisa. E eu aqui me coloco à disposição para poder contribuir com o que for necessário.

A gente passa aqui em Pernambuco, realmente, um momento especial, porque a gente sabe que as mazelas que acompanham o desenvolvimento são inevitáveis. Até com essa preocupação, a Secretaria de Defesa Social, o Dr. Damásio, a gente instalou a Delegacia da Mulher tanto em Goiana como no Cabo de Santo Agostinho, onde tem uma grande concentração de trabalhadores. Que a gente possa, através desse trabalho, poder alcançar aquelas mulheres que, muitas vezes, não se identificam como vítimas. Elas estão sendo ali exploradas.

O ano passado, através da Delegacia da Mulher aqui em Recife, a gente teve um caso em que nós conseguimos prender os proprietários de dois cinemas. A mulher praticava sexo no palco, ficava aquela fileira de homens, ia subindo no sofá, na presença de todo mundo. E nós conseguimos fechar, através de outras ações, o local, tudo. E quando a gente vai conversar com aquela pessoa, *“Não, eu vim porque estava precisando de dinheiro”*. Então a gente sabe que é muito difícil a própria pessoa procurar a polícia, porque ela não se identifica como vítima. Ela acha que aquela situação é uma situação que vem melhorar a condição de vida.

Então, como policial, a gente fica, assim, muito confortada de ver a mobilização de outros setores. Por quê? Porque não adianta apenas uma situação policial. Algumas outras questões vão além da polícia, a gente precisa do apoio do profissional da saúde, precisa de uma assistência, porque só o fato de incriminar, de prender não vai resolver.

E, pra finalizar, eu queria deixar aqui também registrado que a novela, eu acho que ela fez dois resgates: um, realmente, é trazer à tona essa questão do tráfico de pessoas, como eu falei, que já é, assim, tão antigo e tão difícil de visibilidade, e a outra é com relação aos delegados. Nós tínhamos sempre na televisão a figura de um delegado corrupto, alcoólatra. Tinha uma novela até em que a mulher era quem mandava na delegacia e o homem não mandava em nada, ele é



quem era o delegado. E hoje a gente tem aí uma delegada Helô, que é um exemplo, uma mulher muito elegante. Eu acho que isso até foi o que motivou o Curso de Defesa Pessoal pra policiais femininas aqui, pra ver se a gente consegue ter toda aquela desenvoltura.

É só isso e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Acho que ela se espelhou na senhora, viu? (*Risos.*) Pode ter certeza de que foi muito importante naquela CPI da Pistolagem, com o Dr. Graça, com a Dra. Luíza, lá...

A SRA. LENISE VALENTIM DA SILVA - Marisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...Marisa e também com outras pessoas lá que contribuíram muito no sentido.

O Dr. Zanelli está aí, não é?

(Não identificado) - Está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Gostaria de falar agora, Dr. Zanelli?

Peço desculpas de não tê-lo colocado na Mesa, porque não me deram o nome. Mas agora...

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Tranquilo, com certeza.

Boa tarde a todas e a todos.

Recentemente, nós tivemos algumas experiências aqui em Recife com garotas em situação de exploração sexual.

A gente sabe que o tráfico de pessoas é predominantemente voltado pra o âmbito externo. Então, a Polícia Federal é que tem atuado. Nós vimos, em diversas matérias, que brasileiras foram mandadas para Espanha e Portugal, e a Polícia Federal tem atuado. E nós vimos, pelos dados que o delegado passou, que mesmo assim, em 12 anos, nós tivemos apenas 35 inquéritos de tráfico, os quais abertos por denúncias não comprovadas na boa parte, segundo a fala do próprio delegado.

Voltando aqui para o tráfico interno, lembrando o que a Promotora Tito falou, nós verificamos que, no Brasil — e isso eu falo há algum tempo, eu vejo que é chover no molhado, infelizmente —, as casas de prostituição, aquelas típicas que nós conhecemos desde os tempos mais idos no interior do Estado onde existia a rua



do cabaré, por exemplo, isto ainda hoje é uma realidade em nosso País, e através destas casas é feito o tráfico interno de mulheres.

Desde 2008 eu estou na Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente. Diversas denúncias eu fui apurar e nós autuamos, em diversas oportunidades, tráfico interno de pessoas. Não encontrávamos adolescentes nas casas de prostituição do Recife. Eu também participei do GPCA no primeiro momento, entre 2001 e 2006, e desde esse período nós autuamos diversas casas de prostituição, uma delas me chamou muita atenção: “Ninfas Night Club”. E nós vemos que nós temos a tolerância no três níveis nessas casas. As Prefeituras não fazem nada, e, via de regra, essas pessoas não são autuadas em flagrante. Em Pernambuco, a GPCA foi à Gerência e, particularmente, me desculpe a referência, mas é um fato da realidade, eu autuei diversos prostíbulos aqui no Recife por tráfico interno de pessoas. Deixei de fazê-lo porque não estava encontrando o objeto do meu trabalho, que é a exploração sexual de adolescentes. Mas eu acho que a CPI — sugestão — deveria aconselhar, ou coisa que o valha, os governos estaduais, as polícias militares, as polícias civis, ao identificarem as casas de prostituição, que são também abrigos para garotas que estão se iniciando e estão sendo exploradas sexualmente, a reprimir, de forma mais eficaz, mais eficiente.

Eu, em 2005, se não me falha a memória, eu passei 10 dias em São José da Coroa Grande. Aliás, uma cidade perto de São José da Coroa Grande — esqueci o nome —, Barreiros, 10 dias, fomos apurar diversas denúncias. Eu autuei lá por tráfico interno de pessoas — a lei que prevê o tráfico interno de pessoas que alterou o Código Penal é a 231-A, é de 2005 —, em novembro de 2005, eu autuei a cafetina mais antiga da cidade que tinha 30 anos no exercício e na exploração da prostituição. Evidentemente que ela continua lá fazendo a mesma coisa. Então, o tráfico interno é palpável. A nível de *night club*, quando eu participei da operação, nós encontramos mulheres de todos os Estados do Brasil. Elas foram conduzidas numa *van* e eu só pude colocar 19 na *van* porque não dava mais. Tinha mais, e eu relacionei aquelas pela identidade, que eram de outros Estados, Amazonas, Pará, Paraná, diversos Estados da Federação. Inclusive, para minha surpresa, a pessoa que apresentou-se como gerente foi autuada em flagrante e só foi solta pelo Tribunal. O Juiz da primeira instância manteve a prisão, o entendimento dele é que o



trabalho estava correto e manteve. Evidentemente que tráfico interno para combater é muito difícil porque hoje até os próprios tribunais têm entendido que casa de prostituição não é crime, mas o Código Penal me diz, no art. 229, que é. E o Código, no 231-A, reforça que explorar a atividade, a prostituição é crime, mas nós não fazemos absolutamente nada. Eu temo muito que... A gente vê diversas CPIs, participamos, conversamos, mas resultados práticos, né, de continuar, de ter, os relatórios que são produzidos, eu acho que eles ficam nas estantes e nas bibliotecas e não geram frutos concretos. Por quê? Se nós não conseguimos combater o tráfico interno de pessoas que é feito nas casas de prostituição de todas as cidades do Brasil, quase sem exceção — eu não vou dizer com exceção porque uma ou outra pode ser que não tenha —, elas têm essas casas de prostituição e ninguém autua em flagrante? Então, se a gente não faz o que está a mão, o que está à vista, como é que vai combater o tráfico internacional, que é muito mais difícil? Quando adulta ela pode... Ela, de um modo geral, se oferece para participar dessa atividade, desse trabalho, porque ela vai auferir lucro, mas ela sabe da condição pela qual ela vai passar. E é muito mais difícil, porque a Polícia Federal... A partir do momento em que o crime abrange mais de uma unidade da Federação ele é de exclusividade da Polícia Federal, e a gente, mesmo que quisesse, a gente teria limitações legais.

Então, é muito complicado a gente ter uma CPI para apurar, focar no tráfico internacional, quando o tráfico interno de pessoas poderia ser facilmente combatido se todas as casas de prostituição das grandes cidades, dos grandes centros, fossem fechadas. E as Prefeituras deixam de fazer o dever de casa quando fornecem alvarás e sabem que aquele alvará não é para funcionamento do restaurante e o deixam funcionando anos e anos. Até evitaria, em parceria com a Polícia, que o tráfico interno se concretizasse, se as Prefeituras o interditassem.

Vou dar o exemplo do Bar Bambu, em Boa Viagem, que só foi interditado quando o *Fantástico* fez uma matéria excepcional. Ele foi interditado no dia seguinte pela Prefeitura. Ou seja, medida administrativa. Então, muitas vezes só se olha para o ente mais fraco dessa corrente, que se chama “polícia”. A gente sabe que é um assunto extremamente complexo a atuação da polícia. Porque a denúncia, o receber da denúncia é muito interessante no sentido de que você apenas repassa aquilo e divulga os dados como se fossem uma realidade, como se aquilo existisse, como se



a polícia pegasse todas as denúncias e tivesse apenas que ir ao local e estaria tudo absolutamente provado. A gente sabe que a maior parte das denúncias é improcedente.

Nós temos, na GPCA, um setor que aglutina todas as denúncias que nós recebemos do Ministério Público, do Disque 100, do Conselho Tutelar. Nós temos 22 mil denúncias. Nós temos três policiais. Nós temos, vale ressaltar, lembrando essa deficiência, a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, uma das melhores estruturas de atendimento à criança e ao adolescente do Brasil. Nós temos 220 policiais. Nós temos, na capital, em regime metropolitano, quatro delegacias, um plantão que atende com exclusividade vítimas e um plantão que atende com exclusividade infratores. Mas nós temos uma demanda que está muito acima da nossa capacidade. E há um detalhe: nós poderíamos até rever que as delegacias especializadas se especializassem de fato, porque nós atendemos, por exemplo, uma criança que é agredida por um vizinho, leva um cascudo, um cocorote, um tapa, e vai para a GPCA. Nós temos que ter, aproveitando isso aqui, inclusive com a presença do Secretário, nós temos que ter foco em abuso sexual, exploração sexual.

Crime contra o patrimônio. Felizmente, a nosso pedido, foi feita uma portaria pela chefia de polícia para nós não atendermos crimes contra o patrimônio. Um adolescente... Via de regra, crime contra o patrimônio é praticado, na minha área, contra adolescentes de 16 anos, 17 anos, por ladrões que levam os celulares deles, via de regra. Então, não tem por que o distrito não fazer esse flagrante, não tem por que nós termos uma gama imensa de tipos penais para atender, quando, na verdade, nós somos generalistas e deixamos de ser especializados. Este é o meu apelo: que todas as casas de prostituição sejam autuadas por todos os distritos. Os distritos sabem onde estão as casas de prostituição, e, se não sabem, é fácil saber. E que nós sejamos, de verdade, especialistas. Ou seja, não podemos tomar conta de todos os tipos penais do Código Penal, porque, por melhor que seja nossa estrutura, e é muito boa... Se quiserem podem fazer uma visita à GPCA e podem fazer visitas a outros Estados da Federação para comprovar o que estou dizendo. E no Nordeste, de longe, acho que se juntarmos todos os Estados do Nordeste não terão a estrutura que a gente tem. Eu não conheço outro melhor do que o nosso no



Brasil, mas a nossa demanda está muito além da nossa capacidade, principalmente pelos diversos tipos penais que nós temos. Culturalmente nós abraçamos isso, e para mudar é meio complicado, mas é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Zanelli, pela contribuição. Eu acho importante a contribuição que V.Exa. coloca, e a CPI, com certeza, vai levar em conta e colocar para que todos os Secretários de Segurança possam... E também responsabilizar aquelas autoridades que dão concessão de alvarás sabendo que ali não vai funcionar um restaurante, como antigamente algumas pensões familiares eram pensão familiar mas na realidade não tinham nada de familiar.

A Dra. Evana Lima, que é da Coordenação das Casas da Juventude, disse que não precisa mais falar, porque ela já está contemplada pela fala dos outros.

Agora, nós vamos ouvir o Dr. João Olímpio Mendonça, que representa a OAB de Pernambuco; depois, o Dr. Geraldo de Azevedo Nóbrega, que é o Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares do Recife, e aí nós terminamos os convidados que estão à Mesa. Depois, ouviremos as pessoas que estão aí e que queiram também contribuir com esta CPI.

Com a palavra o Dr. João Olímpio Mendonça, representante da OAB de Pernambuco.

O SR. JOÃO OLÍMPIO VALENÇA DE MENDONÇA - Eminente Deputado Luiz Couto, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais integrantes desta Mesa, minhas senhoras e meus senhores presentes, eu serei breve. Eu sou advogado militante na área criminal, sou professor universitário e atualmente sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Eu ouvi atentamente todas as colocações que foram aqui feitas e vou ter o cuidado de não ser repetitivo. O tema realmente é da maior relevância, tráfico de pessoas e, como já foi dito aqui, ele veio à tona mais recentemente por força da força da Rede Globo de Televisão, na novela *Salve Jorge*, que eu, vez por outra, acompanho, uma vez ou outra.

Mas a questão se torna interessante porque se trata de um crime que acontece sorrateiramente, não é daqueles, pelo menos não era daqueles que vinham sendo objeto de preocupação maior no dia a dia dos órgãos de segurança, porque, por conta dessa neurose coletiva que vivemos no dia a dia no Brasil, nós



estamos mais voltados para os crimes violentos do dia a dia, a violência doméstica, o assalto em toda esquina. No Brasil, eu sempre digo, até em tom jocoso, que quem não foi assaltado vai ser amanhã, porque estatisticamente ninguém escapa. Eu já fui duas vezes, apesar de ser ligadíssimo. Mas nós estamos mais voltados exatamente para esse tipo de delito que nos incomoda no dia a dia. Mas essa questão do tráfico realmente é uma questão muito, muito séria realmente, e é necessário que haja um direcionamento maior para se abordar esse tipo de delito, até mesmo porque, como já foi aqui mencionado pelo eminente Deputado Luiz Couto, do ponto de vista legislativo, do ponto de vista penal, existe a tipificação do crime de tráfico de pessoas para fins sexuais.

A Dra. Procuradora do Trabalho lembrou aqui, e eu até conferi, não me lembrava, que existe também, no art. 207, a questão do aliciamento de trabalhadores para trabalhar fora do seu local, do seu Estado de origem. Mas o que me parece é que o problema maior esbarra na falta de estrutura, que se depara com os órgãos encarregados de repressão a este tipo de delito, porque nós sabemos que a prostituição, por exemplo, segundo dizem, é a profissão mais antiga do mundo. A prostituição em si não é crime. Eu, nesta Comissão de Direitos Humanos, tenho tido, inclusive, oportunidade de conviver com esses segmentos, associações de profissionais do sexo, associações LGBT e coisas do gênero. Então, isso, hoje em dia, é uma coisa que eu diria até que está na moda. Está na moda, é verdade. Eu costumo até dizer, em tom jocoso: *“Olhe, daqui a 5 anos isso vai ser obrigatório”*, na pisada que vai. *(Risos.)* Hoje eu pego o jornal *Diário de Pernambuco*, na Internet e tudo, com uma notícia de primeira página, quase: Daniela Mercury anunciou aí sua união com a jornalista fulana de tal. Eu acho que todo mundo aqui deve ter visto. Quer dizer, saiu definitivamente do armário, como se diz vulgarmente. Mas o problema maior é realmente essa questão da exploração. Já foi aqui dito pelo Dr. Renato, a gente tem que diferir a pessoa que está ali realmente espontaneamente daquela que está sendo explorada.

Eu encontrei, há aproximadamente 2 anos, em Paris — o mundo é pequeno —, uma moça que foi minha colega de adolescência. Eu a encontrei em Paris. E ela me disse que estava em Paris já há mais de 10 anos e que era prostituta em Paris e que vivia muito bem, obrigado, e que não pretendia voltar de jeito nenhum nem



deixar a atividade. Visitava o Brasil uma vez por ano para ver a família. E conversamos, e ela estava muito bem. Prostituição de alto luxo. Eu até encomendei a ela um perfume lá para mim, dois perfumes. E ela me trouxe. Eu fui reembolsá-la, ela esnobou. Disse que não queria, não aceitou. Quer dizer, estava muito bem, obrigado, otimamente, satisfeítíssima. Obviamente que esse não é o enfoque da CPI, não é?

Então, eu quero apenas colocar aqui para os eminentes integrantes da Comissão, da CPI, que a OAB de Pernambuco, por intermédio do nosso Presidente, Dr. Pedro Henrique Reynaldo Alves, por meu intermédio, na Comissão de Direitos Humanos, coloca-se à disposição de V.Exas. para se tornar parceira desse trabalho na formulação de qualquer proposta que possa vir a ser encaminhada para elaboração legislativa. A matéria é da competência de V.Exas. Nós temos aí um anteprojeto de um Código Penal novo, que chegou a ser encaminhado ao Senado Federal, mas me parece que o pessoal retirou para melhor reanalisar algumas questões.

E, na verdade, a elaboração legislativa, para contemplar essas situações todas que estão ainda a merecer um disciplinamento legal, está nas mãos de V.Exas. E a OAB, repito mais uma vez, se coloca como parceira para qualquer formulação que se faça necessária para que nós possamos aperfeiçoar a nossa legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. João Olímpio Mendonça. Digo que nós temos recebido muitas contribuições da Polícia Federal. Falamos até com o Ministro da Justiça para que de fato seja algo em conjunto com as entidades, para que nós façamos um projeto de lei aqui para levar em conta todas essas contribuições. Se a OAB de Pernambuco tem, pode mandar para a CPI que nós agradecemos.

Com a palavra agora o Dr. Geraldo de Azevedo Nóbrega, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares.

O SR. GERALDO DE AZEVEDO NÓBREGA - Bem, boa noite a todas e a todos, já passamos das 18 horas. Eu vou procurar me conter aos 20 minutos, mas, na minha fala eu quero centrar a discussão em torno não apenas das consequências



que tem o tráfico de seres humanos, mas também das causas, o que leva a toda essa situação.

A questão do tráfico de seres humanos, pelo menos na ótica dos Conselhos Tutelares, das situações que chegam rotineiramente ao órgão Conselho Tutelar, surge por motivos como a chamada adoção à brasileira que, inexplicavelmente, cresceu de forma absurda. Com todo o desenvolvimento tecnológico que nós temos e organização do Estado, cresceu bastante a adoção à brasileira.

Ontem, eu me deparei com uma certidão de nascimento que eu fiquei chocado. Uma avó chegou lá com uma certidão de nascimento que registrou... Dois irmãos registraram uma criança. Eu disse: *“Vó, isso aqui ou é...”* Claro, eu disse: *“Isso aqui... Está claro que seu filho, irmão da mãe, prestou falsas declarações a um cartório. Isso é muito sério.”* E como é que o cartório não percebeu esse erro?

Como também já chegaram situações lá no Conselho Tutelar, que nós comunicamos à Corregedoria do Tribunal de Justiça, de que o cartório registra como filho uma criança em nome de uma pessoa que não é a mãe biológica. Então, existe uma falta de atenção desde a maternidade, onde consta no seu prontuário o nome de uma paciente que não é de fato aquela que está dando à luz, como também existe a falta de atenção do cartório de averiguar se aquela declaração está sendo feita pela pessoa que consta na Declaração de Nascido Vivo, na DNV. Então, o tráfico... A questão da adoção à brasileira tem permitido o tráfico de bebês não apenas para o território nacional, mas também para o exterior.

Em Recife houve um fato, uns 3 anos atrás, de uma terceira pessoa, de uma mãe que apresentou um documento de uma terceira pessoa para que o DNV saísse no nome dessa terceira pessoa, que era quem pretendia levar a criança para o exterior. E, na hora, a maternidade desconfiou, a polícia foi acionada. Foi constatado que era falsidade ideológica e que era também tráfico de seres humanos. E os autores do crime foram presos.

Nós temos também a questão do trabalho infantil, que é uma questão que nos preocupa, porque Pernambuco está vivendo hoje uma das piores secas da história. E essa seca tem fomentado jovens, adolescentes a saírem de cidades que são castigadas pela seca para vir trabalhar na capital.



Eu faço parte do Conselho Tutelar que atua na região da CEASA. E a CEASA começou a ter um surto de exploração do trabalho infantil. A Auditoria Regional do Trabalho fez uma inspeção, comunicou ao Conselho Tutelar, e nós, prontamente, comunicamos ao Ministério Público Estadual. E foi aberto procedimento contra a CEASA, até porque a CEASA tem uma responsabilidade com o espaço.

Nós não tivemos muito avanço porque a maioria dos trabalhadores adolescentes era de outros Municípios, e no momento da inspeção não foi logo identificado o endereço. Só foi identificado o nome e a idade. E a relação do Conselho Tutelar nesse aspecto é através da família, tanto é que a nossa competência geográfica... Nós somos um órgão municipal pela região onde residem os pais ou responsáveis por aquela criança ou adolescente. Então, de fato a CEASA está contendo esse trabalho infantil. Estamos acompanhando. Estamos ainda com um problema sério, porque a CEASA tinha um núcleo do PETI, que foi fechado, e esse núcleo do PETI faz bastante falta lá na CEASA. Mas em maior parte é o trabalho infantil informal, que é muito difícil de você identificar.

O terceiro fator é a exploração sexual, que foi aqui muito debatida. Inclusive eu acompanho a angústia do Dr. Zanelli. O Dr. Zanelli tem feito várias *blitzen* nas regiões em que há exploração sexual infantil nas vias urbanas. Não é, Dr. Zanelli? Mas, infelizmente, muitas das adolescentes que são exploradas são usuárias de *crack*. O Dr. Zanelli vai lá, faz a abordagem, conduz para o Conselho, o Conselho aplica a medida de proteção, encaminha para uma casa de acolhida, e ela pula o muro da casa de acolhida e vai embora.

Às vezes, volta para o mesmo local de exploração.

Às vezes, o Dr. Zanelli liga para mim, eu ligo para ele, e a gente fala: “*E agora? Nós estamos enxugando gelo?*” Porque o problema é de origem da saúde pública e está sendo tratado com polícia e assistente social. Por quê? Porque a saúde pública não está preparada para enfrentar o *crack*. E existem adolescentes e crianças de 10, 9 anos, que já são exploradas para atender o vício da droga.

Então, são situações complexas que, para a gente poder acompanhar e discutir... Aí eu já faço a minha primeira proposta — nós temos aqui o Deputado Sérgio Leite —, que a Assembleia Legislativa instaure também uma comissão



estadual para acompanhar, para fiscalizar e para também propor ao Executivo melhorias nesse serviço. É a primeira proposta que eu faço.

A Câmara dos Deputados está fazendo o seu trabalho, por sinal belíssimo. Mas a Assembleia Legislativa, a Casa Joaquim Nabuco, também pode dar sua contribuição, para a gente tratar a questão do tráfico de seres humanos de forma geral, porque o nosso tempo é curto. Os Deputados terão que voltar para os seus Estados. Então, precisamos continuar esse trabalho.

E temos também a questão do transplante de órgãos, que aí não é uma situação que chega ao Conselho Tutelar. Eu posso até afirmar que, no meu Conselho, nunca chegou. Mas a adoção à brasileira, a exploração do trabalho infantil e a exploração sexual chegam bastante.

Concernente à questão da condição análoga à de escravo, uma vez, num dia de domingo, me ligaram do plantão do Conselho Tutelar informando que havia um adolescente de 16 anos que estava vivendo em uma casa na cidade de Garanhuns. Ele foi trazido para Pernambuco com a promessa de ser avaliado por olheiros de times de futebol pernambucano. Aí levaram ele, primeiro, para Caruaru. Depois levaram para Garanhuns, onde ele treinava no campo do Sete de Setembro. Eles não podiam sair de casa, se alimentavam de cuscuz, bolacha e salsicha, até que uma vez ele conseguiu fugir e veio para Recife.

Prontamente nós comunicamos ao Ministério Público do Trabalho. Na época, o Dr. Fábio distribuiu para um Procurador de Caruaru, que atendia a região. Nós conseguimos um local de proteção para esse adolescente, porque ele também ficou ameaçado. Inclusive o empresário que o levou começou a ligar para o Conselho, ameaçando o Conselho. E conseguimos entrar em contato com os familiares e depois recambiar esse adolescente para seu Estado de origem.

Então, essa questão dos times de futebol também pode estar acontecendo em cidades fora do Recife.

O Conselho Tutelar... É importante eu falar um pouco também do Conselho Tutelar, porque é um órgão recente, é um órgão que foi criado há 22 anos. Das instituições públicas que estão aqui, é o mais recente. E por ser o mais recente, ele também não é muito bem compreendido, porque nós não temos poder de polícia. Nós somos um órgão administrativo, de controle do direito da criança e do



adolescente, e, quando nós precisamos intervir nesses casos, nós recorremos aos órgãos de carreira, como é o caso da GPCA, como é o caso do Ministério Público do Trabalho, da Auditoria Regional do Trabalho, do Ministério Público Estadual, e há todo esse envolvimento da rede. Só que aí eu preciso destacar que nós estamos fragilizados enquanto rede.

Por exemplo, nós temos aqui em Pernambuco o Comitê Estadual de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Eu, particularmente, nunca fui convidado para participar desse comitê. Gostaria muito, porque poderia contribuir. Uma vez tive contato com o comitê estadual quando, certa vez, recebi uma denúncia de uma mãe que nos procurou, desesperada, porque sua filha estava para ser levada por uma “mula” para o Estado do Rio de Janeiro. A mãe era de Recife, e ela estava com uma tia em Cuité de Mamanguape, lá em João Pessoa.

E a gente, naquela ansiedade de tentar resgatar logo aquela adolescente, a gente já começa a enfrentar dificuldade local, que o Conselho Tutelar vivencia com o poder municipal, que é a falta de apoio. Eu não tive nem carro da minha Prefeitura para poder ir lá articular. A delegacia da Paraíba, o Conselho Tutelar da Paraíba e outros órgãos... Eu fui conseguir um carro, porque, na época, Eleonora fazia parte do Comitê Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual, e a gente tem uma parceria muito boa. Então, eu procurei Eleonora. Eleonora articulou com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Na época, o comitê entrou em contato comigo. Eu fiz uma petição ao comitê e eu fui com o carro da Secretaria. Chegamos à cidade, fizemos articulação com a GPCA da Paraíba e tudo e conseguimos trazer a adolescente de volta para Pernambuco. Mas se eu fosse depender da minha cidade, que deveria me dar condições para fazer o meu trabalho, eu não teria conseguido buscar essa adolescente.

Então, é uma questão muito séria, porque o Conselho Tutelar é um órgão de relevância pública e não tem ainda, do poder público, a atenção que merece, mas, felizmente, conseguimos trazer essa adolescente.

A gente também tem a questão do tráfico. Eu posso dizer que tem o tráfico nacional, o tráfico internacional e eu posso dizer que tem o tráfico local, porque nós tivemos um caso muito sério aqui em Pernambuco, na unidade prisional Aníbal Bruno. Eleonora, novamente, me procurou, num dia de domingo, porque estavam



adolescentes de 14, 15, 16 anos entrando na unidade prisional com carteira de identidade falsa, com carteira de acesso, como se elas fossem companheiras dos presos, entrando para serem exploradas sexualmente. Na época que foi descoberto, nós conseguimos ainda que uma adolescente denunciasse na GPCA. E aí eu tenho que revelar... A gente faz um esforço além do humano, como a GPCA também. A Dra. Fabiana fez um belíssimo trabalho, tanto que no primeiro dia em que ela voltou para casa com os familiares partiu uma ordem do presídio para assassinar a adolescente, e ela não foi assassinada porque, na mesma hora, eu liguei para a delegada, Dra. Fabiana, e ela conseguiu mandar uma viatura buscar a adolescente na casa da avó. E a gente conseguiu colocá-la em um local de proteção.

Então, o Estado não consegue oferecer garantia de que não vai haver tráfico ou exploração sexual, porque o presídio é um espaço que deve ser garantido pelo Estado. Provocamos o Ministério Público, foi aberto procedimento. Ainda está em andamento esse procedimento. Mas é uma prova de que temos muitas falhas.

Houve uma situação que me chocou muito em Brasília. Eu tenho que dizer a vocês. Eu me hospedei em um hotel, que até a Rainha da Inglaterra se hospedou, que, se não me engano, é o Hotel Alvorada, não sei se estou errado. É um hotel que fica ali naquela região muito próxima do STF, muito próxima da Polícia Federal, e, certa vez, eu estava lá hospedado, fui para uma reunião nacional de conselhos tutelares, e um amigo nosso completava aniversário, e eu vi lá o nome "boate". E eu pensei: *"Poxa, acho que vou falar com o pessoal para fazer o aniversário dele na boate."* Aí, quando eu cheguei à boate, tocava música de gosto duvidoso, se existe gosto duvidoso, e umas mulheres estavam com umas roupas minúsculas, mulheres muito bonitas, e eu não estava entendendo. Aí um funcionário falou: *"Não, é porque elas fazem aqui um serviço a mais para os hóspedes e tal."* Ou seja, dentro de um hotel, em Brasília, existia uma casa, existia, não, talvez exista uma casa de prostituição, próximo do STF e próximo da Polícia Federal.

Então, não é só em Recife, João Pessoa, Natal, não. Todo lugar tem. Eu acho que é uma proposta que eu faço também: que vocês avaliem na Comissão e que os órgãos que fazem o controle lá em Brasília também possam realizar.

Agora, um caso muito sério que eu quero falar, sobre tráfico internacional. É um caso que aqui em Pernambuco saiu na imprensa, inclusive, mas que precisa ser



mais investigado. É o caso de um adolescente homoafetivo, do bairro onde eu morei, Jardim São Paulo. Esse adolescente, eu cheguei a conversar com ele uma vez por causa de uma situação que aconteceu na escola onde ele estudava e depois eu não tive mais contato com esse adolescente. Quando procurei saber, ele tinha ido morar na Itália, tinha ido viajar. Viajou para a Itália. Ele já estava adulto e foi para a Itália. Certo dia, eu fiquei chocado quando vi na televisão que ele foi encontrado enforcado. O nome dele é Diego. A mãe viveu aqui um tormento para conseguir trazer o corpo do filho. Depois de muita angústia, de ter ido para a imprensa, ela conseguiu trazer o corpo do filho. Nós sabemos a dificuldade que é para um brasileiro conseguir um visto europeu. Às vezes, um mestrando, um doutorando vai lá querer fazer um curso e não consegue. Chega lá, volta. Ele, sem nenhum vínculo, sem renda, sem nada, conseguiu, e foi encontrado enforcado. Não sei se a polícia italiana resultou como homicídio ou como suicídio, mas é um fato a se investigar.

Eu peço até reserva nesta audiência para não revelar o nome da pessoa, porque a mãe, na época, disse na imprensa quem havia levado o seu filho para a Itália. Eu peço para não revelar agora, mas posso passar os dados reservadamente, inclusive o nome e o endereço dessa mãe, que precisa de apoio. Ela disse, na época, na imprensa, a pessoa que tinha levado o seu filho para a Itália, mas o caso de Diego foi um caso que me chocou.

Agora que estamos vendo a novela, a novela me fez lembrar essa situação, porque o Conselho Tutelar tem uma característica muito singular. De todos os órgãos que estão aqui, ele é o único de participação comunitária. Nós somos obrigados a morar na região em que nós atuamos. Então, nós temos que ter muita reserva, embora, minhas parcerias com a Eleonora, que já está no programa de proteção a defensores de direitos humanos e está querendo me levar junto com ela. Inclusive, ligaram-me de Brasília querendo que eu entrasse no programa. Eu disse: *“Não, Eleonora, deixe-me em paz”*. Mas é porque foi uma pessoa que teve um trabalho aqui no Estado, quando estive na Casa de Passagem e quando estive à frente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Tutelar, por ser um órgão de participação comunitária, muitas vezes, é o primeiro órgão que a família procura. O Conselho Tutelar consegue identificar informações privilegiadas, porque a gente conhece a vítima, a gente



conhece a família da vítima, a gente convive na mesma região, a gente usa os mesmos serviços, mas a gente tem também que ter cautela. Por isso o nosso órgão nem deve nem pode fazer fiscalização em bares, boates, restaurantes, empresas etc. Só fiscalizamos entidades de atendimento e devemos recorrer à rede.

Para finalizar, o Brasil tem 98% dos seus Municípios com os Conselhos Tutelares. Pernambuco tem Conselhos em todos os Municípios, inclusive no Distrito de Fernando de Noronha. Nós estamos tendo um aumento absurdo de exploração sexual, principalmente nas regiões com alto pico de desenvolvimento, como Suape, o Município de Ipojuca. Isso está nos preocupando, porque existe uma pesquisa que mostra que nas cidades em que houve Copa do Mundo teve um aumento absurdo de taxa de natalidade, exploração sexual e tráfico de seres humanos. Nós teremos, daqui a alguns meses, uma Copa das Confederações. Aí eu pergunto: nós estamos preparados? Os órgãos de defesa e proteção estão preparados para atender crianças e adolescentes vítimas? Eu creio que não. Então, a nossa necessidade não é mais para amanhã, é para ontem.

Aí eu me coloco à disposição da Comissão e de todos aqui presentes para responder qualquer pergunta. Apenas pondero que algumas nós vamos precisar fazer de forma sigilosa, mas nós temos como encaminhar nomes, documentos e endereços somente.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O Deputado Luiz Couto está num telefonema urgente.

Nós ainda temos que ouvir a Dra. Cristina Mendonça, da Casa de Passagem. Pediu para ser ouvida a Eleonora Pereira, Defensora de Direitos Humanos do movimento nacional Mães pela Igualdade.

Como eu tenho duas perguntas para o Dr. Alessandro Carvalho e Dr. Joselito, não sei se os senhores têm condições de aguardar que ouçamos essas duas pessoas. Eu faria após. Se os senhores tiverem que sair, eu faria logo. Mas a gente pede também a essas duas senhoras se pudessem ser concisas nos seus depoimentos.

Então, vamos ouvir Cristina Mendonça, da Casa de Passagem Ana Vasconcelos. Ela acompanhou o caso de Ana Madona, não é isso?



A SRA. MARIA CRISTINA VASCONCELOS DE MENDONÇA - Boa tarde, senhores.

É com grande prazer que eu venho participar neste momento. A Casa de Passagem Ana Vasconcelos é coordenadora do Comitê de Tráfico de Seres Humanos.

O que vocês colocaram sobre exploração sexual e tráfico de pessoas a gente sabe que a situação é muito mais profunda, é a questão da miséria em que vivem essas nossas crianças, é a questão de falta de investimento político em relação à situação de pobreza, de miséria que os jovens passam na comunidade.

A Casa de Passagem é uma organização não governamental, que já existe há 25 anos com essa realidade. Nós temos casos de abuso, de exploração, a violência doméstica é muito forte. Já atuamos em 20 comunidades, aqui no Recife, e atualmente estamos atuando em 4 Municípios, aqui no Recife, levando a metodologia da Casa de Passagem no sentido de profissionalização de jovens, profissionalização de mulheres, chefe de família, porque, nessas comunidades, o tráfico é muito forte. Facilmente, os jovens ociosos, fora da escola, buscam e até são obrigados a levar dinheiro para casa, independentemente em que condições. Muitas vezes, essas famílias não têm possibilidade de sobrevivência, moram em situações bastante precárias, a situação de lixo nas comunidades é terrível, a própria comunidade é muito acomodada, principalmente pela questão na época da política. Aí a política aparece, oferecendo colchões, caixões, dentaduras. Então, a comunidade está acostumada a receber.

Nós tivemos um grande desafio, a partir de 2010, em entrar em quatro Municípios que nós não conhecíamos. Nós temos uma experiência de mais de 20 anos em comunidades, aqui no Recife, em que essas comunidades estão mais humanizadas. Entramos em quatro Municípios, que são: Olinda, Paulista, Camaragibe e Moreno, e a gente vê o grau de ociosidade desses jovens. Facilmente, os traficantes são mais inteligentes do que nós, porque sabem que os jovens precisam fortalecer a autoestima. Então, o jovem, com o poder do tráfico, se sente valorizado.

Estamos nesse grande desafio. Estamos com o projeto da União Europeia Rede Cidadã. Vamos terminar o projeto este ano, e a gente vê como é difícil a



mudança de visão dessas pessoas, porque não têm esperança. Muitos deles estão acostumados a receber, mas nós somos responsáveis, enquanto sociedade, de levar para essas comunidades, na época política, promessas de construção de dar tijolo, de dar casa, e as pessoas não percebem que o indivíduo se desenvolve dentro do seu próprio potencial.

A gente, há 25 anos, atua com esses jovens, muitas vezes indo para o caminho da droga, para o caminho do tráfico. A gente trabalha de uma forma sistêmica, com grupos terapêuticos, fazendo grupos com jovens, visitando as famílias. Temos uma equipe interdisciplinar nas comunidades de psicólogo, assistente social, jurídico, educador social, onde a gente vai tentar transformar a percepção da comunidade, que é um grande desafio, no lugar de receber. Eles devem descobrir suas próprias habilidades e competências.

Nós já estamos com essa experiência nesses quatro Municípios, fazendo uma rede socioexistencial com CRAS, com CREAS, com PETI, com os conselhos tutelares. Acho que a gente tem que unir a sociedade de forma geral e não fazer trabalhos pontuais.

Vocês, enquanto doutores, enquanto profissionais, estão levantando um foco muito importante, mas, há 25 anos, esse foco já existe, levantou por conta da mídia. Seria muito importante, naquela época, antes da época de Ana Madona, as meninas, quando vão para a rua, mudam o nome, não é? Se a mídia tivesse mostrado esse foco há muitos anos... porque a gente sabe que a miséria e a pobreza são o grande foco de preocupação da nossa sociedade. Nós, como cidadãos, temos de ter essa preocupação. Hoje em dia, há escola integral. Ótimo. Isso é uma mudança na escola integral, mas há um despreparado dos educadores de trabalhar, de monitorar esses jovens. Desde criança, o jovem tem que ser monitorado. Os nossos filhos são monitorados, de criança, adulto, velho. Eu estou com um filho de 40 anos. Eu digo: *“Que bom, você já está preparado, já está trabalhando, tem uma família. Então, já fiz tudo por você. O que eu posso fazer mais?”* Ele disse: *“monitorar”*. Gente, o ser humano precisa de monitoramento, e as nossas crianças estão numa situação de tráfico, de venda de órgãos porque não são monitoradas, não são monitoradas pela própria sociedade, pela própria política. Essas crianças nascem e não são desejadas. Essas crianças têm um sentido de



estranheza, mas na hora em que o profissional tiver uma visão de acompanhar a família, identificar os líderes comunitários, articular os conselhos tutelares, articular o CRAES, CREAES, trabalhar em conjunto, esse jovem, mesmo com a família desorganizada, ele vai sentir que existe e que é importante para uma sociedade. No caso de Ana Madona, o nome que ela coloca, porque as meninas, quando vão para a rua... Começamos em 89 a atender meninas na rua, que eram estupradas várias vezes, que eram agenciadas também. Com 8 anos, de chupeta, diziam que eram prostitutas. Abrimos a instituição. Na rua, conversávamos com as meninas, junto com Ana Vasconcelos, que teve essa ideia, e as meninas diziam que a rua era um inferno, que estavam na passagem para o inferno. Junto com elas, pensamos em criar a passagem para o céu, para a vida.

Então, eu sou psicóloga, tenho mestrado em psicologia social, tenho especialização em terapia familiar sistêmica. Por que eu comecei a fazer estudos e comecei a me especializar? Porque eu vi que atender uma criança pobre não é simplesmente atender por atender. Você tem que ter estrutura profissional, conhecimento do que é atender uma criança, do que é uma criança negligenciada. Muitas vezes, nossos filhos são adolescentes, e é a fase mais perigosa do tráfico. O adolescente está descobrindo a sexualidade, está descobrindo o mundo lá fora. Se você, enquanto pai e mãe, não estiver acompanhando, monitorando em termos de horário de chegada em casa, facilmente esse jovem é envolvido no tráfico, na droga e na prostituição. Imagine a criança pobre, que ninguém monitora, nem mesmo o próprio País.

Nós temos uma grande responsabilidade: monitorar nossas crianças brasileiras. Essas crianças são bastante inteligentes. Nós profissionalizamos os jovens, criamos grupos terapêuticos. O jovem tem o espaço da fala e da reflexão. Nós trabalhamos com o referencial teórico em termos de grupos operativos, terapia comunitária sistêmica. É um espaço grupal. Trabalhar na comunidade é trabalhar no coletivo. O jovem acha que o problema dele é único. Na hora em que ele está falando no grupo, o grupo escuta, reflete e orienta.

Se a gente conseguisse unir, independente de formação, de doutorado, de mestrado, mas olhasse nossas crianças como se fossem nossos filhos, a gente não chegaria ao momento em que estamos vivendo hoje.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Cristina Mendonça, a Sra. acompanhou o caso Ana Madona. A gente gostaria que a senhora falasse um pouco mais, porque Ana Madona foi convidada, mas nós não encontramos o endereço dela. Que a senhora falasse um pouco sobre isso.

A SRA. MARIA CRISTINA VASCONCELOS DE MENDONÇA - Nós acompanhamos a Ana Madona. Em 89 nós abrimos, depois que as meninas souberam que a gente abriu um espaço, que era o espaço para a vida, passagem para a vida, nós tivemos, durante 5 anos, o apoio do Ministério da Saúde, trabalhando as adolescentes como adolescentes multiplicadores de informação em drogas, DSTs, gravidez precoce. Tivemos, por 5 anos, o apoio do Ministério da Saúde, inclusive, fomos premiados. Ana Madona foi uma jovem da comunidade pobre, o pai morre, tinha uma situação mais ou menos razoável, e a mãe passa necessidades. Essa menina foi acompanhada por nós como adolescente multiplicadora de informação. Ela teve a informação na comunidade de uma perspectiva de ir para o Suriname, onde ela ganharia mais dinheiro. Uma jovem, adolescente, frágil, com a informação de ter dinheiro, facilmente ela foi e ela ficou lá, inclusive a fala dela, no vídeo que vocês têm aí, vocês vão perceber muito bem essa história dela. Ela disse que, chegando lá, com a esperança de ganhar dinheiro, porque prometeram isso a ela, ela estava exatamente num espaço onde as muitas outras adolescentes, com essa expectativa de melhorar de vida, porque a situação aqui era muito precária... Muitas jovens também viveram essa experiência, onde elas tinham que se drogar permanentemente, transar várias vezes durante o dia, e a dívida aumentava cada vez mais, como vocês veem nessa novela.

O que essa novela mostra é a pura realidade do que essa jovem viveu. O que salvou ela foi que ela tinha levado o cartão da Casa de Passagem, ela conseguiu telefonar para Ana Vasconcelos, Ana acionou o Ministério Público e a Polícia Federal conseguiu resgatar essa menina. Essa garota chegou exatamente em situação precaríssima, totalmente drogada, com drogas pesadíssimas. Tivemos que botar essa garota, em 2 meses, numa clínica psiquiátrica particular, onde a Casa de Passagem investiu nessa menina. Aos poucos, ela conseguiu se recuperar. Tivemos contato com a mãe dessa garota, demos todo suporte, todo monitoramento. Ela



terminou se envolvendo exatamente na igreja evangélica, segurou na fé de poder sair e não voltar mais para essa droga. Ela também colocava para a gente que tinha uma missão de resgatar outras jovens que tiveram história semelhante a ela, e que se encontravam no Aníbal Bruno, numa situação realmente terrível.

A gente vê porque o Aníbal Bruno não tem jeito. A gente, enquanto sociedade, ainda não pensou nos nossos jovens, que são muito inteligentes, porque, na hora em que a gente organiza espaços de reflexão, de fala, esses meninos percebem o potencial que eles têm. Nós temos jovens nas empresas, jovens que criaram suas próprias empresas.

Gente, precisamos lutar em rede, e não ficar discutindo exploração, prendendo mulheres na prostituição! A gente começou a atender na Casa de Passagem mulheres prostitutas. Naquela época, 1989, 1994, elas diziam: "*A gente devia ter uma carteirinha de profissional do sexo*". A gente achava um espanto, né, profissional do sexo? Hoje em dia tem! Mas as mulheres diziam: "*A gente é profissional, mulher, e precisamos de uma carteira, porque essa carteira nos dá possibilidade de cuidar da nossa saúde*".

Nós tínhamos um educador na rua que cuidava das mulheres que se prostituíam. As meninas também, ali no Recife Antigo, elas dormiam lá e diziam "*É melhor ser prostituta do que roubar; se roubar, a gente morre rápido, e como prostituta arranjamos dinheiro para nos alimentar*".

Então, a gente tem que viver, compreender o contexto dessas pessoas. Um de vocês colocou que era fechar os prostíbulos, mas há mulheres que não têm educação! Por que não pensar em dar possibilidade de trabalho para essas mulheres, embora com a escolaridade baixíssima? Ninguém quer ser prostituta. Essas mulheres se prostituem para manter seus filhos.

Vamos pensar no nosso público em situação de miséria. Nós somos responsáveis por isso, porque até agora fizemos muito pouco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dra. Maria Cristina Mendonça, que representa aqui a Casa de Passagem Ana Vasconcelos.

Nós agora vamos ouvir a Sra. Eleonora Pereira, Defensora dos Direitos Humanos em Pernambuco e do Movimento Nacional de Mães pela Igualdade.



A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto.) - Boa noite.

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Eu vou ser bem objetiva. Já coloquei meus pontos aqui. Eu gostaria de parabenizar a CPI, em nome dos meus conterrâneos paraibanos — eu sou paraibana —, principalmente na pessoa de Luiz Couto, que é amigo da minha mãe. Então, eu estou me sentindo em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dona Carminha.

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - É, Dona Carminha.

Veja só, eu atuo nessa área, sou ativista e defensora de direitos humanos, ameaçada aqui no Estado e por atuar nessa área de exploração sexual. Então, eu tenho vários casos que eu já acompanhei aqui de tráfico, principalmente com proximidade, principalmente em 2006, o caso de Arcoverde, o que veio da Espanha. A gente recebeu uma jovem que veio drogada da Espanha, grávida, viciada em heroína, e aqui a gente não tem tratamento para usuário de heroína. Então, a gente atuou nesse caso com bastante afinco. Hoje ela teve uma menina, na época teve uma menina, e a gente ainda conseguiu salvar essa criança.

Hoje eu tenho um dossiê, que foi elaborado por mim numa pesquisa que eu fiz junto aos Conselhos Tutelares do litoral sul só sobre exploração sexual. Em cima desse dossiê, a gente elaborou um mapa das rotas de tráfico interno, intermunicipal e interestadual, daqui do Estado de Pernambuco, o que acontece internamente no Estado, as rotas intermunicipais, de Município para Município, e as rotas estaduais, que são de Pernambuco para os Estados. Ele também recebe e também encaminha meninas para lá, principalmente para a Bahia, que usa Belém do São Francisco, que usa a balsa para ir para a Bahia, as meninas vão para o prostíbulo na Bahia pegando a balsa, que vai de graça com os caminhoneiros. A gente tem aquele entroncamento de Salgueiro, que leva os meninos e as meninas para Penaforte. Nenhum caso mais grave é ali naquele posto de combustível de Goiana. Acho que o Deputado Luiz Couto conhece muito bem, aquele que fica quase na divisa, que as meninas vão de caminhão para a Paraíba. É preocupante porque as meninas... Isso não é caracterizado, não é visto como tráfico, mas é tráfico. O caminhoneiro pega as meninas, coloca dentro do caminhão, leva as meninas, circula enquanto está nas



suas viagens, depois volta e deixa as meninas no mesmo local. Isso está acontecendo muito forte aqui em Pernambuco.

Então, a gente tem o posto de Padre Cícero, a gente tem o posto de Goiana, a gente tem Xexéu, onde acontece esses casos assim. Então, a gente precisa estar observando essa rota de tráfico, que é com caminhoneiros. Mesmo com todas as atividades, com os trabalhos que vêm sendo feito com os caminhoneiros isso acontece. A gente tem casos, aqui em Pernambuco... Inclusive, eu estava hospitalizada, tive um problema de enfarte, mas o pessoal do serviço de inteligência foi lá e me achou no hospital e foi pegar o meu depoimento na questão dos casos de tráfico de adolescentes homossexuais nos Estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba. Começa no Piauí, passa por Pernambuco e a Paraíba e de lá os meninos são deslocados para o Rio de Janeiro, onde vão para as clínicas de transformação. De lá os meninos vão para a Itália.

Falou-se muito em *Salve Jorge*. *Salve Jorge* começa a dar um alerta agora de tráfico de homossexuais para a Itália. Sempre aquela Rosana está trazendo... Não, os meninos vão para a Itália. É uma rota muito forte que envolve o Nordeste, esses três Estados: Piauí, Pernambuco e Paraíba. Na Paraíba já existem vários casos. A Polícia Federal já está investigando. Eu venho acompanhando de perto esses casos, e também participei da pesquisa dentro da CEASA. Quando Geraldo coloca a questão da CEASA, eu fui uma das pessoas que participei da pesquisa onde aponta a questão do tráfico. O tráfico interno, meninas que vêm de outros para atuação da exploração sexual dentro da CEASA. Isso é muito forte, ainda continua. A gente tem um grupo de extermínio muito forte, que é conhecido de vocês, que lidera isso aí. Eu acho que na CPI da Pistolagem eu fiz um depoimento com o Deputado Luiz Couto. A gente falou dos Thundercats, um grupo de extermínio que lidera essa questão da exploração sexual e de tráfico aqui no Estado de Pernambuco. Mesmo com alguns líderes presos, ainda continua muito forte isso lá na comunidade de Jardim São Paulo. Casos de exploração sexual e tráfico em Casa Amarela, Conselheiro Aguiar é muito forte também, Bernardo Vieira de Melo só com o público LGBT, a comunidade LGBT.

Na questão do tráfico de órgãos, eu participei bem de perto também dessas investigações, também da prisão, porque todos os casos foram de Jardim São



Paulo. Os que recrutavam as pessoas eram de Jardim São Paulo. Então, disso eu participei. Também tem uma rota nova aqui em Pernambuco, que é Garanhuns-Caruaru e de Caruaru para fora do País. Certo? Então, era sobre isso que eu queria contribuir, dar essa pequena contribuição. Depois eu repasso tanto o meu dossiê como os documentários que eu tenho para a CPI. Pronto, é mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você disse que tem esse dossiê...

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Tenho esse dossiê. Eu passo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Encaminha para a nossa Comissão, viu?

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Pronto, depois eu quero o *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Manoel vai dar as informações para que você possa encaminhar.

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode mandar até para o meu *e-mail* também. Se tiver, já manda direto; se não tiver, manda...

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Eu tenho o *e-mail* do gabinete. Aí eu mando para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode mandar, mas tem também o *e-mail* lá. Ele vai dar para você.

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu pergunto se tem mais alguém que está aí na plateia que gostaria também de falar.

Então, agora vamos passar às perguntas dos Parlamentares.

O SR. MARCELO MOTA GADELHA - Boa noite a todos e a todas. Marcelo Gadelha, Secretário de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas de Jaboatão.

Serei breve porque, na realidade, o que me traz aqui não é só a nossa atuação na política de direitos humanos no Município de Jaboatão, mas é um caso concreto que já foi relatado pelo nosso companheiro Geraldo. Por coincidência, hoje eu estava na Casa e soube dessa CPI, mas lamento a ausência, talvez pela não comunicação, convocação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, da Secretaria de Direitos Humanos do Recife. A Secretaria de Direitos Humanos de



Jaboatão tomou conhecimento por um acaso, por eu estar aqui hoje na Casa fazendo uma visita oficial.

Eu queria tratar especificamente da questão do Caso Diego, que retrata justamente a falta de cuidado, zelo, de operacionalização do Estado brasileiro como um todo. Diego foi... Eu tive oportunidade de ter contato direto com a sua genitora. Na época, eu estava na Secretaria de Direitos Humanos de Jaboatão, saí e retornei este ano para lá. Ela nos procurou, porque nós passamos também um tempo na Secretaria de Direitos Humanos no Estado Pernambuco, por coincidência, mesmo ela sendo de Recife, a de São Paulo, ela foi nos procurar lá em Jaboatão. Diego foi aliciado aos 18 anos com a proposta de ir para o exterior para desenvolver a atividade de dançarino. Ele foi envolvido com música e teve esse convite. Diego, na realidade, de forma esporádica, ligava para a mãe. Ligações muito rápidas: *“Tudo bem, está tudo bem comigo, em breve lhe dou retorno”*.

Certa ocasião, no dia 25 de dezembro de 2009, ele foi preso pela polícia e foi detido no Centro de Identificação e Expulsão de Via Corelli, na Itália, em Milão. Aí fez uma ligação, disse para a mãe, antes de ser deportado para o Brasil, acho que dois dias antes, dizendo que estava na prisão nu, com muito frio e que realmente estava passando necessidade, mas, em breve, iria voltar para o Brasil. No dia anterior, no dia 25 ou no dia 24 — o relatório aqui não está bem claro, mas eu me lembro desse relato —, Diego volta a ligar para a mãe e dizer o seguinte: *“Mãe, estou bem, estou sendo bem acolhido na prisão, deram-me roupa, estou bem sendo bem alimentado, bem cuidado e amanhã estarei voltando para o Brasil. O amanhã era 25 de dezembro de 2009. Esse amanhã, na realidade, nunca aconteceu. Diego, segundo relatos da polícia italiana, suicidou-se dentro da cela no Centro de Identificação e Expulsão de Via Corelli. Ou seja, toda a conjuntura de um jovem que já tinha sido preso para ser deportado, que já tinha relatado para a mãe que estava voltando para o Brasil, que não tinha conseguido encontrar uma realidade que ele foi buscar na Itália, mas todo mundo sabe que a vivência do tráfico de seres humanos, quando se chega lá e se depara com a realidade, o que a pessoa mais quer é voltar para a sua cidade de origem, para o seu país, para o aconchego da família. Na realidade, Diego foi declarado... atestado de óbito, um suicídio. Eu me lembro que foi uma grande mobilização para os familiares trazerem Diego para o Brasil. Bateu na*



porta do Governo do Estado, da Secretaria de Direitos Humanos. Enfim, a genitora do Diego pediu ajuda a todos e a todas para trazer o corpo ao Brasil e, devido à mobilização da comunidade, conseguiu-se o traslado do corpo.

Mas, na realidade, este caso do Diego, como outros que aconteceram e ainda acontecem no Brasil, é fruto de um crime que muitas vezes é invisível, que só vem à tona quando acontece a morte, como neste caso.

E eu queria ressaltar que a questão deste caso, ou o que está como tela de fundo, é algo muito mais grave. E aí, hoje, por coincidência, falei com a genitora do Diego, e ela está disposta a levar o caso adiante. Ela tem informações que nunca me confidenciou porque nunca se sentiu segura em externar, na realidade, o que está por trás de toda a rede de aliciamento que levou Diego para fora do País. Inclusive, na época, encaminhamos o caso para a Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembleia, foi oficiada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos — ofício dirigido à Exma. Sra. Ministra Maria do Rosário —, a genitora de Diego foi encaminhada à Polícia Federal para prestar depoimento; nós oficiamos a Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal; enfim, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia fez todo esse papel de notificar diversos órgãos para denunciar o ocorrido, mas, na realidade, hoje a mãe de Diego encontra-se ainda com um sentimento de muita impunidade, que chegou a levá-la à depressão.

Portanto, acho que esta CPI, na realidade, vem cumprir também esse papel de tentar debelar um pouco a omissão do Estado em relação ao tráfico de seres humanos.

Era o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Marcelo Gadelha. Peço desculpas por não tê-lo chamado antes.

O Marcelo é Secretário de Direitos Humanos e de Políticas sobre Drogas em Jaboatão dos Guararapes.

No momento ainda não havia sua identificação aqui, mas, com certeza, a contribuição que V.Sa. nos deu aqui foi fundamental.

Neste caso, se houver informações que possam ser repassadas à CPI, nós agradecemos.

Agora, passemos à fase das perguntas.



O Dr. Luiz Rocha tem um compromisso e, portanto, se alguém tiver alguma pergunta a ela, que o faça agora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu não tenho perguntas, Dr. Luiz Rocha, mas anotei que o senhor citou os arts. 227 a 232 do Código Penal Brasileiro, sugerindo uma melhor redação.

Então, se V.Sa. puder colaborar com a CPI enviando uma proposta de redação dessas normas, a gente ficará grato.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Se V.Exa. me permite, Deputado, quero dizer que a minha proposta é diante dessa lacuna que existe, para que haja tipos penais específicos para que os senhores delegados trabalhem. Porque a gente verifica o seguinte: se o delegado recebe a situação, mas não tem como preparar o inquérito, esse inquérito não se transforma em processo, que é onde está o eixo punitivo da sociedade. E, se não vira processo, instaura-se a impunidade em cima daquele tipo penal.

Então, são vários artigos. A questão é de abrangência, no sentido de que, se a exploração não alcança esse tipo de situação, mas apenas a prostituição, caso não haja a forma tentada, apenas a forma consumada, vamos ajustar o texto legal à realidade dos tempos atuais.

Agora, eu casei essa proposta com a outra que aqui também está sendo debatida, principalmente pelo pessoal da sociedade civil organizada, para sabermos quando e como tipificar a exploração sexual. Há pessoas que estão dentro mercado da prostituição e de lá não vão sair em hipótese alguma. Não é que não se sintam lesadas ou colocadas em condição subumana; é que elas precisam dessa situação para sobreviverem e se aceitam na forma como estão.

Então, é preciso revisitarmos o tema e nos afastar um pouco do pudor para entendermos que essas pessoas realmente querem essa condição de serem prostitutas — e com todas as letras. E, a partir daí, podermos dar-lhes uma condição e um suporte social. Então, não me refiro àquelas que estão em situação de prostituição, como uma criança, que sequer têm capacidade de discernir o quadro em que se encontram.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Já temos a informação de que o Governo já está encaminhando para o Congresso alteração na legislação, no



segundo Plano Nacional de Direitos Humanos. Agora, não sei se está contemplada essa hipótese. Mas estou anotando aqui que a sugestão é alterar para, além do tráfico para fins de exploração sexual, também para trabalho escravo, tráfico de órgãos e por aí vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o compromisso do Ministro da Justiça foi de que esse projeto não seria encaminhado antes de uma discussão com os membros da CPI do Tráfico de Pessoas, que levarão as contribuições que diversos segmentos têm encaminhado.

Então, devemos juntar o que a gente já recebeu e o que o Governo tem para a gente ter uma proposta que possa enfrentar todas essas questões colocadas.

Pergunto ao Deputado José Augusto Maia se tem alguma pergunta para o Dr. Luiz Rocha, que é Juiz e trabalha na área de Direito Público.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Não, eu passei cerca de 9 anos na área fazendária, de Direito Público. Depois, fui para a Vara dos Crimes contra as Crianças e Adolescentes, onde passei uma temporada; hoje sou Juiz da 1ª Vara de Execução Penal do Estado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - A gente se estendeu muito e fizemos observações das falas e depoimentos de cada um. Mas quero dizer que achei interessante quando o senhor revelou o fato determinante das condições de falta de estrutura, também da questão da família e de uma série de coisas.

E também quero ressaltar o depoimento da Sra. Cristina Mendonça, que deu um show aqui, quando falou das questões sociais.

E o que o senhor falou, ao final, foi confirmado por ela, pessoa que vive no dia a dia dessa Casa de Passagem. E ela nos relatou o seu trabalho brilhante, que nos emocionou aqui.

E a gente observa nesta CPI uma diferença, pois em outras CPIs ouvíamos pessoas presas. Mas aqui ouvimos o depoimento de cada um de vocês, que muito enriquecem o nosso trabalho.

E quero dizer que tudo aqui está sendo gravado para que a gente leve. E essas considerações são muito importantes.



E ressalto a observação que o senhor fez: por que não vêm dos Estados Unidos ou da Europa para cá? Isso é uma coisa interessante que o senhor falou aqui e que me chamou a atenção.

Então, realmente, são as condições sociais e a questão da educação. A educação — meu Deus do céu! — está em tudo. Então, a base estrutural da família vem pela educação.

E tudo o que a senhora falou sobre a Casa da Passagem, a Sra. Cristina Mendonça, vem da questão educacional. Inclusive ela fala dos discursos. Realmente, nas campanhas políticas, os discursos são uma coisa, mas muitas coisas não acontecem na prática. Isso todos sabemos. E não estou como político para dizer que "não". Isso existe em todo canto. Há os bons políticos, os bons Deputados; em tudo há a banda boa e a banda podre — em tudo; onde se pensar. Mas os Deputados presentes têm uma função.

Mas quero parabenizar a sua fala aqui, que nos enriqueceu muito. Mas, realmente, as condições sociais de educação, de estrutura das polícias, se não fizermos uma coisa geral, um alicerce bem feito, nada vai funcionar — não é verdade? É aquele exemplo da casa sem alicerce; se este não for bem feito, ela cai. *(Palmas.)*

O exemplo que foi dado da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco é importante. E seria bom que todos nos orgulhássemos, como estou orgulhoso hoje de Pernambuco, com o avanço na queda da violência. Avançou e precisa avançar mais. Precisa dar mais exemplos ainda.

Mas, pelos depoimentos colhidos aqui, inclusive da Polícia Federal, da área de segurança do Estado, de modo geral, e do Poder Judiciário, além dos reclames dos que aqui falaram, como a senhora, enfim, da sociedade civil organizada, vimos que há muitos problemas.

E é interessante também o conhecimento da rota que a senhora tem, que vai enriquecer nossos trabalhos.

E acho que voltará depois para cá, para uma CPI também no Estado. Se todos os Estados fizerem também uma CPI, juntando com a nossa, vamos ter quantas trabalhando? E essas foram valiosas contribuições.

Como o doutor vai se ausentar, meus parabéns pelo seu depoimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Major Fábio tem alguma pergunta? (*Pausa.*) Não.

Então, Dr. Luiz Rocha, a CPI agradece a sua contribuição. E quero dizer que o Governo lançou agora um plano nacional de proteção àquelas pessoas vítimas de quadrilhas — não de criminosos, que agem individualmente, mas de quadrilhas criminosas que ganham dinheiro à custa de pessoas que são enganadas, ludibriadas. E é importante que trabalhemos com o enfrentamento de quadrilhas criminosas que estão atuando e que têm vinculação com outras quadrilhas internacionais. Mas também há a questão do tráfico interno, onde essas organizações trabalham de forma articulada.

Então, eu concedo a palavra para que V.Sa., para que possa...

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Presidente e Deputado José Augusto Maia, é doloroso dizer isso aqui, mas eu estou trazendo a experiência de quem trabalhou uma boa temporada com crianças vítimas — daí a minha relação de proximidade com o Dr. Zanelli, com a rede de proteção e com as pessoas que estão envolvidas com o tema: 58% dos processos que vinham às minhas mãos eram só de crimes sexuais. Repito: 58%.

E vou dar um dado inédito aqui, Sr. Conselheiro, oriundo de um banco de dados com o qual trabalhamos há 26 anos. Eu saí da Vara, mas continuo trabalhando nesse bando de dados. Esses dados são públicos, mas os estamos reavaliando. Examinamos 500 processos com trânsito em julgado. Dentre esses 500, separamos 180 que envolviam casos de crimes sexuais — existe um mínimo de exploração sexual, que é irrisório em relação ao abuso, à violência, etc. Mas dentro dos crimes sexuais, em 178 casos, de modo geral, analisamos as denúncias — por isso falei muito aqui na subnotificação; apenas 6 casos foram denunciados pelo Conselho Tutelar; apenas 6 casos foram denunciados pelos hospitais; 148 casos foram denunciados por parentes das vítimas.

Isso traduz que praticamente ainda é a família que vai reclamar por uma situação de violência sexual, exploração ou desvio.

E quero dizer aos senhores também que, com relação à solução que vislumbro, vou ter o atrevimento de apenas sugerir uma coisa. Temos um problema com a base estritamente social. Claro que podemos ter medidas punitivas que estão



em cima, mas a base, Deputado — é a minha sugestão —, será a escola gratuita, em tempo integral. Acho que esse é o caminho.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Conselheiro Tutelar Geraldo de Azevedo Nóbrega tem um compromisso e também precisa se ausentar. Antes, porém, eu gostaria de dizer a ele que a Secretaria Especial de Direitos Humanos, sob o comando da companheira Maria do Rosário, está em campanha para fornecer uma pequena condição inicial para que os Conselhos Tutelares possam funcionar. É o que ela chama de "*Kit Conselhos Tutelares*". E ela está pedindo, inclusive, para cada Parlamentar, em seus Estados, colocarem emendas individuais para que esses *kits* possam se multiplicar e que depois tenhamos esses equipamentos em todos os conselhos. O *kit* é composto de um automóvel — e o senhor colocou a dificuldade que teve —, um computador, uma impressora e um bebedouro, para que os Conselheiros possam tomar água; se não, morrem de sede.

O SR. GERALDO DE AZEVEDO NÓBREGA - Vou fazer umas considerações finais, pois vou precisar me ausentar, em razão de um grupo de conselheiros do interior que está me esperando.

Mas gostaria de aproveitar para pedir ao Dr. Luiz Rocha que ouvisse um comentário meu sobre essa estatística no tocante aos casos que chegam de abuso ou exploração sexual.

Realmente, exploração sexual é um crime difícil de identificar. Mas não é difícil identificá-lo na rua; é difícil materializá-la com um crime, porque muitas vezes a vítima se recusa a prestar queixa ou levá-la adiante.

Eu lembro uma vez que Eleonora me encaminhou uma situação em que uma adolescente ficou grávida do padrasto. Eu a levei à delegacia, mas ela dizia: "*Não, eu tenho 16 anos e fui para a cama com ele porque eu quis*". Não foi, Dr. Zanelli? Inclusive a Dra. Sheila trabalhou nesse caso. E a gente tentava materializar o crime, mas não conseguia.

Agora, um comentário em relação aos números. O Conselho Tutelar é um órgão que tem que funcionar dentro da comunidade, e os Conselheiros moram na comunidade, ou seja, moram perto da vítima e do agressor. E o que fazemos sempre? Quando a vítima chega, nós orientamos, encaminhamos para a GPCA, e a



família faz a queixa. Não fazemos diretamente a denúncia, até porque nós temos que continuar. E muitas vezes o agressor é uma pessoa da família, e a gente tem que trabalhar as medidas protetivas, às vezes até para recuperar o agressor. Então, a gente procura se isentar dessa denúncia, para que a gente não se coloque em risco e tenha espaço com a família para trabalhar.

Então, em muitos casos, a família chega à GPCA, mas antes passa por uma orientação, um encaminhamento. E ela já faz a queixa, que segue para o Ministério Público.

Mas, realmente, a questão da exploração é muito difícil, embora na rua não seja difícil vermos, basta transitarmos na Conselheiro Aguiar à 1h da madrugada que veremos adolescentes sendo exploradas. E vamos ver carros da Polícia Militar passando pelas adolescentes.

Então, é uma discussão geral e complexa que devemos ter.

Agora, em relação à minha proposta a esta Comissão, refiro-me ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto fala, em seu art. 83, da autorização de viagem. E o artigo diz que a criança só poderá viajar desde que *"autorizada pelos pais ou acompanhada de um colateral até terceiro grau"*.

Ora, se a gente tem um número muito grande de adolescentes vítimas do tráfico de seres humanos, podemos pensar em uma mudança no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente para exigir essa autorização também para os adolescentes. E digo isso porque é uma questão que acontece também nas estradas. Se você vai fazer uma viagem, a polícia vai fiscalizar o carro todo, do estepe à lanterna, mas ninguém se preocupa com a vida humana. *"É seu filho? É seu sobrinho? Ah! Não é seu sobrinho. Você tem uma autorização?"*

E isso pode acontecer em um carro de passeio, em um caminhão, em um ônibus... Então, como está esse controle nas rodoviárias e nos portos?

A outra questão — e, aí, temos como enfrentar o fato da exploração sexual — é a entrada em motéis. Motel, acredito, não deve se registrar como tal. E deve ser o caso também de prostíbulo, que deve se registrar como hotel, embora sirva para encontros libidinosos. Será que aumentar na legislação o rigor na hospedagem desses estabelecimentos... eu já vi exemplos em alguns Estados — e não me



lembro qual foi, talvez o Ceará — em que, para se servir do motel, a pessoa deve se cadastrar, apresentar documentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Tal como em um hotel.

O SR. GERALDO DE AZEVEDO NÓBREGA - Por que isso não pode ser seguido no Brasil inteiro? O cliente, o casal — seja heterossexual, homoafetivo ou o que for — deve ter por obrigação apresentar a carteira de identidade. Que isso seja uma obrigação. E o motel deve cadastrar, fazer um *check-in*, tal como fazemos em qualquer hotel.

Se eles se utilizam da mesma natureza econômica, por que não haver a mesma exigência para esses serviços?

Porque, se a gente controlar os motéis e hotéis, vamos ter mais mecanismos de combater a exploração sexual e o tráfico de seres humanos. Então, a minha proposta é esta à Comissão. Eu tinha prometido fornecer os dados da situação que eu coloquei aqui, mas Dr. Gadelha tem aqui um envelope com tudo já; ele é eficiente em dobro. Então, ele já pode fornecer as informações do caso de Diego. Eu agradeço, parabênizo, peço desculpas, e qualquer necessidade eu estou à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Deputado Severino Ninho tem uma informação para dar.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Só para informar ao Geraldo que já, diante da discussão na CPI, eu apresentei um projeto nesse sentido, aumentando a idade, porque hoje no Estatuto — talvez isso seja polêmico —, mas hoje no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando o menino faz 12 anos e 1 dia, ele pode viajar sozinho o Brasil todo sem autorização dos pais. Ele tem 12 anos, tem o dinheiro, o pai diz que ele não vai, ele diz que vai, e acabou-se, porque a lei não obriga que ele porte uma autorização dos pais ou responsável. Então, eu apresentei um projeto aumentando essa idade, quer dizer, para 16 anos; ele deixou de ser criança e passou a ser adolescente, porque criança é até 12 anos, não é isso? Doze anos e 1 dia em diante é adolescente; você pode até pesquisar na nossa página. Eu queria fazer as perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu vou passar agora para que o Deputado Severino Ninho possa fazer as perguntas a todos aqueles que...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu queria inicialmente esclarecer a finalidade da CPI. A CPI não fecha bordel; a CPI... o nosso trabalho aqui é investigar as redes de tráfico, fazer um relatório indiciando quem a gente acha que cometeu o crime, mandar para o Ministério Público — essa é uma parte do nosso trabalho. Ouvir as entidades, ouvir as vítimas, chegar aos responsáveis por possíveis crimes, fazer um relatório e mandar ao Ministério Público. E a outra finalidade nossa é aperfeiçoar a legislação. A CPI com certeza vai propor ao Congresso Nacional uma nova legislação. Então, eu queria rapidamente pedir à Jeanne essa questão dos 15 pernambucanos que iam para o Pará, como é que está isso. Você pode nos mandar para a gente saber quem é que estava levando, coisa bem concreta, como foi aqui o Geraldo nas propostas que ele fez.

Então, eu queria perguntar ao Dr. Alessandro Carvalho, que também pode ser respondido pelo Dr. Joselito, esse caso que saiu aqui, no jornal, em 17 de agosto de 2012, porque a gente tem que investigar os casos concretos. A nossa missão é investigar o tráfico 2003 a 2011, e, claro os novos casos, era esse caso que saiu no jornal em agosto de que 11 pessoas... somente em Pernambuco 11 pessoas envolvidas entre suspeitos e vítima foram presas nos últimos 4 meses, usando documento falso para tirar visto no Consulado Americano, em Recife, o acendeu o sinal de alerta. A dúvida é: se no exterior o esquema está relacionado com trabalho escravo ou a cirurgia para retirada de órgãos humanos. Aqui diz que este caso tornou-se uma prioridade para a Polícia Civil e que a Dra. Neimar Soares Marques foi lá, em Goiás, investigar.

Eu gostaria de saber se os senhores têm conhecimento deste caso, se os senhores não têm conhecimento, porque eu sei que tem muitas demandas que a Polícia investiga; se o senhor pode nos enviar, nos informar como é que está este caso dessas 11 pessoas, entre vítimas e suspeitos, que estavam com documentos falsos, foram presas falsificando documentos para conseguir visto no Consulado dos Estados Unidos.

É uma pergunta: como está isto, a que termo chegou, dizer ao Dr. Zanelli Alencar que nós vamos atrás dessa Ninfas Night Club, que tem uma filial em Santos;



o senhor me informou quando fui conversar com o senhor, pesquisar na Internet e vê, não é verdade? E parabenizar a Dra. Débora pelo trabalho preventivo e chamar o Sport, o Santa Cruz e o Náutico para assinarem um TAC para ninguém dizer que não sabe.

Quero dizer ao Geraldo e ao companheiro de Jabotão que esse caso Diego também despertou nossa curiosidade, e essa questão dos motéis que ele citou aí, aquelas exigências. Então, quero também dizer que é impossível ouvir todo mundo; a gente já ouviu, acho.

Quero agradecer a todos, ao companheiro da OAB que veio a nosso convite, agradecer aos que vieram ao nosso convite pessoal, porque alguns foram convidados pela CPI; outros por mim, e dizer que estou satisfeito com o que aqui colhemos, com o que aqui recebemos de informação, e dizer que o tráfico de seres humanos só perde em lucratividade para tráfico de drogas e tráfico de armas. No mundo o tráfico de seres humanos é a terceira atividade criminosa mais lucrativa; então, não pensem que é brincadeira de novela não, existe, é sério. Dizer que nós lá na Câmara aprovamos uma nova legislação para os conselhos tutelares, unificando a eleição no Brasil todo, e alguns direitos sociais para os conselheiros.

Muito obrigado. E fica essa pergunta ao Dr. Joselito e ao Dr. Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Major Fábio pede para que nós... Tem outras perguntas.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu vou fazer só uma consideração, não vou nem fazer pergunta. É somente uma consideração. Esta é a primeira audiência de que estamos participando, estou até me despedindo já, fazendo minhas considerações finais.

Essa é a primeira audiência pública. Entrei este ano; entrei agora; já é a 48ª; esta é a primeira. Eu reassumi a vaga de Deputado agora, em janeiro; ingressei na CPI porque tinha uma vaga para o meu partido, e nós estamos vivendo um dilema na Paraíba do desaparecimento de uma menina de 11 anos. Então, isso me fez... a gente visitou a família, e a gente entrou nessa CPI.

Eu, na verdade, confesso que ainda estou sem informações. A Dra. Jeanne me ajudou agora. Eu estava precisando de um dado; pedi aos meus assessores, eles me mandaram um dado aqui, mas eu não acreditei. Na verdade, esse dado eu



queria deixar para reflexão de todo mundo que está aqui presente e os que saíram. Eu acredito que depois eles podem até... vão estar gravadas as informações; no Brasil, a cada 11 minutos desaparece uma pessoa — a cada 11 minutos. Isto aqui foi a assessoria que passou; eu não acreditei. Eu disse: *“Rapaz, vê esse negócio aí”*. Cinquenta e uma mil pessoas desaparecem no Brasil; 40 mil pessoas — subtraindo as pessoas que reaparecem — 40 mil crianças e adolescentes neste momento estão desaparecidas no Brasil. Em Pernambuco, e aí vem a pergunta: tem tráfico ou não tem, em Pernambuco, de seres humanos? Mas eu digo assim... eu digo assim porque na verdade a falta de estrutura, o delegado colocou, o Dr. Zanelli colocou aqui, eu acredito, que realmente é a melhor estrutura que existe no Brasil. Eu acho que a Paraíba está longe da estrutura que Pernambuco tem; muito longe. Mas ainda é pequena; a gente fica angustiada porque ainda é pequena; não consegue. Mas a gente sabe. Eu estava agora numa palestra com o Governador daqui, de Pernambuco, e ele estava me mostrando o trabalho.

Então, eu vou encerrar. Pernambuco, neste momento, de 2011 a 2012 — depois a Dra. Jeanne me conserte, tente localizar o povo para dizer que está errado isto aqui: 3 mil 202 pessoas estão desaparecidas em Pernambuco. Aí, eu pergunto: esse pessoal pode ter fugido, umas com o namorado; é o relatório que a Dra. Jeanne me passou. Então, elas podem ter fugido namorado, mas não é possível que essas 3 mil 202 pessoas tenham desaparecido e a gente não... então, é seríssimo. Não estou dizendo que pode ser que esse pessoal todinho tenha fugido. Tudo bem! Mas é gravíssimo! Quando o Papa abre a boca para falar do tráfico de seres humanos é que o negócio está pegando fogo, no primeiro discurso dele. A gente fica preocupado. Hoje nós temos esse caso, só para encerrar mesmo, nós temos o caso na Paraíba. Eu volto a falar porque isso está me incomodando, porque levar uma carteira doutor, uma carteira... quando levam a nossa carteira a gente se sente... eu sou policial, passei 21 anos, graças a Deus nunca fui assaltado. Nunca fui, eu também sou ligado; nunca fui. Peço a Deus para não ser. Minha mãe... eu sou pernambucano, sou de Abreu e Lima, Paraíba, que é tranquilão. Sou daqui. A minha mãe nunca foi assaltada aqui; foi assaltada lá, na Paraíba. Mas eu nunca fui. Mas quando a turma leva uma carteira ou 10 reais, a gente sente uma falta tremenda. A



gente se sente impotente. A gente diz: “*Que tristeza!*”, não é? Mas quando a gente perde um filho...

O que estou vendo na Paraíba... Há uma família que eu chego lá para conversar, eu fico olhando para a cara deles, eles, olhando para a minha cara, e faz 90 dias amanhã que a menina desapareceu. Que dor! É uma dor tremenda! Então, são 3.202 famílias. E eu não digo nem famílias. Bairros inteiros, cidades inteiras sentem essa dor, porque é um sentimento que o bairro do Alto do Mateus, de João Pessoa, na Paraíba, está sentindo. Dizem: “*O que foi que aconteceu com essa moça, uma menina linda?*” “*Sumiu*”. Está morta? Está enterrada onde? Para onde foi? A família quer sepultar o corpo. A família quer encontrar ela morta. Mesmo que seja morta, a família quer encontrar, para poder tirar ela lá de onde estiver e fazer o sepultamento. Mas nem isso está conseguindo fazer.

Então, meus amigos, nós estamos aqui numa missão seriíssima, muito séria, talvez além daquilo que a gente imagina. E eu estou aqui trazendo para reflexão. Eu vou no discurso da coordenadora do centro de passagem. Eu estou aqui para a gente se unir. Estou dizendo isso aqui... A CPI está levando sugestões daqui, nós vamos fazer o melhor possível, mas a gente não está aqui para meter pedra em ninguém. Eu sou policial, sei das dificuldades, conheço a Polícia Militar de Pernambuco — fiz o curso aqui —, a Polícia Civil, entendeu? Eu tenho orgulho de ser policial e estou aqui para somar, porque realmente a gente precisa. É um assunto seriíssimo, e a gente precisa ver onde estão essas 3.202 pessoas que estão desaparecidas em Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado. Existe uma tese que até hoje não foi derrubada. A tese é a de que todo mundo que diz que vai ser breve nunca será breve. Até hoje a gente verifica isso aqui. Então, até hoje ela não foi derrubada.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Vou tentar derrubá-la neste momento.

Deputado Major Fábio, nesse dado aí, salvo engano, tenho o registro de que reapareçam algo em torno de mil e poucas pessoas, mas ainda sobram umas 2 mil. Agora, é feito um *check* rápido. Se você não tem nenhum indicativo de crime, a



pessoa pode sair de casa e dizer: “*Eu não quero mais contato*”. Agora, se for menor, se for uma situação que é mais grave, aí, sim, a gente tem que apurar. Mas se for maior de idade, ele tem o direito dele de dizer: “*Não quero mais*”. Agora, se tiver indício de crime, isso vai ser apurado, entendeu?

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu entendi, agora, a gente sabe que (*ininteligível.*)

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Ainda fica um furo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - ...a falta de estrutura da polícia. Não estou aqui querendo me meter (*ininteligível.*)

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Eu entendi. Estou entendendo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - ...ele não tem condições de investigar esses casos.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Estou entendendo. Agora, é interessante fazer um comparativo nacional. Tem que ver qual é o número de Pernambuco, o número do Piauí...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Não, o de Pernambuco deve ser menor do que o da Paraíba. Eu estou aqui colocando esses dados, mas deve ser maior lá ou por aí. Nesses dados que eu peguei aqui, Pernambuco estava fora. Eu só me deparei com os dados da doutora. Mas tem um dado que é maior do que este, e Pernambuco não está no meio, não. Então, não estou falando de Pernambuco, eu estou dizendo que já é alarmante esse número.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Um exemplo bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Enquanto o convidado fala, uma das orientações é que não devemos aparteá-lo. Depois haverá réplica e tréplica.

Com a palavra o Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Obrigado.

Um exemplo recente: há cerca de 60 dias, Jeanne me procurou, porque tinha uma situação de um rapaz que teria preenchido uma entrevista para trabalhar num



navio de cruzeiro e sumiu, certo? E aí nós fizemos uma investigação, fomos atrás. E o que aconteceu? Achamos a moto dele lá em Maceió. E o que acontece? Depois descobrimos que ele havia falecido.

(Não identificado) - Ele foi tomar banho de mar e se afogou.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - E se afogou em Maceió. E aí localizamos o corpo no IML, lá em Alagoas, como desconhecido, que é algo que nos atrapalha muito. É o seguinte: você, quando tem uma pessoa que é do seu Estado, tem como fazer uma busca no Instituto de Identificação e comparar as digitais do prontuário civil. Se ele tiver uma identidade no Estado, é fácil você localizar. Agora, se ele não tiver isso no Estado, em qual dos outros 26 Estados da Federação ele tirou a identidade? Nós não temos como saber. Existe o RIC, que até hoje não foi implantado, que é um registro único para todo o País, certo? Então, isso aí iria resolver muitos problemas.

A questão dos onze. A gente pode localizar, porque foi feito um flagrante, foi encaminhado à Justiça. A gente pode localizar o número desse processo hoje na Justiça, enviar à Comissão, e vocês requisitam cópia ao juiz que está com o caso. Mas, em síntese, o que ocorreu foi o seguinte: eles foram tirar o visto no consulado aqui em Recife. Quando você vai tirar o visto, a primeira coisa antes da entrevista é você colocar as dez impressões digitais lá. Então, eles tentaram tirar o visto em outro consulado — não sei se foi no Rio de Janeiro ou em São Paulo —, e lá detectaram que era de um grupo de uma cidade que estava realmente indo para o exterior com visto de turista e ficando para trabalhar, não retornando mais. Aí o visto foi negado. Eles tiraram documentos falsos, declarações de renda com contadores e vieram em grupo para Recife para tentar tirar o visto aqui. Quando foram para a entrevista e botaram os dedos lá, o sistema é o mesmo e disse: “*Opa, João não é João, é Antônio*”. E assim foi. Vieram onze. O consulado ligou para a Polícia Civil, nós fomos lá e pegamos todo mundo. Então, realmente era um grupo que pretendia tirar um visto, e o consulado já tinha detectado que não era para turismo, era para trabalho. Havia um grupo que era especializado em fazer essa falsificação de documentos. Então, foram presos. Agora, se isso... Se além da falsificação dos documentos havia uma estrutura para receber esse pessoal lá nos Estados Unidos ou se eram amigos ou parentes que lá já se encontravam e que... Porque isso



ocorre com frequência. Um vai na frente, se estrutura e diz: “*Olha, pode vir, primo, pode vir amigo, que aqui eu tenho uma vaga*”. Então, eu não sei dizer se é algo pontual ou se havia uma estrutura maior atrás disso. E nós não nos aprofundamos porque essa questão não é atribuição da Polícia Civil.

Então, compromisso a gente passa. Eu acho que no ofício que veio tem o *e-mail* da Comissão, não tem? *(Pausa.)* Então, a gente informa o número do processo, e a sugestão é que se requisite ao juízo que está com o processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dr. Alessandro.

Algum dos convidados tem alguma coisa mais a acrescentar? A palavra está à disposição.

A SRA. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA - Eu só quero dizer que, no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico, nós estamos... fizemos um convênio com a Secretaria Nacional de Justiça e estamos criando um núcleo itinerante para poder atender a todo o Município, fazendo a parte da prevenção, até porque a gente precisa estar informando sobre esse tipo de crime e também fazer com que as pessoas denunciem. Porque sem a denúncia realmente a polícia não pode fazer o seu papel.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós não ouvimos ainda hoje a fala do Dr. Sady. Precisamos ouvi-lo, para saber...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra o Dr. Sady.

O SR. SADY SIDNEY FAUTH JUNIOR- Quero só agradecer a presença da CPI mais uma vez aqui na Região Nordeste, ela que vem nessa nova fase, fazendo as diligências nos Estados, já passando por Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Bahia, agora aqui em Pernambuco, amanhã na Paraíba e, provavelmente, vai visitar outros Estados como Paraná e Santa Catarina. E agradeço a presença de todos os que compareceram firmemente, trazendo novas informações que vão enriquecer profundamente o relatório final desta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mais alguém?



Com a palavra o Dr. João Olímpio.

O SR. JOÃO OLÍMPIO VALENÇA DE MENDONÇA - Sr. Presidente, a OAB-PE já teve a oportunidade de encaminhar ao Congresso Nacional várias propostas para colaborar com o anteprojeto do novo Código Penal. Mas, considerando que o anteprojeto foi retirado de pauta, segundo nos consta — parece que foi retirado lá do Senado para uma reavaliação —, então eu vou, na OAB, verificar as questões que dizem respeito a tráfico de pessoas, tanto na área sexual como nessas outras áreas, e nós vamos encaminhar diretamente para a Comissão Parlamentar de Inquérito essas propostas, para que elas sejam apreciadas por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado.

O SR. JOÃO OLÍMPIO VALENÇA DE MENDONÇA - E, no mais, eu quero agradecer aqui diretamente ao Deputado Severino Ninho o convite que foi feito pela assessoria de S.Exa. para que a OAB pudesse realmente estar participando deste evento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu é que agradeço a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu brinco muito com o Deputado Severino Ninho. Eu digo: “*Você é o representante da Nestlé aqui no Brasil, não é?*”

O SR. JOÃO OLÍMPIO VALENÇA DE MENDONÇA - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu digo a ele que se eu fosse representante da Nestlé, a campanha de todo mundo estava garantida. (*Riso.*) Agora...

(Não identificado) - Leite para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mais alguém gostaria de falar? Porque depois a gente dará a palavra ao Deputado que abriu a atividade aqui, deu as boas-vindas...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Deputado Sérgio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, eu estou dizendo que ele vai falar no final.



Mais alguém da turma daí quer falar? (*Pausa.*) Não.

Então, vamos agora... O companheiro Marcelo quer dizer alguma coisa?

O SR. MARCELO MOTA GADELHA - Só queria deixar registrado sobre a documentação que eu tenho aqui em mãos que já solicitei à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia para fazer oficialmente a remessa desse documento, porque os dados que eu tenho aqui foram justamente extraídos da Comissão de Direitos Humanos. Então, eu não tenho essa autonomia de repassar uma documentação que está sob os cuidados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Renato, quer... Não.

Dr. Joselito, quer falar alguma coisa?

O SR. JOSELITO KEHRLE DO AMARAL - Quero só agradecer a todos o convite e dizer que a gente continua à disposição, sempre que necessário, para prestar esclarecimentos. E, naquilo que for necessário, a Polícia Civil, com suas especializadas e as distritais também, está à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Lenise... A Evana não quer falar? Quer falar alguma coisa? Pronto, a Evana quer falar agora, porque a gente quer ouvir a voz dela, não é?

A SRA. EVANA SIMONE LIMA BEZERRA - Boa noite a todos e a todas! Eu só queria dizer uma coisa: eu estou na Coordenação das Casas da Juventude, da Secretaria da Criança e da Juventude, e estou fazendo parte do comitê, acho, desde fevereiro. Eu só queria dizer, para finalizar, que eu componho também e fiz uma letra de uma música que fala da violência e fala muito da denúncia. E ela diz: "*Você precisa falar, você não pode calar, dê um basta no seu sofrimento. Se você passa por situação de violência, não tenha medo, denuncie agora mesmo. Tudo vai passar. Tome atitude para ser feliz e denuncie agora mesmo*". Eu fiquei de passar a música para ele.

Acho que, na questão da denúncia, a pessoa que é vítima tem muita dificuldade de denunciar. E, em se tratando do tráfico, acho que é mais ainda, porque são pessoas que estão num nível muito superior e que estão ali coibindo aquela pessoa para que não faça a denúncia. Então, a violência é muito mais forte.



Lógico que, também na questão do abuso, da exploração, como o Dr. Luiz Rocha estava falando, eu acho que a maior parte de abusos e exploração vem da família. Então, muitas vezes, o agressor é família. E como é que a pessoa vai denunciar sua própria família? É complicado, muito complicado. E isso causa danos terríveis nessa criança e adolescente, que vai ser um adulto. Então, muitas pessoas que estão como profissionais do sexo foram pessoas vítimas, muitas vezes, e não têm nem noção. Como estava se falando, há adolescente de 16, 17 anos que está ali sendo explorada, mas ela não acha que é uma exploração. Por quê? Porque ela já vem sendo explorada desde criança.

Então, eu acho que esta CPI é um momento importantíssimo, é um marco. Mas que nós possamos, como a coordenadora da Casa de Passagem falou, realmente nos unir, cada um na sua especialidade. Eu sou assistente social de formação. Venho de trabalhos com criança, com adolescente e com família. E é muito comum a questão do abuso e da exploração. É muito, muito, muito... É mais do que a gente imagina, porque a denúncia ainda é mínima. Então, denunciar é difícil, mas é imprescindível. Só que a gente precisa... Eu acho que a questão do tráfico vem... A questão da denúncia do tráfico vem... como o abuso e a exploração eram um tempo atrás e que foi crescendo.

A gente sabe que hoje existe mais denúncia. Por quê? Porque houve todo um trabalho, como se está fazendo esse trabalho com o tráfico, que, daqui a algum tempo, vai estar também, eu acho, nesse nível de conversa, de negociação, de trabalho que está a questão do abuso e exploração, porque cresceu muito a questão da denúncia. E aí, cresceu o abuso e a exploração? Não, cresceu o nível de consciência das pessoas do que é e do que deve ser feito.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Boa noite. Muito obrigado, Evana Lima, que tem um trabalho importante com relação a crianças e adolescentes.

Nós queremos passar a palavra agora ao duque lá da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, o Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Queria parabenizar também você que falou agora. É compositora, não é? Eu também sou e achei interessante.



Bom, eu queria, nestes momentos agora finais... uma coisa que eu disse antes é que cada um teve aqui uma contribuição muito grande: a OAB, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a secretaria, de um modo geral, a defesa social, com suas polícias. E nós, os Deputados, mais o pessoal da sociedade civil organizada, e foram vários que aqui... Terminou alguém de falar aqui, a nossa amiga ali, a Jeanne. Teve que ir embora também a Cristina Mendonça. Está aqui ainda a Eleonora, que... Nas suas falas, vocês mostraram um trabalho exemplar. Todos aqui. A outra aqui, na minha direita... O nome é?

A SRA. LENISE VALENTIM DA SILVA - Lenise.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Lenise. Bom, todos. Se eu esqueci aqui... O nosso... da Polícia Civil lá, o nosso... o de óculos aí, o...

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Zanelli.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Também deu... E até me lembrou que acabou rua de cabaré, não é? E se chamava "casa de recurso" também. (*Riso.*)

Eu queria dizer o seguinte: eu acho que o Deputado Ninho também falou muito bem. Quando uma reunião desta acontece aqui, um encontro deste aqui, com pessoas que vêm contribuir, a função da CPI qual é? O Deputado Ninho falou muito bem que é ouvir. Nós temos o relatório final. E nós não prendemos. Quer dizer, contribuimos para prender, mas a polícia é que prende. A gente contribui muito, não é? É uma CPI muito interessante, porque existem muitas CPIs, que é um foco. Às vezes até uma CPI, Deputado, é criada no Congresso para pegar Fulano, para um partido. E a gente sabe. Esta não. Esta é uma CPI que é para condenar essa criminalidade bárbara que a gente vê aqui e defender aquelas vítimas, que são levadas pela sociedade, como foi falado aqui muita coisa. Mas esta CPI tem uma coisa muito importante: além de contribuirmos para botar esses bandidos aí, esses criminosos, na cadeia, também encontrar as soluções para proteger aqueles indefesos, aqueles que são levados, iludidos pela vantagem, daqui para o exterior, ou de lá para cá, ou dentro do próprio País, como foi falado aqui.

Eu queria me dirigir ao representante da Secretaria de Defesa Social, do Damásio, o senhor que o representou muito bem. Como falei aqui, sou de Santa



Cruz do Capibaribe. Eu acho que o senhor sabe da história de Santa Cruz do Capibaribe, que foi...

Falei no início aqui que foi uma cidade que, como Pernambuco, trouxe esse desenvolvimento. Em Santa Cruz, primeiro do que em Pernambuco, uns 20 anos atrás ou mais, esse desenvolvimento chegou. Para quê? Num momento em que o desemprego era a maior reclamação neste País, lá em Santa Cruz do Capibaribe, nós geramos uma confecção. E eu, como Prefeito, na época, construí o Moda Center, que se tornou o segundo maior polo de confecções do Brasil e o maior parque de confecções da América Latina. Quer dizer, foi algo que veio para organizar tudo, porque a cidade cresceu, se desenvolveu, mas o desenvolvimento trouxe a violência, e a cidade ia se acabar. E graças a uma equipe que nós montamos — eu, Prefeito na época —, nós construímos o Moda Center Santa Cruz, que veio organizar o emprego e crescer mais ainda. Hoje nós chegamos ao ponto de gerar mais de 200 mil empregos em Santa Cruz e no seu entorno. Mas a cidade passou a ser, como eu disse antes, meu paraibano, a mais violenta de Pernambuco e do Nordeste.

Eu hoje sou da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado lá no Congresso, na Câmara dos Deputados, pelo trabalho que eu fiz em Santa Cruz do Capibaribe, junto com a sociedade. E o que me deixa mais feliz, doutor representante da Defesa Social, é que o trabalho que foi feito em Santa Cruz, 15 anos atrás, 12 anos atrás, quando éramos Prefeito, serviu de exemplo para o Pacto pela Vida. Santa Cruz deu o passo primeiro. O Governador me chamou um dia, e eu vim aqui ver o Pacto pela Vida. E contribuí também no começo, porque fui convidado para participar da formação do Pacto pela Vida.

E tem uma coisa que eu queria sugerir. Como isso aconteceu na minha cidade, tudo aquilo que o Pacto tem hoje, claro, numa dimensão muito maior, se fez em Santa Cruz há muito tempo: os Poderes constituídos se deram as mãos, e um dos mais importantes instrumentos foi a educação. Santa Cruz depois saiu da pecha de cidade mais violenta do nosso Nordeste para ser exemplo de segurança para o País. E o que foi feito? A divisão de áreas lá, como é feita aqui no Estado, por seus batalhões, nas suas áreas — lá foi nos bairros. Mas houve uma coisa que eu acho que faltou no Pacto pela Vida, que a questão de entrar a educação no Pacto, porque



a maior contribuição que foi dada em Santa Cruz do Capibaribe foi que nós tínhamos, quando assumimos a Prefeitura, para uma cidade daquelas, mais de 900 crianças de rua. Aquilo era uma fábrica de menores infratores e delinquentes que seriam os grandes criminosos dali. Então, no nosso Pacto, lá, que fizemos naquele tempo, uma coisa foi a integração, a divisão, o monitoramento, a criação de uma casa de passagem, que naquele tempo... e do Conselho Tutelar, a que demos toda a estrutura. Mas, para mim, uma das maiores contribuições foi tirar as crianças da rua. Nós acabamos. Ganhei prêmio até internacional com o Moda Center, por geração de emprego e renda e organização de feiras. Mas, na educação, nós fomos o melhor IDEB do Estado, na época, um dos melhores do Nordeste, e tiramos todas as criança da rua. E no momento em que a gente tirou as crianças da rua, num espaço aí de mais ou menos 2 anos, os resultados começaram a acontecer, e a violência caiu, entre a parceria com os Poderes constituídos e as crianças nas escolas, nas creches, a gente caiu de 96 homicídios para 10, e ainda está assim hoje. Foi a maior queda de violência neste País nos anos de 2000, 2002, 2003, mais ou menos.

Então a minha sugestão, a minha contribuição, hoje, como Deputado... mas vi que no Pacto pela Vida é importante que haja uma parceria com a educação, porque eu vejo hoje em Recife. Em Santa Cruz não tem isso. Eu chego no sinal, eu vejo aquela garotada, aquela meninada, pedindo um dinheirinho, uns fazem uma coisa para limpar, mas na realidade a gente sabe por que eles estão ali, não é? E a criança, quando sai da rua e vai para a escola, ela deixa de cheirar cola, de usar *crack* e por aí vai. Então é uma sugestão e eu digo a você: Santa Cruz de Capibaribe é exemplo hoje, como Pernambuco, para o Brasil nesse conceito de segurança. Eu me orgulho muito onde chego de falar do Pacto pela Vida de Pernambuco. Eu lhe digo com a maior sinceridade. Mas acho que no Pacto, ainda, para fazer tudo isso que foi dito aqui, se entrar a educação e disser que vamos ver se Pernambuco também fica com o menor índice de crianças de rua do País, vai ser um grande exemplo, talvez, para o mundo, não só para o Brasil, não. Essa é a minha sugestão.

Agradeço a todos. Deputado Ninho, parabéns. Apesar de estarmos aqui na nossa terra, V.Exa. foi o anfitrião aqui, na Capital, e convidou todas as pessoas



maravilhosas que vieram aqui. O nosso grande Deputado aqui, amigo, o Leite, que eu conheço de longas datas, está representando a Assembleia e é um grande Deputado, com um trabalho magnífico aqui em Pernambuco. O nosso paraibano lá, o Major Fábio, é pernambucano, meia pedra e meio tijolo. E o nosso...

(Não identificado) - De Abreu e Lima.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - De Abreu e Lima, não é?

(Riso.)

E também aqui o nosso Luiz Couto, paraibano, amigo, companheiro da CPI. Aprendi com um grande amigo, um grande Parlamentar, alguém que é exemplo na Paraíba e está sendo exemplo no Brasil, conduzindo, também, com outros Parlamentares, esta CPI, que está dando um grande exemplo para o Brasil, em todas as reuniões. Tudo, como eu disse aqui, é gravado. E, depois, será feita um documento final, e cada um dos que aqui falaram, todos, vamos ter lá, nesta CPI, que será entregue pelo Congresso Nacional, depois, às autoridades constituídas do nosso Brasil, para que a gente possa minimizar, e com certeza vamos, esse grande problema do tráfico de pessoas, de órgãos e de todos os tráficos de que falamos aqui até agora.

Muito obrigado. Fiquem com Deus e até outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois, passaremos a palavra ao nosso Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...Deputado Sérgio Leite, para que ele possa concluir os trabalhos. Mas eu queria, primeiro, agradecer a todos. Acho que...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se quiser falar, pode falar. Não tem problema nenhum.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Rapidamente. Já há, desde 2011, o Pacto pela Educação e o Pacto pela Saúde. Aproveitou-se toda aquela experiência que foi adquirida, desde 2007, no Pacto pela Vida, e, em 2011, lançou-se, com os mesmos critérios, com metas estipuladas, com diretrizes. Para você ter uma ideia, na primeira reunião presidida pelo Governador Eduardo



Campos, do Pacto pela Educação, um dos critérios era monitorar a frequência à sala de aula. Tiveram, salvo engano, 11 diretores de escola que disseram que, na sua escola, durante o semestre todo, a frequência foi de 100%, em todos os meses. Esses 11 diretores, naquela mesma reunião, foram exonerados do cargo, porque não tem como, em 6 meses, não ter uma falta em uma escola. Então, a ideia é muito boa e vem sendo aplicada, desde 2011...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Foi feita uma proposta aqui de educação em tempo integral. Eu acho que isso, no País, se fosse implantado, seria muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Alessandro.

Como eu disse, queremos agradecer a todos aqueles que foram convidados, que falaram, também aos que participaram. Muita gente ficou aqui até este momento, mostrando a importância que tem este tema das investigações, das propostas. Eu queria dizer que o objetivo nosso não é punir as vítimas. As vítimas merecem nossa solidariedade e o nosso respeito. Os traficantes, sim, estes nós temos que trabalhar para que, efetivamente, eles sejam punidos. Mas, também, é preciso responsabilizar os omissos e os coniventes, porque, muitas vezes, essa omissão é maior. Nós, que rezamos, nós, que somos cristãos, quando rezamos uma oração, nós pedimos perdão pelos pecados, pensamentos, palavras, atos e omissões, a última. D. Hélder dizia que o grande pecado da humanidade é a omissão. Esse é o grande pecado do qual, muitas vezes, as pessoas não se confessam ou não se acusam, o pecado da omissão, ou por medo, ou por vergonha, ou por qualquer razão. Então, nesse sentido, nós queremos dizer que todos são convidados e convocados, para que nós possamos fazer aquilo que o Zanelli disse, trabalhar para que isso que esta CPI está realizando não fique apenas nas gavetas ou lá pegando poeira.

O fato é que a nossa atribuição nós fazemos. Nós encaminhamos para o Ministério Público, encaminhamos para todos os Governadores, encaminhamos para os Secretários de Defesa Social, para a Polícia Federal, para a Polícia Civil, para todos os órgãos, para que, de fato... Porque algumas coisas precisam ser mais investigadas. Nós estamos aqui começando, trazendo alguns elementos, mas é



preciso... Para que aquela pessoa que foi acusada possa responder, tem que continuar a investigação, através da polícia, dos delegados, do Ministério Público, para que de fato se possa denunciar, e o Judiciário possa julgar.

Eu queria dizer que a companheira Evana levantou a questão da poesia. São João da Cruz diz que a poesia, a linguagem poética é a forma mais sublime de a gente se comunicar com Deus. E a gente se esquece muito dessa dimensão da poesia, que é importante.

E quero dizer o seguinte, Dr. Alexandre: Pernambuco está exportando, não começou com o Major Fábio, não. Hoje, em diversos concursos da Polícia Civil, da Polícia Militar e de agentes penitenciários da Paraíba, muitos são de Pernambuco que vão para lá, ouviu? Então, acho que tem que começar a fechar a porteira lá, senão daqui a pouco não vai ter...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Não vai ter vaga para paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, para paraibano.

Assim como todo mundo está invadindo Pernambuco agora por causa dos investimentos, não é, muita gente está indo para lá. Mas isso é muito importante.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Mas o pernambucano não tem muitas pretensões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tem não, não é?

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Cheguei lá para ser soldado, já sou Deputado Federal e já sou pré-candidato a Governador da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tem pretensão não, ouviram?

E ao nosso amigo Sérgio Leite, que é Vice-Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, quero dizer que parece que há um clamor de que esta Assembleia precisa... e você pode ser o autor dessa solicitação de aqui realizar toda essa investigação, porque muitas coisas aqui a gente não teve condição de fazer. Há uma CPI do Tráfico de Pessoas aqui, pegando todos os aspectos, desde a adoção ilegal, jogadores, artistas, gente que... exploração sexual, enfim, tudo isso aí. Acho importante.

Então, concedo a palavra para que você possa, mesmo eu sendo um padre, dar a benção final. *(Riso.)*



O SR. SÉRGIO LEITE - Queria agradecer aos Deputados membros desta CPI pelo convite de participar aqui. Vim representando a Comissão de Direitos Humanos, mas também o Presidente da Casa, que está viajando.

Quero dizer que, no início dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, no primeiro dia em que fomos eleitos, na Comissão de Direitos Humanos, colocamos na pauta uma audiência pública sobre essa questão do tráfico de pessoas, até por conta de algumas questões que eu nem coloquei aqui, mas que a gente tem que aprofundar até para ser fato concreto — não adianta a gente colocar coisas sem que tenha as devidas provas — e algumas reclamações, algumas denúncias de parentes. E a gente pretendia fazer essa audiência pública. Com a vinda da CPI aqui, recebemos mais algumas informações e uma possibilidade de instalação de uma CPI. E vamos levar toda essa documentação, solicitar que a CPI mande o que tiver de informação referente a Pernambuco, porque há casos concretos que ocorrem em Pernambuco, mas há casos de pernambucanos que estão em outros Estados que também têm vínculo com a situação de Pernambuco, para que a gente possa, a partir disso, ter um fato determinante para poder levar à Procuradoria da Casa e à Mesa Diretoria a possibilidade de instalar uma CPI também aqui. Foi assim que foi feito em outros casos: a CPI da Violência, veio aqui a Pernambuco e solicitou, e nós fizemos uma CPI aqui. Foi assim na questão dos medicamentos. A CPI veio aqui, solicitou, nós fizemos levantamentos e instalamos CPI. Foi assim na CPI dos Planos de Saúde também, que a gente conseguiu fazer um trabalho grande aqui como referência. Então, nesse caso, a gente precisa de informações concretas para que possa, a partir daí, ter um fato determinante e criar esta CPI.

No mais, quero dizer que essa história já é antiga. Lógico, Pernambuco evoluiu desde o tempo em que nós começamos a discutir isso, não é? Na época, não havia comitê. O Governo Federal não tinha nenhum mecanismo de acompanhamento nem de controle. Ainda estava a ser criado esse setor do Governo Federal, no Ministério da Justiça, mas não existia. Existia uma verba a ser destinada, mas para ser criado. Não tinha a mínima condição ainda de funcionamento. Hoje, nós já temos, através do Pacto pela Vida, um funcionamento em relação a essa área e temos as especializadas, no caso da DPCA, no caso da



Delegacia da Mulher, já com atuação forte nessa área. Mas ainda temos muito o que apurar, até por conta da dificuldade que as pessoas têm em denunciar.

Eu tenho caso em que eu tive a oportunidade de conversar com pessoas da família, mas ninguém teve coragem de denunciar: o caso de filha que está na Espanha, que se comunica com a família uma vez a cada mês, 2 meses, que não pode vir, mas a família tem medo de acontecer alguma coisa.

Então, há casos que as pessoas têm medo de falar e que a gente tem que saber como chegar a esses casos para aprofundar quem é o aliciador, quem foi, como andou essa situação.

Aqui, a gente da CPI da Violência teve o caso de Pernambuco, caso concreto, que teve o apoio da Polícia Federal, o caso de uma pessoa daqui que foi aliciada, e eram aliciados em vários Estados, para ser mula. E, daqui de Pernambuco, a partir dessa pessoa daqui, a CPI daqui conseguiu vincular com São Paulo e conseguiu pegar toda uma rede em outros Estados, a partir de um fato concreto que chegou de lá para cá, e essa pessoa daqui foi lá e derrubou toda a questão do tráfico internacional do pessoal da Nigéria, que fazia tráfico em São Paulo, mas que levava pessoas de outros Estados. E tinha gente daqui. E houve o apoio de muita gente da Polícia Federal para poder levantar. Então, a gente não sabe, mas se for fazer um levantamento provavelmente vai ter.

Agora, é importante levantar e apurar. E um caso que chamou a atenção é que, em Timbaúba, já houve — em Timbaúba, Aliança, Vicência, aquela região — esse caso de tráfico de crianças, adoções com irregularidades, casa de engorda, que pegava crianças de Pernambuco e da Paraíba e mandava para o exterior. E a pessoa que denunciou na época sofreu. Ela veio aqui na Assembleia, fez a denúncia, com pouco tempo que saiu daqui foi abordada aqui fora, botaram ela na mala de um carro, levaram ela para outra cidade, deram tiro de 12 na casa dela, que tinha duas crianças que ela tinha deixado lá, para intimidar e para ela parar de denunciar.

Então, as pessoas também têm medo por conta do que sofrem. E ela denunciou e foi um caso que teve repercussão internacional, essa denúncia de tráfico de crianças, naquela época.



E o que eu achei estranho — eu não sei, pode não ter nenhum vínculo — foi que mas houve uma criança que foi tirada de uma mãe de uma maternidade, há pouco, numa cidade do interior, e, coincidentemente, localizaram a criança em Timbaúba. Pode não ter nenhum vínculo com isso, mas é estranho depois de muitos anos em Timbaúba aparecer uma criança que foi tirada de uma maternidade. Essa criança apareceu em Timbaúba. Pode não ter nada a ver, pode ser coincidência, mas é importante que a DPCA, quem estiver investigando, verificar qual a ligação, quem é a pessoa em Timbaúba que estava com essa criança, para ver se tem algum vínculo com essa história. Pode ressuscitar essa história do caso de Timbaúba, porque pessoas que praticavam esse crime continuam soltas, até hoje. Não estão presas por conta de terem praticado esse crime.

Então, no mais, quero agradecer aqui a oportunidade e dizer que a gente está à disposição para ajudar na Assembleia de Pernambuco no que for necessário de informação sobre Pernambuco e que a gente possa colher para ajudar os órgãos aqui de segurança. A Polícia Federal, a Polícia Civil sempre foram de ajudar bastante em todos os casos que nós tivemos aqui, e tenho certeza de que vão estar colaborando. Pernambuco sempre foi exemplo nessa área de investigar, de ajudar e de desvendar casos que ajudaram investigações de CPIs nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Sérgio Leite.

Quero dizer que muitos daqueles, Deputado, Delegada Denise, que foram presos, naquela questão da pistolagem, estão retornando agora, cumprindo suas penas. É importante o monitoramento dessas pessoas. Porque a gente sabe que a palavra-chave é monitorar para saber se de fato essas atividades... alguns não se reeducaram, não modificaram na prisão e podem continuar também. E é naquela região em que nós temos Timbaúba, Itambé, Pedra de Fogo, Juripiranga, etc.

Como o ritual do Regimento exige — eles disseram aqui o que eu tenho que dizer —, está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)